

# Ensino, Pesquisa e Inovação em Contabilidade 2

Clayton Robson Moreira da Silva  
(Organizador)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

# Ensino, Pesquisa e Inovação em Contabilidade 2

Clayton Robson Moreira da Silva  
(Organizador)



**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

**Edição de Arte** Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Revisão** Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Ensino, pesquisa e inovação em contabilidade 2

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Clayton Robson Moreira da Silva

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E59	Ensino, pesquisa e inovação em contabilidade 2 [recurso eletrônico] / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-225-8 DOI 10.22533/at.ed.258202307  1. Empresas. 2. Contabilidade – Pesquisa – Brasil. I. Silva, Clayton Robson Moreira da.  CDD 657
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A obra “Ensino, Pesquisa e Inovação em Contabilidade 2”, publicada pela Atena Editora, reúne um conjunto de cinco capítulos que abordam a contabilidade sob diferentes perspectivas, com ênfase no ensino, na pesquisa e na inovação. A contabilidade vem ganhando cada vez mais representatividade no campo organizacional, emergindo como uma ciência focada na elaboração e divulgação de informações úteis para a tomada de decisão de gestores e diversos outros *stakeholders*.

Além disso, discutir e compreender os fenômenos que permeiam as ciências contábeis contribuem para o seu avanço e consolidação no campo científico. Nesse contexto, este livro surge como uma fonte de pesquisa e consulta para todos os acadêmicos e profissionais que desejam ampliar seus conhecimentos sobre a contabilidade, por meio de um arcabouço teórico especializado, que contempla um rico material focado em temáticas relacionadas ao ensino, pesquisa e inovação na área contábil. A seguir, apresento os capítulos que compõem esta obra, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “Relação entre Procrastinação e Autorregulação com o Desempenho de Acadêmicos de Ciências Contábeis” e objetivou analisar como os acadêmicos de Ciências Contábeis de uma instituição pública e outra privada avaliam a gestão de sua vida acadêmica, com o intuito de verificar se há relação entre a procrastinação e autorregulação com o desempenho acadêmico. Para tanto, os autores realizaram uma pesquisa do tipo *survey*, com uma amostra constituída por dezesseis concluintes de uma instituição pública e trinta e cinco concluintes de uma instituição privada.

O segundo capítulo tem como título “Caminhos e Dificuldades da Educação Continuada na Percepção dos Profissionais de Contabilidade” e buscou analisar os caminhos e as dificuldades encontradas pelos profissionais de contabilidade acerca da Educação Profissional Continuada. Trata-se de uma pesquisa descritiva, desenvolvida por meio de *survey*, com uma amostra composta por oitenta profissionais contábeis.

O terceiro capítulo, intitulado “Assessoria Contábil Gerencial para Empreendimentos de Pequeno Porte: um estudo comparativo entre quatro farmácias comerciais”, teve como objetivo propor uma assessoria contábil gerencial para empreendimentos de pequeno porte, especificamente para farmácias comerciais, buscando apresentar indicadores fundamentais na instrumentalização dos gestores para o gerenciamento de suas empresas. Para tanto, realizou-se um estudo com quatro farmácias comerciais situadas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

O quarto capítulo tem como título “A Contabilidade Aplicada na Gestão Tributária das Pequenas Empresas” e teve como objetivo a identificação das tributações existentes do mercado que melhor representa lucro para a empresa de atividade comercial. Para tanto, o autor realizou um estudo de caso em uma empresa do ramo de cosméticos na cidade de Aracaju/SE.

O quinto capítulo é intitulado “Práticas de Controles Gerenciais: um estudo comparativo entre empresas franquizadas e independentes da cidade de Recife/PE” e teve por objetivo investigar as principais práticas dos controles gerenciais utilizados nas empresas franquizadas e independentes do segmento de cosméticos e perfumaria da cidade de Recife-PE para posterior análise comparativa. Para tanto, os autores realizaram uma pesquisa de levantamento, com uma amostra composta por trinta e seis empresas: oito franquizadas e vinte e oito independentes.

Ressalto que as pesquisas aqui apresentadas contribuem para a ampliação do debate acadêmico e conduzem docentes, pesquisadores, estudantes, gestores, consultores e profissionais contábeis à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem atualmente no âmbito da contabilidade. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
RELAÇÃO ENTRE PROCRASTINAÇÃO E AUTORREGULAÇÃO COM O DESEMPENHO DE ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
Jéssica Karine de Oliveira Gomes Jhessica Tamara Kremer Sidnei Celerino da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2582023071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
CAMINHOS E DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO CONTINUADA NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE	
Ismael Alfredo Melo da Silva Ana Paula Ferreira da Silva James Anthony Falk	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2582023072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>38</b>
ASSESSORIA CONTÁBIL GERENCIAL PARA EMPREENDIMENTOS DE PEQUENO PORTE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE QUATRO FARMÁCIAS COMERCIAIS	
Adriana Tolfo Bandeira Euselia Paveglio Vieira Ana Paula da Rosa Dezordi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2582023073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>63</b>
A CONTABILIDADE APLICADA NA GESTÃO TRIBUTÁRIA DAS PEQUENAS EMPRESAS	
Bruno Alves Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2582023074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>80</b>
PRÁTICAS DE CONTROLES GERENCIAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE EMPRESAS FRANQUEADAS E INDEPENDENTES DA CIDADE DE RECIFE/PE	
Edna Maria de Melo Vieira Karenn Patrícia Silva Siqueira Jeronymo José Libonati Gilberto Fernandes Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2582023075</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>106</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>107</b>

## RELAÇÃO ENTRE PROCRASTINAÇÃO E AUTORREGULAÇÃO COM O DESEMPENHO DE ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 02/06/2020

### **Jéssica Karine de Oliveira Gomes**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná -  
UNIOESTE  
Marechal Cândido Rondon – Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/4959711521322056>

### **Jhessica Tamara Kremer**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná -  
UNIOESTE  
Cascavel – Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/6771355864343477>

### **Sidnei Celerino da Silva**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná -  
UNIOESTE  
Cascavel – Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/0351991318658544>

**RESUMO:** O objetivo deste estudo consistiu em analisar como os acadêmicos de Ciências Contábeis de uma instituição pública e outra privada avaliam a gestão de sua vida acadêmica, com o intuito de verificar se há relação entre a procrastinação e autorregulação com o desempenho acadêmico. Caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e quanto aos procedimentos a pesquisa é classificada

como levantamento ou survey. A amostra se formou por 16 concluintes de uma instituição pública e 35 concluintes de uma instituição privada. Os resultados demonstram que para as duas instituições que foram investigadas, as variáveis procrastinação e autorregulação não afetam o desempenho acadêmico, sendo que na instituição privada apenas houve uma correlação positiva moderada quanto as variáveis procrastinação e autorregulação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autorregulação; Procrastinação; Desempenho Acadêmico.

### RELATIONSHIP BETWEEN PROCRASTINATION AND SELF- REGULATION WITH ACCOUNTING SCIENCES PERFORMANCE

**ABSTRACT:** The aim of this study was to analyze how Accounting Sciences students from a public and a private institution evaluate the management of their academic life, in order to verify whether there is a relationship between procrastination and self-regulation with academic performance. It is characterized as a descriptive research and as for the procedures, the research is classified as a survey. The sample consisted of 16 graduates from a public

institution and 35 graduates from a private institution. The results demonstrate that for the two institutions that were investigated, the variables procrastination and self-regulation do not affect academic performance, whereas in the private institution there was only a moderate positive correlation as to the variables procrastination and self-regulation.

**KEYWORDS:** Self-regulation; Procrastination; Academic achievement.

## 1 | INTRODUÇÃO

O termo procrastinar deriva do latim *procrastinare* e, literalmente, significa “deixar para o dia de amanhã”, adiar, deferir, delongar (COSTA, 2007). Burka e Yuen (1991, *apud* Ribeiro *et al.* 2014, p. 3) relatam que existem duas maneiras de ocorrer a procrastinação: resultados em consequências externas (exemplo: perda do emprego) e resultados em consequências internas (exemplo: autocondenação). A procrastinação afeta o desempenho do indivíduo procrastinador, em especial os estudantes (RIBEIRO *et al.* 2014). No entanto, se a procrastinação gera prejuízo ao estudante, a autorregulação é um elemento favorável ao desempenho do estudante.

As competências de autorregulação, segundo Zimmerman (2008), são os processos auto direcionados e crenças pessoais que possibilitam ao estudante transformar competências mentais em competências de desempenho acadêmico, as quais estão associadas ao fato de o aluno estar presente no processo de aprendizagem no âmbito cognitivo, motivacional e comportamental. Já o termo desempenho acadêmico é geralmente associado a rendimento acadêmico, ou seja, envolve a dimensão da ação, sendo o resultado da avaliação do discente, expresso na forma de notas ou conceitos obtidos em determinada atividade (MUNHOZ, 2004).

Diante do exposto, e levando-se em conta a importância da autorregulação acadêmica e do conhecimento e gestão do comportamento procrastinador no desempenho acadêmico, surge o seguinte problema da pesquisa: **Qual a relação entre autorregulação, procrastinação e desempenho de acadêmicos de Ciências Contábeis?**

Assim sendo, delinea-se o objetivo geral em verificar e analisar as correlações existentes entre a procrastinação, autorregulação e desempenho acadêmico. Para consecução deste objetivo geral, foram definidos alguns objetivos específicos para o estudo:

- a. Identificar a avaliação dada pelos estudantes quanto à sua gestão da vida acadêmica ao que tange a procrastinação e autorregulação;
- b. Verificar as correlações existentes entre a procrastinação e autorregulação; e
- c. Analisar a existência de correlações entre a procrastinação, autorregulação e desempenho acadêmico.

Este estudo justifica-se, por destacar o fato de que a autorregulação e a procrastinação

podem impactar o desempenho acadêmico dos estudantes, sendo importante o diagnóstico quanto à gestão da vida acadêmica dos discentes quando relacionada à autorregulação e a procrastinação. Tal diagnóstico poderá auxiliar os alunos a melhor gerirem as tarefas acadêmicas a serem executadas com vistas ao desempenho necessário no curso.

## **2 I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Procrastinação e autorregulação no contexto acadêmico**

Segundo Sampaio *et al.* (2011), a rotina acadêmica consiste em vários compromissos, contudo, alguns universitários se tornam procrastinadores em sua rotina acadêmica, o que prejudica o desempenho acadêmico, devido ao fato da procrastinação estar relacionada com a dificuldade no processo de autorregulação da aprendizagem por parte do aluno. De acordo com as evidências apresentadas, entende-se que a procrastinação pode influenciar negativamente o desempenho acadêmico, e a autorregulação pode ser aliada na busca por um bom aprendizado.

#### *2.1.1 Influência da procrastinação na vida de estudantes*

A procrastinação acadêmica é compreendida como um fenômeno dinâmico, que envolve aspectos pessoais, comportamentais e ambientais, a qual é definida pelo adiamento não estratégico de ações (SAMPAIO *et al.*, 2011).

Segundo Correia e de Moura (2017), a procrastinação não se trata de um fenômeno linear, sendo assim, quando um estudante deixa de executar suas tarefas acadêmicas, isso ocorre não somente por efeitos deliberativos mas, também, devido não ter conhecimento de como executá-la ou por possuir aversão à mesma.

Estudantes procrastinadores, ao modo sistemático e crônico, possuem maiores chances de exibir baixa percepção de autoeficácia e autoestima, maior ansiedade em situações de avaliação e menor controle e autorregulação pessoal (WOLTERS, 2003). Sampaio, Polydoro e Rosário (2012) complementam ao mencionarem que a procrastinação é nociva para as instituições e para a vida acadêmica de seus estudantes.

Dentre as consequências nocivas, conforme Sampaio, Polydoro e Rosário (2012) expõem, tem-se o atraso ou a não realização de uma atividade acadêmica, o que prejudica o desempenho acadêmico e o próprio processo de autorregulação da aprendizagem.

#### *2.1.2 Autorregulação Acadêmica*

Os autores Garcia e Pintrich (1994) definem autorregulação acadêmica como a monitorização, controle e regulação como iniciativa dos estudantes, relativos aos seus

próprios comportamentos e atividades cognitivas.

Zimmerman (2013) desenvolveu um modelo cíclico para o entendimento e o desenvolvimento da autorregulação. O modelo é composto de três fases: antecipação (o aluno faz a análise da tarefa e do ambiente de aprendizagem, estabelecendo metas e objetivos pessoais para atingir, elaborando um planejamento estratégico), execução (o estudante executa a tarefa, colocando em prática o planejamento estratégico construído na fase anterior) e autorreflexão (o docente faz uma reflexão sobre sua aprendizagem, sobre a efetividade do seu planejamento no alcance dos objetivos e das metas preestabelecidas).

Percebe-se que a autorregulação pode ser utilizada como forma de evitar a procrastinação acadêmica. O discente que autorregula seus estudos, possui domínio quanto às suas tarefas e melhores formas de aprendizado.

## 2.2 Estudos associados à procrastinação e autorregulação

<b>Procrastinação</b>	
Costa (2007)	Investigou o comportamento procrastinador de alunos do ensino fundamental em Portugal. A autora construiu um instrumento de avaliação da procrastinação e utilizou o modelo em uma amostra de 1.310 estudantes do 7º, 8º e 9º período de escolaridade. Os resultados demonstraram que nos estudos diários a procrastinação ocorre menos com pessoas do gênero feminino, constatando também, uma associação significativa do nível de procrastinação com variáveis relacionadas ao período escolar, número de reprovações, notas nas disciplinas de português e matemática e o nível de instrução de pais e mães.
Rotenstein, Davis e Tatum (2009)	Investigaram o efeito da procrastinação no desempenho acadêmico, a partir de uma amostra de 297 estudantes do curso de Contabilidade Financeira, e verificaram que, para as duas medidas de procrastinação, a procrastinação de tarefas está associada a um menor desempenho nessas atividades.
Ribeiro <i>et al.</i> (2014)	Concluíram que os estudos existentes sobre procrastinação abordam a temática sob diferentes aspectos, sejam focados na investigação da procrastinação como um comportamento, analisando-se a frequência do comportamento procrastinador, direcionados a identificar padrões na procrastinação dos estudantes, relacionando com desempenho acadêmico e/ou aspectos pessoais, ou embasados em teorias sobre motivação (extrínseca e intrínseca) e traços da personalidade.
<b>Autorregulação</b>	
Sampaio, Polydoro e Rosário (2012)	Explicam a autorregulação da aprendizagem segundo a visão da Teoria Social Cognitiva (TSC), visto que esta se centra em princípios integrativos que operam em distintas esferas do funcionamento humano, sendo que considera o indivíduo como um ser agente que atua e sofre influências recíprocas das dimensões: ambientais, pessoais e comportamentais (BANDURA, 2008).

Quadro 1 – Estudos anteriores

Fonte: Os autores (2016).

### 3 | METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos por este estudo, realizou-se uma pesquisa descritiva. Quanto aos procedimentos a pesquisa é classificada como levantamento ou *survey*; já quanto à abordagem do problema, consiste em quantitativa.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a aplicação de questionário adaptado de Costa (2007). O questionário aplicado é composto por três seções. A primeira apresenta a identificação dos acadêmicos, a segunda seção abordou as questões referentes à autorregulação da vida acadêmica e, a terceira indaga sobre a procrastinação presente nas atividades acadêmicas.

O questionário foi aplicado de forma presencial tanto na instituição pública, como na privada para os acadêmicos do 8º semestre e no 5º ano. Cabe ressaltar que a instituição particular possui graduação de quatro anos, divididos em oito semestres e a organização pública possui graduação de cinco anos na modalidade anual.

A população de respondentes do questionário se formou da seguinte maneira: de 57 respondentes da instituição particular, 35 questionários puderam ser utilizados, sendo que os demais foram desconsiderados por respostas equivocadas ou questões não respondidas. De um total de 23 respondentes da instituição pública, foi possível a utilização de 16 questionários, não apresentando omissão ou erro nas respostas. Formando assim a amostra de 51 acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis.

Além da aplicação do questionário, foi utilizado o histórico de notas dos acadêmicos concluintes de ambas instituições, visando quantificar o desempenho a ser relacionado com a procrastinação e autorregulação.

A análise dos resultados foi feita a partir da tabulação dos dados, por meio de planilha via *software Microsoft Excel* e por meio do *software ActionStat*.

Com base na literatura e com o intuito de verificar se existe associação entre a procrastinação, autorregulação com o desempenho acadêmico dos componentes da amostra, foram testadas na pesquisa as seguintes hipóteses:

<b>Quanto a variável procrastinação:</b>
H0: A procrastinação possui correlação negativa com o desempenho acadêmico; H1: A procrastinação não possui correlação com o desempenho acadêmico.
<b>Quanto a variável autorregulação:</b>
H0: A autorregulação possui correlação positiva com o desempenho acadêmico; H1: A autorregulação não possui correlação com o desempenho acadêmico.
<b>E em relação a procrastinação e autorregulação:</b>
H0: Existe correlação negativa entre procrastinação e autorregulação acadêmica. H1: Não existe correlação entre procrastinação e autorregulação acadêmica.

Quadro 2 – Hipóteses do estudo

Fonte: Os autores (2016).

## 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 1 apresenta o perfil dos estudantes das instituições particular e privada que foram pesquisadas, apresentando informações ao que tange a idade, gênero, atuação profissional, instituição em que cursou o ensino médio e se possuía interesse em cursar Ciências Contábeis ao ingressar no ensino superior.

CATEGORIAS		PÚBLICA		PRIVADA		TOTAL	
		%	N	%	N	%	
Gênero	Feminino	6	38%	21	60%	27	53%
	Masculino	10	63%	14	40%	24	47%
	Total	16	100%	35	100%	51	100%
Idade	Até 20 anos	0	0%	2	6%	2	4%
	21 a 34 anos	15	94%	32	91%	47	92%
	35 a 50 anos	1	6%	1	3%	2	4%
	Total	16	100%	35	100%	51	100%
Área de Atuação	Área contábil	5	31%	11	31%	16	31%
	Desempregado	1	6%	4	11%	5	10%
	Outra Área	10	63%	20	57%	30	59%
	Total	16	100%	35	100%	51	100%
Instituição que cursou o Ensino Médio	Rede Pública	12	75%	29	83%	41	80%
	Instituição Particular	4	25%	5	14%	9	18%
	Ambas	0	0%	1	3%	1	2%
	Total	16	100%	35	100%	51	100%
Interesse por Ciências Contábeis quando ingressou no curso	Sim	11	69%	26	74%	37	73%
	Não	4	25%	9	26%	13	25%
	Outro Curso	1	6%	0	0%	1	2%
	Total	16	100%	35	100%	51	100%

Tabela 1 - Perfil dos estudantes por instituição

Fonte: Os autores (2016).

A Tabela 2 apresenta como os discentes das duas instituições participantes da pesquisa avaliam a autorregulação em seus estudos:

<b>Avaliação</b>	<b>0 -25</b>	<b>26-50</b>	<b>51-75</b>	<b>76-100</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Privada</b>	-	3	19	13	35
<b>Pública</b>	-	-	13	3	16
<b>Total</b>	0	3	32	16	51
<b>Percentual</b>	0%	6%	63%	31%	100%

Tabela 2 – Auto avaliação dos discentes quanto ao nível autorregulação

Fonte: Os autores (2016).

A partir do apresentado na tabela, pode-se identificar que os discentes de ambas instituições alcançaram pontuação entre 51-75% no que tange a autorregulação em seus estudos, demonstrando estarem envolvidos em seu processo de aprendizagem, na busca do conhecimento constante. Percebe-se que a autorregulação na categoria 76-100% na instituição privada é maior, com 37% dos alunos, do que na instituição pública, que apresenta 19%, o que é reflexo do fator financeiro, visto que os estudantes da instituição privada procuram se autorregular para não reprovarem e precisarem refazer a(s) disciplina(s) que exigem o desembolso de mensalidades extras.

A auto avaliação dos acadêmicos quanto a procrastinação em sua vida acadêmica, pode ser observada na Tabela 3 abaixo:

<b>Avaliação</b>	<b>0 -25</b>	<b>26-50</b>	<b>51-75</b>	<b>76-100</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Privada</b>	-	7	27	1	35
<b>Pública</b>	-	5	10	1	16
<b>Total</b>	0	12	37	2	51
<b>Percentual</b>	0%	23%	73%	4%	100%

Tabela 3 – Auto avaliação dos Discentes quanto ao nível de Procrastinação

Fonte: Os autores (2016).

De acordo com a Tabela 3, 73% dos acadêmicos envolvidos nesta pesquisa, apresentam a procrastinação em suas rotinas acadêmicas entre a categoria de 51-75%, significando que dentre as situações apresentadas no questionário, os discentes procrastinam seus estudos em nível considerável, o que também ficou evidente por Sampaio e Bariani (2011) que em seu estudo constataram que os estudantes possuem grande tendência em adiar atividades, ao modo que a maioria procrastina ao menos uma vez na semana e alega insatisfação em realizar as tarefas adiadas.

Percebe-se que a instituição privada apresenta um número maior de estudantes que procrastinam na categoria 51-75%, 77%, enquanto na instituição pública são 63%. Constata-se que os discentes da IES privada procrastinam, consideravelmente, mas que, voltando para as constatações da Tabela 2, conclui-se que executam suas tarefas acadêmicas próximo ao prazo de entrega.

Diante dos resultados, pode-se analisar que há uma controvérsia entre as respostas dos discentes, sendo que ao mesmo tempo que a maioria, 94%, apresenta estar autorregulando seus estudos entre as categorias consideráveis altas, o mesmo ocorre com o nível de procrastinação acusada pelos mesmos.

Foi utilizada a estatística descritiva para a análise dos resultados das variáveis quantitativas utilizadas no estudo, como pode ser visualizado nas tabelas a seguir:

Variável	N	Média	DP	Mínimo	Máximo
Procrastinação	51	58,039	1,477	36,000	86,000
Autorregulação	51	68,922	1,777	33,333	93,333

Tabela 4 – Análise descritiva das variáveis

Fonte: Os autores (2016).

Para a mensuração das variáveis: procrastinação e autorregulação, foi atribuído peso para cada alternativa que o aluno selecionasse. Na variável procrastinação haviam 10 questões com 5 alternativas, cada uma com peso de 2 pontos, sendo que a alternativa 1 possuía peso de 2 pontos, a alternativa 2 possuía 4 pontos, a 3, 4 e 5 possuíam 6, 8 e 10 pontos, respectivamente; ou seja, quanto maior a pontuação que o estudante alcançasse na variável procrastinação, podendo chegar ao máximo de 100 pontos, maior o seu nível de procrastinação. Para a variável autorregulação haviam 12 questões com 5 alternativas, cada uma com peso de 1,666 pontos, sendo que a alternativa 1 possuía peso de 1,666 pontos, a alternativa 2 possuía 3,332 pontos, a 3, 4 e 5 possuíam 4,998, 6,664 e 8,33, respectivamente; ou seja, quanto maior a pontuação que o estudante alcançasse na variável autorregulação, podendo chegar ao máximo de 100 pontos, maior o seu nível de autorregulação.

Pode-se observar que, em média, os estudantes possuem um escore médio de procrastinação de 58% o que evidencia que os alunos componentes da amostra tendem a deixar para depois a execução de suas tarefas acadêmicas, no entanto é necessário atentar a visualização do escore mínimo e máximo, 36% e 86%, respectivamente, o que evidencia que existem estudantes que procrastinam em menor e maior escala, quanto ao coeficiente de variação, o qual apresenta a variabilidade dos dados em relação à média, é de 2,54%, evidenciando que o conjunto de dados é homogêneo.

Quanto à autorregulação, em média, os alunos possuem um escore médio de autorregulação de 68%, o que demonstra que os estudantes que responderam o questionário tendem a estar presente em seu processo de aprendizagem, se autorregulando em busca do conhecimento, mas é preciso atentar para a visualização dos escores mínimo e máximo, de 33% e 93%, respectivamente, o que demonstra que existem discentes que se autorregulam em menor e maior escala, referente ao coeficiente de variação que resultou

em 2,57%, o mesmo evidencia que os componentes da amostra são homogêneos.

Para a quantificação da variável desempenho foi preciso adotar um parâmetro diferenciado, devido à aplicação dos questionários visar o sigilo quanto à identificação dos respondentes, ou seja, inexistiu a possibilidade de associar o questionário ao histórico escolar do respectivo aluno. Sendo assim, foram requisitados os históricos escolares de todos os alunos matriculados no último ano das instituições, somando-se todas as notas e dividindo-se pelo número de disciplinas já cursadas chegando-se à média de cada aluno, posteriormente, somou-se a média de todos os alunos dividindo-se pelo número total dos mesmos, alcançando-se então a média final total que foi utilizada na correlação. Cabe ressaltar, então, que na variável desempenho foi utilizada a mesma média para todos os alunos da amostra, uma média para a instituição privada e outra para a pública.

A Tabela 5 demonstra a análise descritiva da variável desempenho para cada instituição:

<b>Instituição</b>	<b>N</b>	<b>Média</b>	<b>DP</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
Privada	57	77,905	1,208	28,985	90,195
Pública	23	80,852	0,789	74,653	89,423

Tabela 5 – Análise descritiva da variável desempenho

Fonte: Os autores (2016).

Em média os estudantes possuem um bom desempenho acadêmico em ambas as instituições, o que pode ser visto através das médias calculadas pela estatística descritiva de 77,91% para a privada e 80,85% para a pública. Com os respectivos coeficientes de variação de 1,55% e 0,97%, o que evidencia homogeneidade dos dados.

As variáveis quantitativas foram submetidas aos testes de normalidade, conforme demonstra a Tabela 6:

<b>Variável</b>	<b>Teste Kolmogorov-Smirnov</b>	
	<b>Estatísticas</b>	<b>P-valores</b>
Procrastinação	0,1061	0,1614
Autorregulação	0,1015	0,2108

Tabela 6 – Testes de normalidade

Fonte: Os autores (2016).

O Teste de Kolmogorov-Smirnov é utilizado para demonstrar se a distribuição da variável estudada provém de uma população com normalidade, este teste demonstrou normalidade nos dados, pois os P-valores (0,1614 para procrastinação e 0,2108 para autorregulação) foram maiores que 5% para ambas as variáveis com nível de confiança

de 95%. A Tabela 7 demonstra a matriz de correlação entre as variáveis procrastinação e desempenho acadêmico para as duas instituições estudadas, sendo utilizado o Coeficiente de Correlação de Pearson para averiguar se há correlação entre as variáveis, visto que as mesmas apresentam normalidade.

Variáveis	Privada	Pública
Procrastinação/desempenho acadêmico	-0,3773	0,0642

Tabela 7 – Correlação entre procrastinação e desempenho acadêmico

Fonte: Os autores (2016).

Os resultados indicam que entre a procrastinação e o desempenho acadêmico para a instituição privada existe uma correlação negativa fraca, -0,3773, ou seja, as duas variáveis não dependem uma da outra, no entanto, pode haver uma dependência não linear. Para a instituição pública os resultados demonstram que existe uma correlação desprezível, 0,0642, pois o resultado está muito próximo de 0, o que evidencia que praticamente não há associação. Estes resultados demonstram que nas duas instituições a procrastinação não afeta no desempenho acadêmico, o que não foi constatado por Ribeiro *et al.* (2014) que verificou que estudantes com altos níveis de procrastinação tendem a ter seu desempenho reduzido. Sendo assim rejeita-se a hipótese nula, pois não houve comprovação de que há relação entre procrastinação e o desempenho acadêmico para ambas as instituições.

A Tabela 8 apresenta a matriz de correlação entre as variáveis autorregulação e desempenho acadêmico para as duas instituições, utilizando-se o Coeficiente de Correlação de Pearson para averiguar se há correlação entre as variáveis, visto que as mesmas apresentam normalidade.

Variáveis	Privada	Pública
Autorregulação/desempenho acadêmico	-0,2662	-0,0772

Tabela 8 – Correlação entre autorregulação e desempenho acadêmico

Fonte: Os autores (2016).

Os resultados demonstram que entre a autorregulação e o desempenho acadêmico para a instituição privada e para a pública existe uma correlação desprezível, pois o resultado está muito próximo de 0, sendo -0,2662 e -0,0772 respectivamente, o que evidencia que praticamente não há associação entre as duas variáveis, rejeitando-se  $H_0$ , pois a autorregulação não possui correlação com o desempenho acadêmico em nenhuma das instituições analisadas. A Tabela 9 aborda a matriz de correlação entre as variáveis procrastinação e autorregulação para a instituição pública e privada pesquisadas, por meio do Coeficiente de Correlação de Pearson com o objetivo de verificar a existência de correlação entre as variáveis:

Variáveis	Privada	Pública
Autorregulação/procrastinação	0,6511	0,3079

Tabela 9 - Correlação entre autorregulação e procrastinação

Fonte: Os autores (2016).

Os resultados apresentados indicam que a autorregulação e a procrastinação na instituição privada possui uma correlação positiva moderada, 0,6511. Para a instituição pública contata-se uma correlação positiva fraca, 0,3079, ou seja, autorregulação e procrastinação não dependem uma da outra, por consequente, para a instituição privada aceita-se H0 pois existe correlação entre as variáveis analisadas, já para a instituição pública rejeita-se H0 pois não há correlação. Achados estes que não foram encontrados por Sampaio, Polydoro e Rosário (2012) que apresentam que em sua amostra estudada houve correlação negativa e significativa entre a procrastinação e a autorregulação.

O Teste *T Student*, o qual tem o objetivo de identificar se existe diferença estatística entre as médias de dois grupos diferentes. A Tabela 10 apresenta a aplicação deste teste para verificar se existe diferença estatística entre a média de procrastinação dos alunos da instituição pública e da privada.

Procrastinação	Instituição	Observação	Média	Desvio Padrão	Significância
	Privada	35	57,7142	10,0134	
	Pública	16	58,7500	11,9526	

Tabela 10 – Teste T Student para procrastinação

Fonte: Os autores (2016).

Para um nível de significância de 5% o resultado do teste demonstrou um valor maior que o P-valor de 0,05, ou seja, foi de 0,7654, o que evidencia que estatisticamente não existe diferença entre as médias da variável procrastinação entre os estudantes que frequentam o curso de Ciências Contábeis nas duas instituições.

Autorregulação	Instituição	Observação	Média	Desvio Padrão	Significância
	Privada	35	68,8095	14,4709	
	Pública	16	69,1666	7,8881	

Tabela 11 – Teste T Student para autorregulação

Fonte: Os autores (2016).

Para um nível de significância de 5% o resultado do teste demonstrou um valor

maior que o P-valor de 0,05, sendo de 0,9099, demonstrando que estatisticamente não há diferença entre as médias da variável autorregulação entre os discentes.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho teve como objetivo analisar como os acadêmicos de Ciências contábeis de uma instituição pública e outra privada avaliam a gestão de sua vida acadêmica, com o intuito de verificar se há correlação entre a procrastinação e autorregulação com o desempenho acadêmico, além de correlacionar procrastinação com autorregulação.

Conclui-se que, em média, os estudantes possuem um escore médio de procrastinação de 58%. Quanto à autorregulação, os alunos possuem um escore médio de autorregulação de 68%. Em média os estudantes possuem um bom desempenho acadêmico em ambas as instituições, o que pode ser visto através das médias calculadas pela estatística descritiva de 77,91% para a privada e 80,85% para a pública.

Quanto à correlação existente entre as variáveis analisadas, nas duas instituições a procrastinação não afeta o desempenho acadêmico, sendo assim, rejeita-se a hipótese nula. Quanto à autorregulação e o desempenho acadêmico para a instituição privada e para a pública existe uma correlação desprezível, pois o resultado está muito próximo de 0, o que evidencia que praticamente não há associação entre as duas variáveis; rejeitando-se  $H_0$ .

Referente à autorregulação e a procrastinação, na instituição privada possui uma correlação positiva moderada, para a instituição pública constata-se uma correlação positiva fraca, ou seja, autorregulação e procrastinação não dependem uma da outra, sendo assim para a instituição privada aceita-se  $H_0$  pois existe correlação entre as variáveis analisadas, já para a instituição pública rejeita-se  $H_0$  pois não há correlação.

Os resultados obtidos se limitam à amostra, às variáveis selecionadas e às técnicas de análise de dados empregadas. Deste modo recomenda-se em futuras pesquisas relacionar outras variáveis na busca daquelas que afetam a procrastinação, a autorregulação e o desempenho acadêmico dos estudantes, como por exemplo: gênero, cultura, motivação, etc.

## REFERÊNCIAS

BANDURA, Albert. A teoria da evolução social cognitiva. In: BANDURA, Albert; AZZI, Roberta Gurgel; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. (Org.) **Teoria social cognitiva: conceitos básicos**. Porto Alegre: Artmed, Cap.1, p.15-41, 2008.

CORREIA, Rony Rodrigues; DE MOURA, Pedro Jácome. Aprendizagem e procrastinação: uma revisão de publicações no período 2005-2015. **Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, v. 15, n. 2, 2017.

COSTA, Marta Daniela Silva. **Procrastinação, autorregulação e gênero**. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal, 2007.

GARCIA, Teresa; PINTRICH, Paul. Regulating motivation and cognition in the classroom: the role of self-schemas and self-regulatory strategies. **Self-regulation of learning and performance: Issues and educational applications**, p. 127-153, 1994.

MUNHOZ, Alicia Maria Hernández. **Uma análise multidimensional da relação entre inteligência e desempenho acadêmico em universitários ingressantes**. 2004. 171 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

RIBEIRO, Flávio *et al.* Comportamento procrastinador e desempenho acadêmico de estudantes do curso de ciências contábeis. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 7, n. 3, p. 386-406, 2014.

ROTENSTEIN, Aliza; DAVIS, Harry; TATUM, Lawrence. Early birds versus just-in-timers: the effect of procrastination on academic performance of accounting students. **Journal of Accounting Education**, v. 27, n. 4, p. 223-232, 2009.

SAMPAIO, Rita Karina Nobre *et al.* **Procrastinação acadêmica e autorregulação da aprendizagem em estudantes universitários**. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

\_\_\_\_\_; BARIANI, Isabel Cristina Dib. Procrastinação acadêmica: um estudo exploratório. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 242-262, 2011.

\_\_\_\_\_; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge; DE FONSECA ROSÁRIO, Pedro Sales Luís. Autorregulação da aprendizagem e a procrastinação acadêmica em estudantes universitários. **Cadernos de Educação**, n. 42, p. 119-142, 2012.

WOLTERS, Christopher. Understanding procrastination from a self-regulated learning perspective. **Journal of Educational Psychology**, v. 95, n. 1, p. 179-187, 2003.

ZIMMERMAN, Barry. From cognitive modeling to self-regulation: a social cognitive career path. **Educational Psychologist**, v. 48, n. 3, p. 135-147, 2013.

\_\_\_\_\_. Investigating self-regulation and motivation: historical background, methodological developments, and future prospects. **American Educational Research Journal**, n. 45, v.1, p. 166-183, 2008.

## CAMINHOS E DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO CONTINUADA NA PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE

Data de aceite: 01/07/2020

### **Ismael Alfredo Melo da Silva**

Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Faculdade Boa Viagem (UNIFBV)  
ismaelmello@outlook.com.

### **Ana Paula Ferreira da Silva**

Graduada em Ciências Contábeis e Mestre em Administração pela UFPE. Professora da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e do Centro Universitário Faculdade Boa Viagem (UNIFBV)  
anapafesilva@hotmail.com.

### **James Anthony Falk**

Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, doutorado em Public Administration pela University of Georgia e Pós-doutorado na Medical College of Virginia, Department of Health Administration da Virginia Commonwealth University. Professor titular do Centro Universitário Faculdade Boa Viagem (UNIFBV)  
thefalks@terra.com.br.

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo analisar os caminhos e as dificuldades encontradas pelos profissionais de contabilidade acerca da Educação Profissional Continuada. O tipo de pesquisa adotado é de cunho descritivo, com uma abordagem quantitativa para definição do problema e a utilização do procedimento

metodológico *survey*. Para a coleta de dados foi elaborado um questionário, aplicado nos dias 11 e 12 de setembro aos participantes da IX Convenção dos Contabilistas de Pernambuco, realizada no Centro de Convenções na cidade de Olinda-PE. Os dados coletados foram tabulados, analisados e apresentados mediante o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Os resultados da pesquisa revelaram que os principais instrumentos de atualização utilizados pelos profissionais contábeis foram dos cursos e palestras presenciais oferecidos pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC), seguido por palestras e seminários oferecidos por Instituições de Ensino Superior (IES) e, em menor número, os de outras formas de capacitação. As principais dificuldades encontradas para participação de treinamentos periódicos e na especialização foram: Falta de tempo, baixa oferta de cursos de qualificação profissional voltados para as áreas de atuação e, ultimamente, razões financeiras. Na percepção dos profissionais de contabilidade, o CRC foi bem avaliado com relação aos cursos de capacitação profissional oferecidos no Estado de Pernambuco.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Continuada. Qualificação Profissional. Profissional de Contabilidade.

**ABSTRACT:** This paper aims to examine the ways and difficulties encountered by accounting professionals with the Continuing Professional Education. The type of research adopted is descriptive in nature, with a quantitative approach for the definition of the problem and the utilization of a methodological procedure of a survey. For the data collection a questionnaire was applied on the 11<sup>th</sup> and 12<sup>th</sup> of September to all the participants of the IX Convention for the Accountants of Pernambuco which was held at the Convention Center in Olinda-PE. The collected data were tabulated, analyzed and presented by means of the Statistical Package for the Social Sciences Program (SPSS). The survey results revealed that the main instruments used by accounting professionals for continuing education were the courses and classroom lectures offered by the Regional Accounting Council (CRC) followed by lectures and seminars offered by Higher Education Institutions (HEIs), and, in a smaller number, by other capacitating forms. The main difficulties to participate in periodic training and expertise were, in sequence: lack of time; low supply of vocational training courses focused on the areas of operations and, lastly, financial reasons. In the perceptions of the accounting professionals, the CRC was well evaluated with respect to vocational training nodes offered in the state of Pernambuco.

**KEYWORDS:** Continuing Education. Professional Qualification. Accounting Professional.

## 1 | INTRODUÇÃO

Com o aumento da complexidade dos negócios, emerge a necessidade da constante atualização contábil e econômica por parte dos contabilistas brasileiros. Segundo informações do Jornal do Comercio de Pernambuco (2013), a demanda por serviços contábeis no Estado cresce a taxa média de 10%, além disso, o profissional que domina tecnologia é o mais requisitado. Neste contexto, o processo de adequação da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade é um dos fatores de contribuição para o aquecimento e reciclagem do mercado de trabalho. Para Holtzman (*apud* RIBEIRO FILHO, 2009) o contador, que antes era visto como o ‘guarda-livros’, aquele profissional encarregado de fazer as contas da empresa na ponta do lápis e usava apenas a máquina de calcular, hoje, na verdade, pode ser considerado um grande consultor.

Nesta mesma linha de pensamento Mula (2005, p.12) alerta que “a sociedade espera e precisa contar com contabilistas bem preparados e atualizados, para que possam, efetivamente, contribuir com assessoria de alto nível ao mundo empresarial”. Franco (1999, p. 82-83) já corroborava com essa ideia afirmando: “Além dos conhecimentos técnicos essenciais, o contador da atualidade precisa também desenvolver habilidades relativas à comunicação, às relações humanas e à administração, criando um balanceamento adequando entre a formação teórica e a prática”.

Para acompanhar as mudanças que vêm ocorrendo constantemente no ambiente dos negócios, seja na área contábil, econômica ou financeira, o contador precisa buscar

incessantemente a educação continuada. Esta deve fazer parte do planejamento de carreira do contador. Conforme Dutra (2013, p. 21) “Há, por parte das pessoas, uma natural resistência ao planejamento de suas vidas profissionais, tanto pelo fato de encararem a trilha profissional como algo dado, quanto pelo fato de não terem tido qualquer estímulo ao longo de suas vidas”.

A formação de bacharel em ciências contábeis é apenas o primeiro passo rumo ao desenvolvimento profissional. Lopes (2012, p.19, *grifo nosso*), por exemplo, chama atenção para a necessidade da formação profissional continuada, contemplando as competências demandadas pelo mercado de trabalho na área contábil; bem como, afirma, no texto seguinte, que o problema da formação profissional e da educação continuada não é só da área contábil:

Enquanto não tivermos a admissão ao mundo profissional dependente não só do exame de suficiência recentemente recriado, levado muito a sério, mas também da comprovação de um certo número de anos de efetivo exercício supervisionado (como ocorre em muitos países há muito tempo - por coincidência onde a imagem do profissional é muito melhor do que entre nós), atestado por profissional ou profissionais que assumem responsabilidade por essa declaração, provavelmente nada mudará significativamente. *E seguido, isso tudo da obrigação de o profissional continuamente, ao longo de toda sua vida profissional, comprovar que se atualiza constantemente.*

Sendo assim, cabe aos profissionais de contabilidade adotar a educação profissional continuada como premissa básica para se manter no mercado de trabalho, pois agora eles deixam de ser apenas figurantes e passam a ser os atores da mudança nos negócios organizacionais. Já para Breda (2014b), a formação escolar ou acadêmica não é suficiente para manter um profissional de contabilidade no mercado durante a sua carreira. A necessidade de capacitação permanente ao longo da vida profissional é requisito indispensável de sobrevivência no mercado e de garantia mínima de qualidade na prestação dos serviços.

De fato, desde 2002, através da Resolução nº 945/2002, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) possuía um Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), onde era obrigatório somente para contadores que atuam na área de auditoria independente, sendo regulados pela Norma Brasileira de Contabilidade Profissional de Auditoria (NBC PA 12), ora revogada em 2014. O próprio Código de Ética Profissional do Contador – CEPC (2011), igualmente orienta a todos os profissionais da categoria para buscar a qualificação profissional.

Em matéria publicada na Revista Transparência do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) de setembro de 2014, Breda (2014a) citou que o CFC estava em fase de elaboração de uma nova norma contábil. Este regulamento ampliaria o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) para os contadores que atuam como preparadores das demonstrações contábeis nas empresas reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), já para início em 2015, com uma posterior expansão para toda a

classe contábil. Após três meses, em dezembro de 2014, a norma citada estava pronta, na forma da resolução CFC nº. 2014/NBCPG12, ampliando assim a obrigatoriedade da realização do PEPC.

As exigências trazidas pela resolução CFC nº. 2014/NBCPG12, em relação ao programa de educação continuada vieram acompanhadas, aparentemente, de algumas dificuldades relativo ao cumprimento por parte dos profissionais de contabilidade. Sendo assim, o objetivo principal deste estudo é analisar os caminhos e dificuldades encontradas pelos profissionais de contabilidade acerca da educação continuada. A fim de detalhar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) Verificar quais os principais instrumentos de atualização adotados pelos profissionais de contabilidade; b) Investigar quais são as principais dificuldades encontradas pelos profissionais de contabilidade na busca da qualificação; e c) Avaliar a percepção dos profissionais de contabilidade de Pernambuco com relação aos cursos de capacitação profissional, ou seja, de educação continuada, oferecidos pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Pernambuco (CRC/PE).

Este trabalho é composto por 6 (seis) seções, onde na primeira é realizada a introdução do trabalho. A segunda seção apresenta a primeira parte do referencial teórico, o qual discorre sobre o profissional contábil e suas áreas de atuação, as legislações que regem o profissional contábil, bem como o currículo do contador. Já a terceira seção discute o programa de educação profissional continuada proposto pelo CFC. A quarta seção disserta sobre os procedimentos metodológicos adotados na realização do estudo, apontando: o método, o tipo de pesquisa e descreve o instrumento de coleta de dados e todo o processo de coleta de dados para a pesquisa, bem como o tratamento que foi dado. A quinta seção apresenta os resultados encontrados da pesquisa, com a aplicação de 80 questionários junto aos contabilistas presentes na IX Convenção dos contabilistas de PE. Por fim, a sexta e última seção deste trabalho, apresenta as discussões finais obtidas com base na realização desse estudo.

## **2 | O PROFISSIONAL CONTÁBIL E SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO**

De acordo com o art. 12 do Decreto-lei nº 9.295/46, alterado pela Lei nº 12.249/10, os profissionais somente poderão exercer a profissão após a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) a que estiverem sujeitos. Esses profissionais são denominados Contadores.

O mesmo decreto, em seu § 2º do art. 12, determina aos técnicos em Contabilidade, profissionais com formação de nível médio, a obrigação do registro no CRC. Os profissionais que obtiveram o registro até 1º de junho de 2015 tiveram assegurados o seu direito ao exercício da profissão. Nesse sentido, a partir da referida data, não haverá o registro de

novos profissionais com formação de técnico em Contabilidade.

Com base no exposto na legislação, são profissionais da Contabilidade, o contador (formação de nível superior) e o técnico em Contabilidade (formação de nível médio), sendo que a partir da data referida no decreto, o profissional técnico entra em fase de extinção, sob o aspecto formal. Para Ludícibus, Marion e Faria (2009, p. 24) “Contador é o profissional que exerce as funções contábeis, com formação superior de ensino Contábil (Bacharel em Ciências Contábeis)”. Complementando, Cruz, Andrich e Schier (2011, p. 29) evidenciam: “O contador é um profissional liberal, que pode trabalhar de forma independente”

A profissão contábil surgiu com o advento da Revolução Industrial. O caminho foi aberto em Edimburgo, cujo anuário municipal 1773, indicava a existência de sete contadores. No início do século XIX, ainda havia menos de 50 contadores públicos registrados nas listas das principais cidades da Inglaterra e da Escócia. Esses números cresceriam rapidamente em consequência da aprovação da Lei das Companhias em 1844, que passou a exigir balanços aprovados por auditores (HENDRIKSEN, BREDA, 2007).

Apesar de ser uma profissão originária do advento da Revolução Industrial, no Brasil, entretanto, a função do contador foi distorcida em alguns segmentos da economia, principalmente na pequena empresa, estando voltada, quase que exclusivamente para satisfazer às exigências do fisco (SANTOS, 2006). Todavia, a contabilidade tem hoje uma posição bem definida na economia global, um campo de trabalho bastante amplo e diversificado.

Conforme Marion (2007, p.27), “A contabilidade é uma das áreas que mais proporcionam oportunidades para o profissional [...]”. Na mesma linha de pensamentos, Cruz, Andrich e Schier (2011) esboçam que poucas profissões, no mundo atual, oferecem tantas oportunidades de inserção profissional como a Contabilidade, principalmente após a atual temática de internacionalização da contabilidade

Diante de um leque de atividades, o quadro 1 apresenta algumas áreas de atuação dos contadores:

Área de atuação	Descrição
Contabilidade Financeira	Fornece informações básicas aos seus usuários externos e é obrigatória conforme a legislação comercial.
Contabilidade de Custos	Voltada para o cálculo, interpretação e controle dos custos dos bens fabricados ou comercializados, ou dos serviços prestados pela empresa.
Contabilidade Gerencial	Voltada para fins internos, procura suprir os gestores de um elenco maior de informações, exclusivamente para a tomada de decisões.
Auditor	Área voltada para a verificação da exatidão dos procedimentos contábeis.
Analista Econômico-Financeiro	Analisa a situação econômico-financeira da empresa por meio de relatórios fornecidos pela Contabilidade. A análise pode ter os mais diversos fins: avaliação de desempenho, concessão de crédito, investimentos etc.
Perito Contábil	Voltada para a verificação na exatidão dos registros contábeis e em outros aspectos - daí a designação Perito Contábil.
Consultor Contábil	O contador poderá atuar como consultor: fiscal, de processamentos de dados contábeis e financeiros, de comércio exterior, Custos e Formação de Preços etc.

Professor de Contabilidade	Exerce o magistério no ensino médio ou superior (neste caso há necessidade de pós-graduação), não só na área Contábil, bem como em áreas afins.
Pesquisador Contábil	Campo pouco explorado no Brasil, onde o profissional tem suas atividades laborais voltadas a investigação científica na Contabilidade
Cargos Públicos	Geralmente através de concursos, o contador poderá atuar como: contador, fiscal de renda, auditor fiscal e/ou tributário, analista de controle interno, etc,
Cargos Administrativos	Os contadores que exercem cargos de assessoria, de diretoria, além de ocupar cargos de executivos, tal como a de <i>Controller</i> .
Outras áreas, ainda ocupadas pelo Contador	Investigador de Fraude, Escritor, Parecerista, Avaliador de Empresas, Conselheiro Fiscal, Mediador e Árbitro etc.

Quadro 1 - Áreas de atuação do profissional contábil

Fonte: Adaptado de Ludícibus, Marion e Faria (2009, p.24-25).

### 3 | PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

A atuação dos profissionais contábeis tem se mostrado cada vez mais imprescindível à sociedade, pois é fato notório que a contabilidade é capaz de assegurar a veracidade e atestar a confiabilidade das informações pertinentes ao interesse coletivo (CFC, 2008).

Para Lopes (2012) a informação é vital para o mundo; o conhecimento é o ativo mais valioso; e a Contabilidade é informação. Infelizmente, tem sido muito comum o profissional de Contabilidade, principalmente na Contabilidade Gerencial, perder seu espaço para outros profissionais, por não estar havendo melhoria suficiente na qualificação do Contador, a começar pela acadêmica.

Conforme Lopes (2012 p.19), são três os pontos básicos para mudança efetiva na profissão: exame de suficiência, experiência pré-registro e educação continuada comprovada. E ele completa: “O risco profissional de não se atualizar rapidamente é que, na medida em que as empresas e outras entidades precisam de informação e os profissionais que deveriam estar preparados para fornecê-las não estão, outros se engajam nessa tarefa”. Conforme o Manual do Contabilista do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará –CRC-CE (2009, p. 65):

A qualificação profissional é fator decisivo para a mudança de imagem e maior participação do contador no núcleo decisório da empresa. [...] qualquer profissional deve estar permanentemente se atualizando, acompanhando as mudanças da legislação e se reciclando. Adquirindo o hábito da leitura e seu autodesenvolvimento tanto pode se dar através de cursos formais como através de práticas autodidatas e cursos de especialização.

Saudagaran (2004 *apud* NIYAMA, 2010, p. 30) explana: “Naturalmente, a qualidade da educação é impactada por inúmeros fatores, tais como nível de desenvolvimento econômico, o grau de vinculação econômica e política com outros países e o ‘status’ de profissão contábil”.

De acordo com Oliveira Sobrinho e Cruz (2011, p.1) os “Programas de Educação Continuada, têm por meta a produção e a execução de cursos de extensão universitária para o aperfeiçoamento, difusão e atualização de conhecimentos dos Contabilistas”.

A Norma Brasileira de Contabilidade Profissional de Auditoria (NBC PA 12) reguladora do PEPC foi revogada pela NBC PG 12, publicada no Diário Oficial da União no dia 8 de dezembro de 2014. De acordo com a NBC PG 12:

A Educação Profissional Continuada é a atividade formal e reconhecida pelo CFC que visa manter, atualizar e expandir os conhecimentos e as competências técnicas e profissionais, as habilidades multidisciplinares e a elevação do comportamento social, moral e ético dos profissionais da Contabilidade como características indispensáveis à qualidade dos serviços prestados e ao pleno atendimento das normas que regem o exercício da profissão contábil (CFC, 2014, p.1).

Atualmente o PEPC deve ser cumprido: pelos contadores inscritos no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI), exercendo, ou não, atividade de auditoria independente; pelos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), inclusive sócios, exercendo, ou não, atividade de auditoria independente; pelos responsáveis técnicos e demais profissionais que exerçam cargos de direção ou gerência técnica nas firmas de auditoria registradas na CVM; pelos que exercem atividades de auditoria independente nas instituições financeiras e nas demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB); e pelos que exercem atividades de auditoria independente nas sociedades seguradoras e de capitalização e nas entidades abertas de previdência complementar reguladas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (CFC, 2014).

Segundo Breda (2014, 2014a), Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do CFC, está prevista para o ano de 2015, a aplicação de apenas algumas atualizações formais da Norma; já a inclusão de mais profissionais no PEPC ficou para entrar em vigor apenas no início de 2016.

Ainda conforme Breda (2014a), a classe contábil é a única no Brasil a possuir um Programa de Educação Profissional Continuada obrigatório. A ampliação da obrigatoriedade da qualificação veio ao encontro dos interesses da classe contábil e do mercado que, com a mudança na Norma, abrange apenas cerca de 3 mil, em um universo de mais ou menos 500 mil contadores em todo o país. O objetivo do CFC é justamente envolver cada vez mais profissionais. No quadro 2 é apresentado um histórico-evolutivo com a visão dos profissionais contábeis acerca da educação continuada do contador:

<b>Edição</b>	<b>Nome / Função ocupada na época</b>	<b>Visão</b>
<b>Nº 33 Jan. 2001</b>	Antônio Carlos Nasi	Novos serviços estão surgindo, com campos de trabalho cada vez mais amplos para o contador. Todavia, para assumir estes desafios e dar aos seus clientes uma resposta adequada, os contadores devem fazer uma reciclagem completa de seus conhecimentos.
	Presidente da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC).	
<b>Nº 34 Fev. 2001</b>	Jorge Katsumi Niyama	A valorização da profissão contábil é consequência de um amplo processo de educação continuada fundamentada num sólido processo de formação acadêmica.
	Professor de Ciências Contábeis da UNB	

<b>Nº 35 mar. 2001</b>	Irineu De Mula	O Programa de Educação Continuada do CFC vai ser fundamental para fazer com que o futuro novo profissional tenha uma visão universal não só da sua profissão, mas do mundo dos negócios como um todo.
	Coordenador da Câmara de Desenvolvimento Profissional do CRC-SP.	
<b>Nº 38 mar. 2001</b>	Antônio Lopes De Sá	A Educação Continuada é o caminho certo e o Exame de Suficiência uma forma de qualificação útil e seguida em algumas outras profissões, também.
	Membro da academia de ciências contábeis.	
<b>Nº 44 dez. 2001</b>	José Serafim Abrantes	Só existe um caminho para superaras atuais dificuldades dos governos e da sociedade de um modo geral: a Universalização do conhecimento e a educação continuada.
	Presidente do CFC.	
<b>Nº 45 jan. 2002</b>	José Serafim Abrantes	Mergulhados em tempos nos quais as inovações têm vida curta, sendo logo suplantadas por algo ainda mais novo, nos vimos forçados a reagir com igual dinamismo. Corremos atrás da qualificação (...). Os programas de Educação Continuada e Ensino a Distância estão contribuindo para redirecionar os rumos da prática contábil.
	Presidente do CFC.	
<b>Nº 50 jul. 2002</b>	Irineu De Mula	O Contador, no mundo globalizado, deve estar preparado para ser um dos mais importantes assessores dos empresários e, para tal, deverá ter bons conhecimentos em matérias adicionais às do curso regular (...). Não seria demasiado nos referir ainda ao conhecimento específico e especializado quando requerido e o conhecimento de outras línguas, pois o Contador é, além do mais, um comunicador.
	vice - presidente técnico do CFC e ex-presidente do CRCSP (1998/99).	
<b>Nº76 maio/ jun 2005</b>	Delmiro Silva	A Educação Continuada é uma das melhores ações que o CFC vem desenvolvendo em parceria com os Regionais e outras instituições.
	Membro da Câmara de Ética e Disciplina do CFC.	
<b>Nº 82 maio /Jun. 2006</b>	Pedro Coelho Neto	Existem empresas usuárias de serviços profissionais que adotam o critério do “menor preço” para a contratação de serviços contábeis. Esquecem elas que, nessa área, “o barato sai caro”, pois não há como praticar um bom serviço de contabilidade se o prestador não remunerar os seus técnicos de forma adequada e não investir, pesadamente, em tecnologia e educação continuada (...).
	Consultor e ex-professor.	
<b>Nº 84 Out/ Nov/ Dez. 2006</b>	Maria Clara Cavalcante Bugarim	O CFC e todo o Sistema já evoluíram o suficiente para entender que uma fiscalização eficaz é, acima de tudo, uma fiscalização preventiva; e fiscalizar preventivamente é apoiar e estimular a educação continuada.
	Presidente do CFC.	
<b>Nº 99 Jun./ jul. 2009</b>	Maria Clara Cavalcante Bugarim	O programa de educação profissional continuada tem como premissas informar, orientar e capacitar o profissional, para evitar desvios involuntários no exercício da profissão. Capacitar e conscientizar são, pois, instrumentos de fiscalização preventiva.
	Presidente do CFC.	

Quadro 2 - Visão dos profissionais contábeis acerca da educação continuada do contador expressa nos jornais do CFC

Fonte: Elaboração própria dos autores com base nos jornais do CFC nas edições citadas no quadro.

## 4 | METODOLOGIA

Esta seção do artigo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados, tais como: método, universo, amostra, tipologias e procedimentos para coleta e análise de dados. O método utilizado neste estudo foi o indutivo, pois parte de casos individualizados, a fim de inferir possíveis verdades sobre o todo. Na pesquisa em questão, partiu-se da opinião de 80 (oitenta) profissionais contábeis sobre o tema Educação Continuada, através das quais foi possível estabelecer conclusões prováveis sobre o grupo estudado.

O universo deste estudo corresponde aos 511 participantes da IX Convenção dos Contabilistas de Pernambuco (CCP). A amostra deste trabalho é composta por 80 questionários, aplicados nos dias 11 e 12 de setembro de 2014 na IX Convenção dos contabilistas de Pernambuco Centro de Convenções em Olinda-PE. Para a realização da pesquisa foi utilizada a classificação tipológica de Beuren *et al* (2008). Quanto aos objetivos, a análise é classificada como exploratória pela existência de poucos estudos na literatura nacional sobre Educação Continuada na área contábil. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos a pesquisa é um Levantamento (*survey*), realizada com 80 (oitenta) profissionais contábeis. Prodanov e Freitas (2013, p. 57-58) explicam:

Esse tipo de pesquisa ocorre quando envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento desejamos conhecer através de algum tipo de questionário. Em geral, procedemos à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obtermos as conclusões correspondentes aos dados coletados.

A pesquisa desenvolvida quanto à abordagem teve um caráter quantitativo. Para Marques *et al* (2006, p.39) na abordagem quantitativa “o pesquisador se vale de tabelas, gráficos, porcentagens e estudos probabilísticos”. O instrumento de coleta de dados adotado foi um questionário estruturado em quatro grupos de perguntas (quadro 3).

GRUPO DE QUESTÕES	DESCRIÇÃO (ASSUNTOS)
1	Informações gerais sobre o entrevistado: idade, sexo e nível de formação acadêmica.
2	Informações profissionais, tais como: anos de experiência no exercício da profissão, área (as) de atuação, vínculo profissional e funções exercidas com maior intensidade.
3	Veículos usados para se manter informado e qualificado referente às alterações e inovações das normas aplicadas à contabilidade, bem como instrumentos de atualização utilizados.
4	Avaliação dos eventos de educação continuada, dificuldades encontradas para participação, bem como avaliação do Conselho Regional de Contabilidade.

Quadro 3 - Estrutura do questionário de pesquisa

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Após contato pessoal com cada profissional com a finalidade de divulgar os objetivos do trabalho, o entrevistado tinha como escolha, responder as perguntas diretamente aos pesquisadores ou preencher individualmente o instrumento de coleta e entregar posteriormente. De posse dos instrumentos de coletas respondidos, através do *software Statistical Package For The Social Sciences* (SPSS) foram realizadas dois tipos de análises: frequências das respostas de cada questão individual e o cruzamento de respostas de questões relevantes. Em seguida, por questão de formatação, as tabelas de dados foram elaboradas posteriormente no programa *Microsoft Office Excel*. Segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 167) “uma vez manipulados os dados e obtidos os resultados,

o passo seguinte é análise e interpretação dos mesmos”, a qual é realizada na seção seguinte.

## 5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção do artigo apresenta os resultados e discussões sobre os dados obtidos através da pesquisa de campo realizada com 80 (oitenta) profissionais de contabilidade, os quais foram entrevistados nos dias 11 e 12 de setembro, durante a IX Convenção dos Contabilistas de Pernambuco (CCP) no Centro de Convenções na cidade de Olinda-PE.

### 5.1 Informações gerais sobre os entrevistados

Esta subseção traz informações sobre os sujeitos da pesquisa. A distribuição etária dos entrevistados foi ampla e mais ou menos igualitária, nas faixas etárias de até 54 anos de idade. Há uma pequena concentração na faixa entre 23 e 30 anos, contudo, representando 23,8%, seguidos pelas faixas de 39 a 46 e 47 a 54, ambos com 18,8% respectivamente, com a faixa intermediária de 31 a 38 anos de idade com 16,3%. Os respondentes têm 44 anos de idade em média. Destaca-se também a presença de contadores idosos no evento (Tabela 1). Além disso, a amostra do evento foi composta, em sua maioria por homens (60,0%), contra apenas 35,0% de mulheres. Segundo o CFC na Pesquisa Perfil do Profissional da Contabilidade 2012/2013 em relação ao Estado de Pernambuco, os contabilistas masculinos e femininos representaram 66,1% e 33,9%, respectivamente, dados próximos à pesquisa.

Gênero	Idade															
	23-30		31-38		39-46		47-54		55- 62		63- 70		≤70		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Masculino	10	52,6	8	61,5	8	53,3	10	66,7	6	100,0	7	87,5	3	75,0	52	65,0
Feminino	9	47,4	5	38,5	7	46,7	5	33,3	0	0,0	1	12,5	1	25,0	28	35,0
Total	19	100	13	100	15	100	15	100	6	100	8	100	4	100	80	100
% s/total	23,8		16,3		18,8		18,8		7,5		10,0		5,0		100,0	

Tabela 1 - Distribuição por idade x gênero do entrevistado

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Quanto ao nível de formação acadêmica, apenas cinco contabilistas concluíram apenas o curso de técnico em contabilidade. Mais da metade dos respondentes possuem formação apenas até a graduação (58,8%), incluindo-se no cálculo os cinco técnicos que afirmaram possuir formação com um curso de graduação. 26 (Vinte e seis) dos 80 entrevistados contaram, além da graduação, com um curso de especialização, dos quais 5 (cinco) continuaram os estudos através do curso de mestrado, e 1 (um) deles, além do mestrado, um curso de doutorado. Em resumo, cerca de 52,0% dos profissionais não

possuem nenhuma especialização e permanecem apenas com titulação de contadores ou técnicos em contabilidade (Tabela 2).

Formação Acadêmica	Total	
	Ocor.	% s/total
Técnico	5	6,3
Técnico e Graduação	5	6,3
Técnico e Graduação e Especialização	1	1,3
Técnico, Graduação, Especialização e Mestrado	1	1,3
Graduação	42	52,5
Graduação e Especialização	21	26,3
Graduação, Especialização e Mestrado	4	5,0
Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado	1	1,3

Tabela 2 - Nível de formação acadêmica

Fonte: Elaboração o própria dos autores.

Dos 26 (vinte e seis) contadores entrevistados (32,5%) que procuraram cursar pelo menos uma pós-graduação ou MBA, 75,0% procuram especializações na própria área de contabilidade, sendo o curso de Contabilidade e Controladoria o mais citado, com 32,1%; seguido por Gestão Tributária e Auditoria e Perícia, com 17,9% cada um; e Contabilidade e Controladoria Governamental com 7,1%. 7 (Sete) dos 80 (oitenta) contadores, (25%), contudo, procuraram realizar uma especialização na área das ciências administrativas/economia, sendo gestão empresarial e gestão de pessoas com 10,7% cada, e gestão financeira com 3,6% (Tabela 3).

Área	Área de MBA ou Especialização	Total		
		Ocor.	% s/ área	% s/total
Contábil	Contabilidade e Controladoria	9	42,9	32,1
	Gestão Tributária	5	23,8	17,9
	Auditória e Perícia	5	23,8	17,9
	Contabilidade e Controladoria governamental	2	9,5	7,1
	Subtotal 1	21	100,0	75,0
Áreas afins	Gestão Empresarial	3	42,9	10,7
	Gestão de pessoas	3	42,9	10,7
	Finanças	1	14,3	3,6
	Subtotal 2	7	100,0	25,0
<b>Total</b>		<b>28</b>	-	100,0

Tabela 3 - Formação acadêmica - Área de MBA ou especialização

Fonte: Elaboração o própria dos autores.

Quanto à formação acadêmica de mestrado o número é muito reduzido com 5 casos, sendo 6,3% dos respondentes mestres em Contabilidade e apenas um profissional mestre em Gestão Pública. Os que não possuíam mestrado correspondem a 92,5%. Em relação ao Doutorado, apenas um dos profissionais que responderam à pesquisa possuía a titulação, com formação de Doutorado em Educação.

## 5.2 Veículos usados para se manter informado

A tabela 4 demonstra o confronto de dados relacionados com a formação acadêmica e os meios de obter informação, para fins de atualização profissionais. Dos oitenta (80) questionados, aproximadamente 84,0% utilizava como meios de obter informação, os Sítios oficiais da Receita Federal Brasileira (RFB) e secretarias da fazenda estaduais ou quase 25,0% de todas as formas de capacitação apresentadas. Destes, a distribuição é geral entre todas as classes de formação acadêmica, com exceção do Técnico de nível médio que utiliza mais as palestras sobre contabilidade. Esta fonte é também utilizada predominantemente por todos os níveis de Técnicos e mais os contadores graduados com especialização e mestrado e representa 72,5% do total de entrevistados. Em terceiro lugar, encontra-se 67,5% utilizando sítios oficiais de órgãos reguladores, mais utilizado por contadores com curso de pós-graduação *stricto sensu*.

As revistas eletrônicas de contabilidade são utilizadas por aproximadamente 43,0% da amostra. Destes, 25% são técnicos com curso de pós-graduação *latu sensu* e graduados com curso de pós-graduação *stricto sensu*. Vale observar que em torno de 21,3% da amostra já utiliza ferramentas pouco utilizadas anteriormente como *blogs, Twitter, etc.*

Formação Acadêmica	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Técnico	0,0	0,0	8,6	4,5	9,1	7,4	5,9	0,0	5,6
Técnico e Graduação	5,9	7,7	8,6	7,5	9,1	7,4	11,8	50,0	8,6
Técnico, Graduação e Especialização	2,9	0,0	1,7	1,5	0,0	1,9	0,0	0,0	1,5
Técnico, Graduação, Especialização e Mestrado	0,0	0,0	0,0	1,5	4,5	1,9	0,0	0,0	1,1
Graduação	47,1	30,8	44,8	52,2	22,7	51,9	41,2	25,0	45,4
Graduação e Especialização	32,4	46,2	29,3	26,9	36,4	22,2	35,3	25,0	29,4
Graduação, Especialização e Mestrado	8,8	7,7	5,2	4,5	13,6	5,6	5,9	0,0	6,3
Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado	2,9	7,7	1,7	1,5	4,5	1,9	0,0	0,0	2,2

  

(A) Assinatura de revistas eletrônicas de contabilidade	(E) Sítios oficiais de IES e Centros de Pesquisa
(B) Diários Oficiais	(F) Sítios oficiais de órgãos reguladores
(C) Palestras sobre contabilidade	(G) Viki, blogs, twitter, etc.
(D) Sítios oficiais da RFB e Secretarias estaduais da fazenda	(H) Outros

Tabela 4 - Formação Acadêmica versus meios de obter informação (em %)

Fonte: Elaboração própria dos autores.

A tabela 5 apresenta o cruzamento entre os instrumentos de atualização mais

utilizados pelos contabilistas com as principais dificuldades encontradas para realização dos mesmos. A fim de levantar com mais clareza e precisão as reais dificuldades encontradas pelos contabilistas, foi permitido ao entrevistado marcar quantas opções ele achasse necessário. Dentre os instrumentos de atualização, o mais citado por aproximadamente 23,0% foram os cursos presenciais oferecidos pelo sistema CFC/CRCs. Destaca-se para este instrumento como dificuldades apontadas para atualização profissional, em ordem decrescente: a falta de tempo foi citada por 40% dos contadores entrevistados, seguido por baixa oferta de cursos dedicados a área de atuação e, em terceiro lugar, razão financeira (Tabela 5).

As palestras e seminários oferecidos pelo CFC como instrumento de capacitação com dificuldades aparecem com grande representatividade, cerca de 20,0%. Observa-se, também, em aproximadamente 41,0% do quantitativo de respostas o principal problema, a falta de tempo, seguido por baixa oferta de cursos relacionados à área de atuação e problemas financeiros ficando em terceiro lugar. Em terceiro lugar como instrumento de capacitação com dificuldades aparecem os Cursos presenciais das Instituições de ensino superior (IES) com cerca de 11,0% das respostas. Deste instrumento, a falta de tempo volta a ser a dificuldade citada em primeiro lugar, mas seguido por razões financeiras e, em terceiro lugar, baixa oferta de cursos para a área de atuação (Tabela 5).

É importante destacar que os cursos online aparentemente resolveriam a questão da falta de tempo, pois poderia ser realizado nos horários mais disponíveis, ainda aparece com falta de tempo em primeiro lugar de dificuldade com certa de 45,0% das respostas dos entrevistados que pensaram neste instrumento como meio de atualização. Novamente, baixa oferta de cursos que atendem aos entrevistados aparece em 2º lugar e razões financeiras em 3º lugar.

Em termos gerais, evidencia-se que quase metade das respostas indicou a falta de tempo como a principal dificuldade na participação dos diversos instrumentos de capacitação para todos os instrumentos apresentados. Em 2º lugar os contadores entrevistados escolheram a baixa oferta de cursos da área de atuação dos entrevistados, sejam cursos do Sistema CFC/CRCs, palestras e seminários, cursos EAD (*online*) e palestras e seminários oferecidos por outros órgãos de classe. Aparentemente, esses órgãos teriam condição para resolver esta situação com horários mais flexíveis e conteúdos mais diversificados.

Instrumentos de Atualização	Razão Financeira		Falta de Tempo		Baixa Oferta de Cursos		Outras		Total da Amostra	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Cursos presenciais do Sistema CFC e CRC	18	22,5	32	40,0	25	<b>31,3</b>	5	<b>6,3</b>	80	<b>22,9</b>
Cursos presenciais das Instituições IES	11	<b>28,9</b>	16	42,1	10	26,3	1	2,6	38	<b>10,9</b>
Cursos presenciais por outros órgãos	7	25,9	14	51,9	5	18,5	1	3,7	27	7,7
Cursos EAD (online)	9	<b>26,5</b>	15	44,1	10	<b>29,4</b>	0	0,0	34	9,7
Palestras e seminários do Sistema CFC e CRC	14	20,0	29	<b>41,4</b>	22	<b>31,4</b>	5	<b>7,1</b>	70	<b>20,1</b>
Palestras e seminários das Instituições IES	11	<b>30,6</b>	14	38,9	10	27,8	1	2,8	36	10,3
Palestras e seminários por outros órgãos	9	<b>26,5</b>	17	<b>50,0</b>	6	17,6	2	5,9	34	9,7
Palestras e seminários por outras entidades de classe	4	19,0	12	<b>57,1</b>	5	23,8	0	0,0	21	6,0
Outros	2	22,2	4	<b>44,4</b>	2	22,2	1	<b>11,1</b>	9	2,6
Total	85	24,4	153	43,8	95	27,22	16	4,58	349	100,0

Tabela 5 - Instrumentos de atualização x Dificuldades encontradas

Fonte: Elaboração própria dos autores.

A tabela 6 traz como resultado a relação entre os instrumentos de atualização e o tempo de exercício da profissão. O grupo maior de entrevistados, na faixa de 1 a 9 anos (34,8%) utilizaram mais os cursos apresentados por instituições de ensino superior, cursos online e outras modalidades de capacitação continuada. O segundo grupo de entrevistados pertencente à faixa de 20 a 28 anos de profissão (32,2%) utilizou mais as palestras e seminários do Sistema CFC/CRCs, seguido por palestras e seminários de outros órgãos de capacitação e de Instituições do ensino superior. O terceiro grupo de contadores entrevistados pertence à faixa de 10 a 19 anos (27,3%) lançaram mão de instrumentos de capacitação fora do ambiente do CFC e CRC, igualmente ao grupo maior, mas apenas em outras formas de capacitação continuada em primeiro lugar, seguido por cursos presenciais das instituições do ensino superior e cursos online.

Os grupos com maior experiência de 29 a 37 anos de profissão (14,6%) preferem se capacitar fora do próprio sistema. Eles utilizaram cursos presenciais de outros órgãos de capacitação, como também de palestras e seminários desses órgãos, bem como cursos presenciais do Sistema CFC/CRCs, enquanto os de 38 a 60 anos de profissão (3,4%) preferiam palestras e seminários de outras entidades de classe, bem como cursos presenciais e palestras e seminários do próprio Sistema CFC/CRCs, (Tabela 6).

Instrumentos de Atualização	Tempo de exercício da profissão (em anos)											
	1 a 9		10 a 19		20 a 28		29 a 37		38 a 60		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Cursos presenciais do Sistema CFC e CRC	20	34,5	15	25,9	10	17,2	10	17,2	3	5,2	58	21,7
Cursos presenciais das Instituições IES	13	46,4	9	32,1	3	10,7	3	10,7	0	0,0	28	10,5
Cursos presenciais por outras instituições	8	36,4	4	18,2	5	22,7	5	22,7	0	0,0	22	8,2
Cursos EAD (online)	11	39,3	9	32,1	6	21,4	2	7,14	0	0	28	10,5
Palestras e seminários do Sistema CFC e CRC	17	32,1	15	28,3	44	83,0	8	15,1	2	3,8	53	19,9
Palestras e seminários das Instituições IES	9	33,3	8	29,6	7	25,9	3	11,1	0	0,0	27	10,1
Palestras e seminários por outras instituições	6	23,1	7	26,9	7	26,9	5	19,2	1	3,8	26	9,7
Palestras e seminários por outras entidades de classe	6	33,3	3	16,7	3	16,7	3	16,7	3	16,7	18	6,7
Outros	3	42,9	3	42,9	1	14,3	0	0,0	0	0,0	7	2,6
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>34,8</b>	<b>73</b>	<b>27,3</b>	<b>86</b>	<b>32,2</b>	<b>39</b>	<b>14,6</b>	<b>9</b>	<b>3,4</b>	<b>267</b>	

Tabela 6 - Instrumentos de atualização x tempo de exercício da profissão

Fonte: Elaboração própria dos autores.

A tabela 7 evidencia a comparação entre o tempo de exercício da profissão com as dificuldades encontradas. Como os entrevistados poderiam apontar mais de uma dificuldade, o resultado total não vai ser igual ao número de entrevistados, que é 80. Nota-se que a principal dificuldade apontada pelos respondentes da pesquisa foi a falta de tempo, representando 44,6% do total dos obstáculos indicados pelos entrevistados; seguido pela baixa oferta de cursos de qualificação profissional para sua área de atuação, representando 27,7%; razões financeiras com 20,8%; e por fim, outras opções com apenas 6,9% do total.

Percebe-se que os profissionais em todas as faixas de anos de experiência têm a falta de tempo como seu maior obstáculo à realização de educação continuada. Vale destacar, porém, que os contadores dos dois extremos, pertinente ao tempo de experiência, ou seja, os profissionais com 1 e 9 anos e os de 38 a 60 anos de experiência, são os que mais sofrem com a falta de tempo, representando 50,0% deste item. Este é um ponto que merece ser ressaltado, pois uma ótima alternativa para o problema da falta de tempo seria os cursos online EAD, onde as pessoas podem realizar o curso a qualquer horário, e em qualquer lugar (Tabela7).

Tempo de Profissão	Razão Financeira		Falta de Tempo		Baixa Oferta de Cursos		Outras		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
1 a 9	7	20,6	17	50,0	9	26,5	1	2,9	34	33,7
10 a 19	6	24,0	11	44,0	7	28,0	1	4,0	25	24,8
20 a 28	3	14,3	7	33,3	7	33,3	4	19	21	20,8
29 a 37	4	26,7	7	46,7	3	20,0	1	6,7	15	14,9
38 a 60	1	16,7	3	50,0	2	33,3	0	0	6	5,9
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>20,8</b>	<b>45</b>	<b>44,6</b>	<b>28</b>	<b>27,7</b>	<b>7</b>	<b>6,9</b>	<b>101</b>	<b>100,0</b>

Tabela 7 - Tempo de exercício da profissão x Dificuldades encontradas

Fonte: Elaboração própria dos autores.

No cruzamento da área de atuação com o tempo de exercício da profissão (tabela 8), os entrevistados poderiam apontar mais de uma área de atuação, ou seja, o resultado total não vai ser igual ao número de entrevistados. De fato, os dados registram que existem, em média, 2,5 empregos por cada contador entrevistado. Ao analisar a tabela, percebe-se as cinco áreas de atuação mais mencionadas, são elas respectivamente: contábil (22,0%), fiscal (12,0%), Departamento de Pessoal (11,5%) e Perícia Contábil e Consultoria, cada uma com 8,5%.

Em termos das áreas mais exercidas pelos entrevistados, destaca-se as funções exercidas pelos mais novos (de 1 a 9 anos de experiência), que, no entanto, era esperado ser desempenhadas por profissionais mais experientes. A tabela 8 expõe que os mais novos atuam predominantemente nas áreas de Auditoria Independente (55,6%), Auditoria Interna (40,0%), e Perícia Contábil (35,3%). Essas áreas são seguidas pela função Contábil (34,3%), Fiscal (33,3%) e financeira (31,3%), áreas essas mais características dos cursos de contabilidade.

Áreas de Atuação	Tempo de exercício da profissão (em anos)											
	1 a 9		10 a 19		20 a 28		29 a 37		38 a 60		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Contábil	15	<b>34,1</b>	10	22,7	10	22,7	8	18,2	1	2,3	44	<b>22,0</b>
Fiscal	8	<b>33,3</b>	6	25,0	6	25,0	4	16,7	0	0,0	24	<b>12,0</b>
Controladores	2	22,2	1	11,1	0	0,0	5	<b>55,6</b>	1	11,1	9	4,5
Financeira	5	<b>31,3</b>	3	18,8	4	25,0	4	25,0	0	0,0	16	8,0
Dept. de Pessaol	3	13,0	9	<b>39,1</b>	6	26,1	5	21,7	0	0,0	23	<b>11,5</b>
Perícia Contábil	6	<b>35,3</b>	3	17,6	3	17,6	3	17,6	2	11,8	17	<b>8,5</b>
Auditoria Interna	2	<b>40,0</b>	0	0,0	2	<b>40,0</b>	1	20,0	0	0,0	5	2,5
Planejamento e Orçamento	1	10,0	2	20,0	4	<b>40,0</b>	3	30,0	0	0,0	10	5,0
Custos	1	20,0	1	20,0	1	20,0	2	<b>40,0</b>	0	0,0	5	2,5
Controle Interno	3	27,3	3	27,3	0	0,0	5	<b>45,5</b>	0	0,0	11	5,5
Auditoria Independente	5	<b>55,6</b>	1	11,1	0	0,0	3	33,3	0	0,0	9	4,5
Ensino em Contabilidade	2	20,0	4	<b>40,0</b>	2	20,0	2	20,0	0	0,0	10	5,0
Consultoria	3	17,6	4	23,5	6	<b>35,3</b>	4	23,5	0	0,0	17	<b>8,5</b>
Total	56	<b>28,0</b>	47	23,5	44	22,0	49	24,5	4	2,0	200	100,0

Tabela 8 - Área de atuação x tempo de exercício da profissão

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Por outro lado, conforme dados da tabela 8, a área do Departamento de Pessoal e de ensino da contabilidade são áreas desenvolvidas pelos contadores com 10 a 19 anos de exercício da função, enquanto as áreas de Planejamento e Orçamento e Consultoria, bem como Auditoria Interna, são áreas exercidas por profissionais com carreira já sacramentada, ou seja, com 20 a 28 anos de experiência. Interessante verificar que as funções de Controladores, Custos e Controle internos, funções comuns das grandes

entidades, são mais desenvolvidas por contadores já perto do fim da carreira com 29 a 37 anos de experiência. Já os contadores no fim de carreira (2% das atuações) exercem mais em Perícia Contábil e Controladores.

A tabela 9 demonstra a relação entre a área de atuação e o fato de ter participado ou não em cursos, palestras e treinamentos nos últimos três anos. Ressalta-se, em relação à área de atuação, a possibilidade de poder elencar quantas opções o profissional considerasse necessário. Verifica-se que quase a totalidade dos entrevistados (96,5%) participou de cursos, palestras e treinamentos nos últimos 3 anos. As áreas de menor atuação em termos de participação em curso, palestras e treinamentos foram registradas nas áreas de Auditoria Interna e Auditoria Independente, onde menos de 90% dos entrevistados atuando nestes campos participou de programas de educação continuada nos últimos 3 anos. Todos os entrevistados, inclusive, os pertencentes as áreas: fiscal, controladoria, departamento de Pessoal, Planejamento e Orçamento, Custos, Ensino da Contabilidade e Consultoria, participaram de algum Programa de Educação Continuada nos últimos três anos.

Áreas de Atuação	treinamentos nos últimos 3 anos					
	Não		Sim		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Contábil	2	4,5	42	95,5	44	22,0
Fiscal	0	0,0	24	100,0	24	12,0
Controladores	0	0,0	9	100,0	9	4,5
Financeira	1	6,3	15	93,8	16	8,0
Dept. de Pessaol	0	0,0	23	100,0	23	11,5
Perícia Contábil	1	5,9	16	94,1	17	8,5
Auditoria Interna	1	20,0	4	80,0	5	2,5
Planejamento e Orçamento	0	0,0	10	100,0	10	5,0
Custos	0	0,0	5	100,0	5	2,5
Controle Interno	1	9,1	10	90,9	11	5,5
Auditoria Independente	1	11,1	8	88,9	9	4,5
Ensino em Contabilidade	0	0,0	10	100,0	10	5,0
Consultoria	0	0,0	17	100,0	17	8,5
Total	7	3,5	193	96,5	200	100,0

Tabela 9 - Áreas de atuação x Participação ou não de cursos, palestras e treinamentos

Fonte: Elaboração própria dos autores.

A tabela 10 apresenta as áreas de atuação e meios utilizados de obter informação e novas capacitações. O entrevistado teve a possibilidade de marcar quantas opções achasse necessário. Os dados abaixo se assemelham aos obtidos na tabela 8, onde as cinco áreas de maior atuação foram: contábeis, fiscal, departamento de pessoal, consultoria e financeira. Os três meios de obter informação mais procurados (64,8%) do total foram: sítios oficiais da RFB e secretarias estaduais da fazenda, Palestras sobre contabilidade e Sítios oficiais de órgãos reguladores, representando 24,5%, 21,8% e 18,5%, respectivamente.

Áreas de Atuação	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Índice
Contábil	15,4	3,2	21,2	24,4	7,7	19,2	7,1	1,9	100	3,5
Fiscal	16,3	3,5	19,8	24,4	8,1	19,8	5,8	2,3	100	3,5
Controladores	2,9	8,8	20,6	23,5	14,7	20,6	8,8	0,0	100	3,6
Financeira	13,6	6,8	20,3	25,4	10,2	18,6	5,1	0,0	100	3,8
Dept. de Pessaoal	17,3	2,5	21,0	24,7	7,4	16,0	8,6	2,5	100	3,7
Perícia Contábil	12,8	2,1	23,4	36,2	19,1	4,3	0,0	2,1	100	3,5
Auditoria Interna	13,3	6,7	26,7	20,0	13,3	20,0	0,0	0,0	100	2,8
Planejamento e Orçamento	19,5	0,0	22,0	22,0	12,2	19,5	4,9	0,0	100	3,0
Custos	10,5	0,0	26,3	21,1	10,5	21,1	10,5	0,0	100	4,1
Controle Interno	7,9	7,9	23,7	21,1	13,2	21,1	5,3	0,0	100	3,8
Auditoria Independente	0,0	0,0	33,3	28,6	4,8	33,3	0,0	0,0	100	3,5
Ensino em Contabilidade	15,4	2,6	20,5	17,9	15,4	20,5	7,7	0,0	100	2,3
Consultoria	18,0	1,6	21,3	24,6	8,2	18,0	8,2	0,0	100	3,9
% do Total	14,2	3,4	21,8	24,5	10,2	18,5	6,2	1,1	100	3,6

(A) Assinatura de revistas eletrônicas de contabilidade (E) Sítios oficiais de IES e Centros de Pesquisa  
(B) Diários Oficiais (F) Sítios oficiais de órgãos reguladores  
(C) Palestras sobre contabilidade (G) Viki, blogs, twitter, etc.  
(D) Sítios oficiais da RFB e Secretarias estaduais da fazenda (H) Outros

Tabela 10 - Área de atuação x Meios de obter informação (em %)

As cinco funções, Custos, Consultoria, Financeira, Controle Interno, e, em quinto lugar, o Departamento de Pessoal, lançaram mão de 4,1% a 3,7% fontes por área de atuação. A tabela 11 demonstra a participação em cursos, palestras e treinamentos durante os últimos três anos, conforme o vínculo profissional. Os entrevistados poderiam apontar mais de um vínculo. Do total que participou de um programa de educação continuada (86 ou 51,2% do total), quase a metade deles, ou seja, 39, exerce o cargo de Autônomo, Proprietário ou Sócio e outros 20 são servidores públicos. Apenas um servidor autônomo não participou de algum programa de educação contínua, onde a regra geral seria que aqueles profissionais teriam mais tempo livre para isso. Visto isso, é justificável a baixa participação no evento dos outros vínculos profissionais, até porque a falta de tempo era uma das principais dificuldades.

Vínculo profissional	Participou de cursos, palestras e treinamentos nos últimos três anos?					
	NÃO		SIM		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Autônomo Proprietário ou Sócio	1	2,5	39	<b>97,5</b>	40	23,8
Funcionário de Firma Contábil	0	0,0	9	<b>100,0</b>	9	5,4
Funcionário da iniciativa privada	1	5,9	16	<b>94,1</b>	17	10,1
Servidor Público	0	0,0	20	<b>100,0</b>	20	11,9
Celetista de empresa privada	0	0,0	2	<b>100,0</b>	2	1,2
Funcionário de Fundação privada	80	<b>100</b>	0	0,0	80	47,6
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>48,8</b>	<b>86</b>	<b>51,2</b>	<b>168</b>	<b>100</b>

Tabela 11 - Participou de cursos palestras e treinamentos versus Vínculo profissional

Fonte: Elaboração própria dos autores.

A tabela 12 apresenta as funções exercidas com maior intensidade pelos entrevistados, a participação em cursos, palestras e treinamentos nos últimos três anos. Os entrevistados, novamente, poderiam apontar mais de uma função exercida. Destaca-se que a maioria absoluta dos entrevistados participaram de cursos, palestras e treinamentos representando 98,7% dos dados. Destes, 24,4% exercem funções de elaboração de relatórios gerenciais; seguido de processo operacional (contabilidade societária), com 18,6%; consultoria, representando 14,7%, perícia contábil com 12,8%; e Procedimento fiscais (livros e guias), com 11,5%.

Funções exercidas com maior intensidade	Participou de cursos, palestras e treinamentos nos últimos três anos?					
	NÃO		SIM		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
Elaboração de relatórios gerenciais	1	50,0	38	<b>24,4</b>	39	24,7
Processo operacional (contabilidade societária)	0	0,0	29	<b>18,6</b>	29	18,4
Consultoria	0	0,0	23	<b>14,7</b>	23	14,6
Procedimentos fiscais (livros e guias)	0	0,0	18	<b>11,5</b>	18	11,4
Planejamento tributário	0	0,0	15	9,6	15	9,5
Perícia Contábil	1	50,0	20	<b>12,8</b>	21	13,3
Planejamento Estratégico	0	0,0	11	7,1	11	7,0
Ensino	0	0,0	2	1,3	2	1,3
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>100</b>	<b>156</b>	<b>100</b>	<b>158</b>	<b>100</b>
% s/total	1,3		98,7		100	

Tabela 12 - Funções exercidas x Participação de cursos palestras e treinamentos

Fonte: Elaboração própria dos autores.

### 5.3 Avaliação em eventos de educação continuada profissional

Na avaliação dos cursos de capacitação profissional do Sistema CFC/CRCs nos últimos 12 meses (tabela 13), nenhuma nota menor do que 5 foi atribuída. Dos 80 (oitenta) entrevistados 58 (72,5%) confirmaram se utilizar os cursos presenciais oferecidos pelo sistema CFC/CRCs como instrumento de atualização, enquanto 53 (66,3%) lançaram mão de palestras e seminários para cumprir um programa de educação profissional continuada. 75,8% dos entrevistados deram uma nota de 7 ou mais, para os cursos presenciais, e 77,3% deram nota de 7 ou mais para as palestras e seminários, confirmando avaliação positiva do trabalho do Sistema CFC/CRCs. A nota média é de 7,5 para ambos os instrumentos, indicando uma avaliação mediana, pois cerca de 25,0% deu uma nota entre 5 e 6 para cursos e 22,6% no caso das palestras e seminários.

Instrumento de Capacitação	Nota						Total	Nota Média
	5	6	7	8	9	10		
Cursos presenciais	5	9	14	20	4	6	<b>58</b>	7,5
% s/total	8,6	15,5	24,1	34,5	6,9	10,3	100	
Palestras e seminários	5	7	13	18	5	5	<b>53</b>	7,5
% s/total	9,4	13,2	24,5	34,0	9,4	9,4	100	

Tabela 13 - Notas dadas ao CRC com relação ao oferecimento de cursos de capacitação profissional mediante Instrumento de capacitação oferecido pelo Sistema CFC/CRCs

Fonte: Elaboração própria dos autores.

A tabela 14 evidencia a avaliação do Sistema CFC/CRCs conforme dificuldades declaradas. Os entrevistados poderiam apontar mais de uma dificuldade. A falta de tempo como já demonstrado na tabela 7 aparece como principal dificuldade, seguidos pela baixa oferta de cursos e razões financeiras. Cerca de 22,0 % dos que responderam falta de tempo, atribuíram notas de 5 a 6 ao CRC. Uma percentagem um pouco maior é constatada nas outras duas dificuldades mencionadas. De fato, mais de 70,0% dos entrevistados atribuiu notas de sete ou mais para os cursos de capacitação exercidos independentes das dificuldades encontradas. Destaca-se que os profissionais que registraram a falta de tempo como sua maior dificuldade, também são os que mais atribuíram avaliações positivas aos cursos do CRC, com nota sete ou mais. Assim, os dados sugerem que não há uma correlação forte entre as dificuldades sentidas e as notas atribuídas ao programa de educação profissional continuada implantada pelo CRC.

Nota	Dificuldades encontradas									
	Razões financeiras		Falta de tempo		Baixa oferta de cursos		Outras		Total	
	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%	Ocor.	%
5	3	14,3	2	4,4	5	17,9	0	0	10	9,9
6	3	14,3	8	17,8	2	7,1	1	14,3	14	13,9
Subtotal	6	28,6	10	22,2	7	25,0	1	14,3	24	23,8
7	7	<b>33,3</b>	14	<b>31,1</b>	6	21,4	1	14,3	28	27,7
8	3	14,3	14	<b>31,1</b>	11	<b>39,3</b>	4	<b>57,1</b>	32	31,7
9	1	4,8	4	8,9	1	3,6	1	14,3	7	6,9
10	4	19	3	6,7	3	10,7	0	0	10	9,9
<b>Subtotal</b>	15	71,4	35	77,8	21	75,0	6	85,7	77	76,2
<b>Total</b>	21		45		28		7		101	
% s/total	20,8		<b>44,6</b>		27,7		6,9		100,0	

Tabela 14 - Nota dada aos cursos capacitação profissional do CRC x Dificuldades encontradas

Fonte: Elaboração própria dos autores.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Marion (2007) o contador deve ser o profissional mais bem informado de toda a empresa, pois o seu trabalho exige o conhecimento das operações realizadas pela organização. Deve, por conseguinte, fazer seu registro e apresentar as informações resultantes do processo contábil, na forma de relatórios para a administração da empresa, possibilitando a esta, tomada de decisão. As decisões tomadas, por sua vez, podem ocasionar retornos positivos ou negativos para a entidade e influenciar quem dela depende. Nestes termos, o contador assume verdadeiramente uma responsabilidade social.

Hoje o mercado exige profissionais proativos, que se antecipam através dos estudos e análises, delineando as ações administrativas que farão frente às dificuldades ou novos projetos da empresa. A área contábil vem sendo cada vez mais desafiada a acompanhar as mudanças que acontecem constantemente no setor. A convergência contábil aos padrões internacionais de contabilidade é um exemplo claro, por obrigar muitos profissionais contábeis a se reciclarem. Já aqueles contabilistas proativos, buscando diariamente se qualificar, não sentem com tanta intensidade as mudanças que ocorrem no setor, por possuírem o hábito da educação continuada,

Os resultados obtidos com a pesquisa revelam que a maioria dos entrevistados, 97,5% do total, participaram de cursos, palestras e treinamentos para qualificação e aprendizado na atuação da profissão contábil nos últimos três anos. Porém a maior parte deles, aproximadamente 54,0% participou apenas de 1 a 6 eventos nos três anos, tornando-se um número pequeno diante do dinamismo sofrido pela profissão e as mudanças na legislação.

Já com relação à formação acadêmica dos entrevistados, mais da metade (58,8%) possuem formação apenas até graduação. Aproximadamente 27,0% possuem título de

especialista e menos de 6,0% são mestres ou doutores. Ao analisarmos a idade, mais de 76% dos entrevistados possuem mais de 30 anos e quando observado o tempo de exercício da profissão, 58,8% tem mais de 10 anos exercendo a profissão contábil. Dos resultados obtidos, infere-se que o mercado ainda é carente de profissionais com maior nível de formação, especialmente de mestres e doutores. Com relação aos principais instrumentos de atualização utilizados, verificou-se que os profissionais contábeis se utilizam principalmente dos cursos e palestras presenciais oferecidos pelo CRC, seguidos por palestras e seminários oferecidos por Instituições de Ensino Superior (IES), cursos EAD e em menor número os de outras instituições.

No tocante às principais dificuldades encontradas para participar de treinamentos periódicos e especialização, percebe-se que boa parte dos entrevistados mencionou ter algum tipo de dificuldade. As dificuldades mais elencadas, na sequência, foram: falta de tempo e baixa oferta de cursos de qualificação profissional voltados para as áreas de atuação e razões financeiras. Constata-se que independente do tempo de experiência profissional, as dificuldades são as mesmas e com proporções parecidas, já que as outras dificuldades ficaram abaixo de 7,0% nos dois casos.

Para a percepção dos profissionais de contabilidade de Pernambuco com relação aos cursos de capacitação profissional oferecidos pelo CRC/PE, foi atribuída a nota 8 (oito), representando 31,3% do total, seguido da nota 7 (sete), com representação de 27,5%. Isso denota uma avaliação boa do CRC, mas no Máximo mediana. Destaca-se, porém, que não foram atribuídas nota menores do que 5 (cinco).

A pesquisa em questão analisou que embora os profissionais de contabilidade estejam buscando a Educação Profissional Continuada, ainda está sendo de forma muito sucinta. Uma das probabilidades para esse problema é a falta de tempo, principalmente para os contabilistas de setor privado, onde do total de 80 respondentes, 28 eram do referido setor, enquanto que os outros 52 eram autônomos, proprietários/sócios ou servidor público. E a baixa oferta de curso de capacitação profissional para as áreas de atuação desses profissionais.

Espera-se com este estudo, contribuir para uma visão geral das capacitadoras e instituições de ensino no momento da elaboração de sua programação de cursos para qualificação profissional e cursos de especialização especificamente na área de Contabilidade. A fim de que os profissionais da área tenham a possibilidade da Educação Profissional Continuada, abrindo oportunidade de manterem-se competitivos no mercado e preparados para as constantes mudanças.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BREDA, Zulmir. Capacitar é preciso. 2014. Disponível em: <<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=15364>>. Acesso em: 16 nov. 2014a.

BREDA, Zulmir. Educação continuada para contadores deve começar em 2015. **Revista Transparência**, São Paulo, n.15, p.40-41, set. 2014b.

BRASIL. Decreto-lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 maio 1946. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del9295.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm)>. Acesso em: 01 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.249 de 11 de junho de 2010. Altera o Decreto nº 9.295, de 27 de maio de 1946 e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jun. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12249.htm#art76](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12249.htm#art76)>. Acesso em: 01 ago. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Legislação da profissão contábil. 3. ed. Brasília: CFC, 2008.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 2014 12 de 08 de dezembro de 2014**. Aprova a NBC PG 12 que dispõe sobre educação profissional continuada. Disponível em: <[http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?codigo=2014/NBCPG12](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2014/NBCPG12)>. Acesso em: 16 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 945 de 08 de outubro de 2002**. Aprova a NBC P 4 - Normas para educação profissional continuada. Disponível em: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2002/000945](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2002/000945)>. Acesso em: 16 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Pela socialização do conhecimento. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 4, n. 44, p. 10, dez. 2001.

\_\_\_\_\_. É preciso seguir em frente. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 5, n. 45, p. 10, jan. 2002.

\_\_\_\_\_. CFC lança a revista de educação e pesquisa em contabilidade. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 9, n. 84, p. 8, outubro/novembro. 2006.

\_\_\_\_\_. Palavra do presidente. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 12, n. 99, p. 2, junho/julho. 2009.

\_\_\_\_\_. Serviços mal-avaliados: problemas para o prestador e para o usuário. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 9, n. 82, p. 8, maio/junho. 2006.

\_\_\_\_\_. Profissão contábil deve trabalhar com estratégia e novos conhecimentos. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 4, n. 35, p. 5, mar. 2001.

\_\_\_\_\_. O desafio da educação continuada obrigatória. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 5, n. 50, p. 7, mar. 2002.

\_\_\_\_\_. XXIV CIC vai criar novas perspectivas para a profissão contábil. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 4, n. 33, p. 6, jan. 2001.

\_\_\_\_\_. Avaliação dos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 4, n. 34, p. 10, fev. 2001.

\_\_\_\_\_. Estudante tem que aprender cultura geral e filosofia da contabilidade. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 4, n. 38, p. 8, mar. 2001.

\_\_\_\_\_. A profissão contábil com ética e transparência. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 8, n. 76, p. 12, maio/junho. 2002.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ. **Manual do Contabilista**. Ceará: CRC, 2009.

CRUZ, June Alisson; ANDRICH, Emir Guimarães; SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Contabilidade introdutória descomplicada**. Curitiba: Juruá, 2011.

DUTRA, Joel Souza. **Administração de carreiras: uma proposta para repensar a gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 2013.

FRANCO, Hilário. **A contabilidade na era da globalização: temas discutidos no XV Congresso Mundial de Contadores**. São Paulo: Atlas, 1999.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, Alexandro Broedel. **Contabilidade e Finanças no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

LUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostras e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MUNDSTOCK, Elsa et al. **Introdução a análise estatística utilizando o SPSS**. 2006. Disponível em: <[http://www.mat.ufrgs.br/~camey/SPSS/Introdu%E7%E3o%20%E0%20An%20E1lise%20Estat%EDstica%20utilizando%20o%20SPSS%2013\\_0.pdf](http://www.mat.ufrgs.br/~camey/SPSS/Introdu%E7%E3o%20%E0%20An%20E1lise%20Estat%EDstica%20utilizando%20o%20SPSS%2013_0.pdf)> Acesso em: 08 nov. 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, Heitor Romero et al. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. 2. ed. Campo Grande: UCDB, 2006.

MULA, Irineu de. A busca da excelência profissional deve ser uma constante. **Jornal do CFC**. Brasília, ano 8, n. 79, p. 12, novembro/dezembro. 2005.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA SOBRINHO, Osvaldo Américo de; CRUZ, Marlei Chaves da. **A importância da regulamentação da profissão contábil: o exame de suficiência**. Mato Grosso: Instituto Cuiabano de Educação. 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO FILHO, Jose; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide (Orgs.). **Estudando a teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Roberto Fernandes dos (Org.). **Introdução à contabilidade: noções fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

## ASSESSORIA CONTÁBIL GERENCIAL PARA EMPREENDEMENTOS DE PEQUENO PORTE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE QUATRO FARMÁCIAS COMERCIAIS

Data de aceite: 01/07/2020

### **Adriana Tolfo Bandeira**

Especialista em Controladoria e Gestão  
Empresarial - UNIJUI  
adriana.bandeira@unijui.edu.br

### **Euselia Pavaglio Vieira**

Professora da UNIJUI - Universidade Regional do  
Noroeste do Estado do RS  
euselia@unijui.edu.br

### **Ana Paula da Rosa Dezordi**

Especialista em Auditoria e Mestranda em  
Desenvolvimento regional UNIJUI  
annnadarosa@gmail.com

**RESUMO:** Frente à competitividade no mundo das organizações, torna-se essencial ao gestor, conhecer o seu negócio, fazer projeções confiáveis, estar munido de informações contábeis gerenciais, de modo que suas decisões sejam alicerçadas em dados confiáveis, buscando maximizar seus lucros e minimizar seus custos. Neste sentido, o estudo tem o objetivo de propor uma assessoria contábil gerencial para empreendimentos de pequeno porte, especificamente para farmácias comerciais, buscando apresentar indicadores fundamentais na instrumentalização dos gestores para o gerenciamento de suas

empresas. Desta forma, buscou-se uma fundamentação teórica a respeito do tema, evidenciando estudos realizados em empresas do mesmo porte. A estratégica metodológica se classifica como uma pesquisa aplicada, qualitativa, quantitativa, descritiva e estudo de multicasos, utilizando-se da entrevista despadronizada e da análise documental na coleta dos dados. O estudo foi desenvolvido em quatro farmácias comerciais, situadas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, numa faixa de faturamento médio mensal entre R\$ 79.000,00 a R\$ 200.000,00, enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional. Selecionou-se uma amostra de produtos que apresentavam maiores volumes de vendas no setor de medicamentos e perfumaria, e, a partir deles, calculou-se os indicadores contábeis gerenciais. Baseados nos indicadores apurados, foi realizado um *feedback* aos gestores, com orientações quanto à operacionalização de suas informações, buscando auxiliá-los em seus controles e na gestão dos empreendimentos. Concluiu-se que os gestores de empresas de pequeno porte geram seus negócios, sem o respaldo da contabilidade gerencial, o que pode acarretar em situações indesejadas, devido à imprevisibilidade no cenário dos negócios. Nesta perspectiva, os indicadores contábeis

gerenciais são estruturantes para a gestão das pequenas empresas comerciais do ramo farmacêutico.

**PALAVRAS- CHAVE:** Assessoria contábil gerencial. Indicadores. Controles.

**ABSTRACT:** In the face of competitiveness in the world of organizations, it becomes essential for managers to know their business, make reliable projections, be provided with managerial accounting information, so that their decisions are based on reliable data, seeking to maximize their profits and minimize their costs. . In this sense, the study has the objective of proposing a management accounting advisory for small enterprises, specifically for commercial pharmacies, seeking to present fundamental indicators in the instrumentalization of managers for the management of their companies. In this way, a theoretical foundation was sought on the theme, showing studies carried out in companies of the same size. The methodological strategy is classified as applied research, qualitative, quantitative, descriptive and multi-case study, using standardized interviews and documentary analysis in data collection. The study was developed in four commercial pharmacies, located in the northwest region of the State of Rio Grande do Sul, in a range of average monthly revenues between R \$ 79,000.00 and R \$ 200,000.00, within the taxation regime of Simples Nacional. A sample of products that had higher sales volumes in the medicines and perfumery sector was selected, and based on them, managerial accounting indicators were calculated. Based on the calculated indicators, a feedback was given to the managers, with guidance on the operationalization of their information, seeking to assist them in their controls and in the management of the projects. It was concluded that the managers of small companies generate their businesses, without the support of management accounting, which can lead to undesirable situations, due to the unpredictability in the business scenario. In this perspective, managerial accounting indicators are structuring for the management of small commercial companies in the pharmaceutical industry.

**KEYWORDS:** Management accounting advice. Indicators. Controls.

## 1 | INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade no âmbito empresarial provocada pela competitividade acirrada, no atual cenário econômico, tem provocado constantes incertezas e imprevisibilidade quanto ao futuro das organizações. Neste sentido, os gestores, precisam estar munidos de informações sobre o ambiente de suas organizações, a fim de serem eficientes e eficazes em sua tomada de decisões. Desta forma, o uso de indicadores contábeis gerenciais passa a ser uma prática essencial na instrumentalização dos gestores das empresas.

Neste sentido, a contabilidade gerencial vem auxiliar o empresário, fornecendo subsídios para a otimização do processo de tomada de decisão. Padoveze (2011, p. 3) define a contabilidade como, “a ciência do controle em todos os aspectos temporais – passado, presente, futuro [...], à controladoria cabe a responsabilidade de implantar,

desenvolver, aplicar e coordenar todo o ferramental da Ciência Contábil dentro da empresa, nas suas mais diversas necessidades”.

Desta forma, a contabilidade gerencial, como suporte da controladoria é responsável por assegurar a eficácia da empresa, mediante o controle das operações e seus resultados planejados (PADOVEZE, 2011). Busca-se otimizar recursos, por meio do controle do planejamento, avaliação dos resultados, com vistas a assegurar a eficácia da empresa por meio da otimização dos seus resultados.

Neste contexto, as empresas, independentemente do seu porte, possuem um papel fundamental para o desenvolvimento econômico, social de uma nação, contribuindo na geração do produto nacional, absorção de mão de obra, renda, e, por conseguinte, no desenvolvimento local e nacional.

No panorama empresarial, as micro e pequenas empresas, segundo dados do SEBRAE (2014), já são as principais geradoras de riqueza no país (comércio: 53,4% do PIB deste setor; indústria: 22,5% e serviço: 36,3%). Estes empreendimentos representam 99% do total de estabelecimentos existentes e respondem por cerca de 40% da massa de remuneração paga aos empregados formais nas empresas privadas. Estes dados demonstram a importância de incentivar e qualificar estes empreendedores, já que, são decisivos para a economia e o desenvolvimento do país.

Conforme a Lei Complementar nº 123 (2006), considera-se microempresa a empresa que aufera no ano-calendário receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e no caso de empresa de pequeno porte, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

De acordo com dados levantados pelo SEBRAE (2013), tomando por referência as empresas brasileiras constituídas em 2007, e as informações sobre elas disponíveis na Receita Federal até 2010, a taxa de sobrevivência das empresas com até 2 anos de atividade foi de 75,6%. E a taxa de mortalidade de empresas com até 2 anos de 24,4%. Esta extinção prematura das empresas no cenário empresarial pode ser justificada pela falta de experiência com o ramo de negócios, falta de competência administrativa do empresário, gestão do seu negócio pelo *feeling*, por conhecimento tácito adquirido pela experiência, na maioria das vezes, sem o devido conhecimento da gestão administrativa e contábil.

É neste cenário, que a contabilidade gerencial aplicada a pequenos empreendimentos pode subsidiar os gestores com indicadores contábeis gerenciais substanciais na gestão e no desenvolvimento desses empreendimentos, no sentido de criar controles internos, desenvolver os processos, fornecer informações que possam qualificar a gestão e, conseqüentemente, contribuir para a continuidade das atividades.

Neste sentido, a questão que surge é saber como uma assessoria contábil gerencial pode contribuir com informações e indicadores fundamentais na instrumentalização dos

gestores de pequenas empresas comerciais do ramo farmacêutico.

Para tanto, o objetivo da pesquisa é, a partir dos instrumentos contábeis gerenciais, aplicada a pequenos empreendimentos, propor indicadores contábeis gerenciais, de rentabilidade, atividade e de pagamento, tais como: prazo médio de recebimento/pagamento, giro dos estoques, giro total do Ativo, métodos de custeio, precificação, margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem de segurança, fluxo de caixa, com vistas a subsidiar a tomada de decisão e a continuidade do negócio no desenvolvimento do país.

Neste contexto, Monteiro e Barbosa (2011) salientam que as micro e pequenas empresas não utilizam as ferramentas da controladoria empresarial, como o planejamento, orçamento, análise financeira, gestão da informação em seus processos de gestão. Evidenciando a necessidade de administrar as micro e pequenas empresas com profissionalismo, com vistas a reduzir a mortalidade destas, uma vez que são fundamentais para o desenvolvimento do país.

Os estudos de Miranda et al. (2016) apontam que o principal motivo para o encerramento das atividades é a falta de planejamento, tanto financeiro como estratégico. As micro e pequenas empresas não possuem estrutura eficiente e adequada, pois são gerenciadas, na grande maioria pelo *feeling* do gestor. É com este enfoque que o presente artigo aborda a contabilidade gerencial aplicada em pequenas empresas, com vistas a verificar os indicadores contábeis gerenciais fundamentais para o seu gerenciamento, com o propósito de auxiliar na gestão e na continuidade dos negócios.

## **2 | BASE CONCEITUAL**

Baseado na fundamentação teórica do presente estudo, buscou-se aprofundar o tema, evidenciando processos contábeis gerenciais possíveis de serem aplicados no dia a dia de empresas de pequeno porte.

### **2.1 Contabilidade**

A contabilidade é uma ciência social, pois estuda o patrimônio das células sociais. Seu objeto de estudo é o patrimônio das empresas, em seus aspectos quantitativo e qualitativo, buscando evidenciar e mensurar a evolução patrimonial das empresas, fornecendo informações aos seus usuários.

Nesta perspectiva, Padoveze (2011) destaca que a contabilidade trata do controle econômico do patrimônio e de suas mutações, assim como fornece subsídios de informação econômica para a gestão da empresa. Basso, Brizollia e Filipin (2017) complementam conceituando a contabilidade como um conjunto de normas, princípios e métodos próprios, constituindo-se na técnica de controlar, registrar e informar aos usuários situações impactantes de ordem socioambiental. É importante ressaltar que o controle

contábil implica num processo de acompanhamento que perpassa todas as etapas do processo decisório e de gestão, por conseguinte, de todas as etapas do planejamento (PADOVEZE, 2011).

A contabilidade, conforme citado pelos autores, tem sentido, quando fornecer informações úteis aos seus usuários, de forma concisa, objetiva e clara, em tempo hábil para auxiliar na tomada de decisão. Nesta perspectiva, Parisi e Megliorini (2011) destacam que as organizações têm o propósito de satisfazer os objetivos dos *stakeholders*, que podem ser: contribuintes das entidades sem fins lucrativos, proprietários ou acionistas, funcionários, clientes, fornecedores, comunidade e governo.

O campo de aplicação da ciência contábil, de acordo com Basso, Brizolla e Filipin (2017) é o mais amplo possível: onde existir patrimônio definido e nitidamente delimitado, há a necessidade da aplicação da contabilidade para controlar, fazer jus às obrigações fiscais, e subsidiar as decisões gerenciais. Neste sentido, é utilizada em todas as organizações, com ou sem fins lucrativos.

## **2.2 Legislação aplicável à pequena empresa**

Com relação à legislação aplicável a uma empresa de pequeno porte, há vasta legislação, sendo necessário abranger a legislação trabalhista, fiscal e contábil. Desta maneira, destaca-se de forma bem sucinta, as principais obrigações.

A Legislação trabalhista passou por um processo de mudanças, alguns aspectos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foram alterados a partir da lei 13.467/2017, os quais estão em vigor a partir de novembro de 2017. A jornada diária poderá ser de 12 horas com 36 horas de descanso, respeitando o limite de 44 horas semanais (ou 48 horas, com as horas extras) e 220 horas mensais.

Deve-se observar o período entre jornadas de trabalho, considerando que entre 2 (duas) jornadas de trabalho deve haver um intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas. Todo empregado tem direito a um repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, preferencialmente aos domingos.

Em todas as atividades, é obrigatório para o empregador o registro dos respectivos trabalhadores, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico (CLT, art. 41). De acordo com a legislação, são direitos do empregado: salário, horas extras, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional noturno, salário família, diárias para viagem, ajuda de custo, adicional por tempo de serviço, férias, 1/13 salário, vale-transporte, repouso semanal remunerado, entre outras. Para os estabelecimentos com mais de 10 trabalhadores, é obrigatória a anotação da hora de entrada e saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico (CLT, art. 74).

A legislação contábil é regida pelo Conselho Federal de Contabilidade, por meio dos princípios e normas contábeis. A norma brasileira de contabilidade que dispõe sobre as normas de contabilidade aplicáveis às pequenas e médias empresas é a NBC TG

1000 (R1). Segundo ela, as demonstrações contábeis, possuem o objetivo de oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, servindo de subsídios para a tomada de decisão, para todos os seus usuários, (CFC, 2016).

De acordo com a NBC TG 1000 (R1) a entidade deve apresentar um conjunto completo de demonstrações contábeis pelo menos, anualmente, inclusive com informação comparativa. O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade deve incluir as seguintes demonstrações: balanço patrimonial; demonstração do resultado do exercício; demonstração do resultado abrangente; demonstração das mutações do patrimônio líquido; demonstração dos fluxos de caixa e notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias. As demonstrações contábeis, devem ser elaboradas usando o regime contábil de competência, exceto as informações do fluxo de caixa (CFC, 2016).

A ITG 1000 define como obrigatória a elaboração do Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e as Notas Explicativas ao final de cada exercício social. Apesar de não serem obrigatórias, para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Resultado Abrangente e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é estimulada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2012).

Com relação à área fiscal, a empresa pode enquadrar-se no regime de tributação do Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real. Dependendo da atividade da empresa e das especificidades, é feita a opção para a modalidade que resultar em maior economia para a empresa, por meio da elisão fiscal. As microempresas e as empresas de pequeno porte, geralmente, são enquadradas no Simples Nacional, dado o regime menos oneroso para as empresas.

O Simples Nacional, por ser um Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, implica no recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação. Ele abrange os seguintes impostos e contribuições: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS); Contribuição para o PIS/PASEP; Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) para a Seguridade Social; Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS); e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

### **2.3 Contabilidade gerencial**

A contabilidade gerencial é um ramo da contabilidade que tem o propósito de fornecer subsídios ao gestor, auxiliando em suas decisões gerenciais por meio de indicadores, buscando minimizar os riscos inerentes ao negócio e maximizar resultados.

A contabilidade gerencial é conceituada por Crepaldi (2012) como um ramo da contabilidade com o objetivo de fornecer instrumentos aos gestores da empresa que os subsidiem em suas funções gerenciais. Neste sentido, Padoveze (2011, p. 10), afirma que “a contabilidade gerencial está ligada à necessidade de informações para planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão”. Desta forma, é fundamental a elaboração de demonstrativos contábeis confiáveis e de qualidade, que atendem às necessidades de seus usuários (ZDANOWICZ, 2012). Nesta perspectiva, os demonstrativos contábeis obrigatórios fornecem informações tanto para os usuários internos, quanto para os externos. A partir destes demonstrativos, são apurados diversos indicadores que subsidiam a gestão. A figura 1 apresenta uma síntese dos indicadores elaborados a partir das publicações dos autores citados, com o propósito de utilizar como instrumento de análise do estudo aplicado.

Além dos indicadores baseados nas informações dos demonstrativos contábeis, gera-se indicadores gerenciais utilizados apenas pelos usuários internos, os quais instrumentalizam os gestores na tomada de decisão.

O capital de giro da empresa, valor financeiro que a empresa deve manter disponível para financiar seu ciclo operacional, é encontrado pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Sendo influenciado pelo volume de vendas, compras, prazo de estocagem e pagamento das compras. Como estes fatores variam bastante, ele precisa ser monitorado com frequência para não afetar e comprometer o fluxo de caixa da empresa (CREPALDI; CREPALDI, 2017).

Os indicadores de capacidade de pagamento evidenciam a condição da empresa em saldar suas dívidas e sua estrutura de endividamento. Estes indicadores são extraídos do balanço patrimonial, calculados por meio do índice de liquidez corrente, seca, imediata, geral e índice de endividamento. De acordo com Padoveze (2010), o índice da liquidez corrente é encontrado por meio da equação  $AC/PC$ , sendo que este indicador deve ser sempre superior a 1,00, sendo classificado como ótimo a partir de 1,50. A liquidez seca é obtida por meio do cálculo  $(AC - \text{estoques})/PC$ . Subtrai-se os estoques, pois considera-se os ativos de maior liquidez, para avaliar a capacidade da empresa em honrar com os seus compromissos. O índice de liquidez imediata considera apenas os ativos financeiros efetivamente disponíveis (disponibilidades (caixa, aplicações financeiras) /  $PC$ ), demonstrando efetivamente a capacidade de pagamento de curto prazo da empresa. Já o índice de liquidez geral  $(AC + \text{realizável a longo prazo}) / (PC + \text{exigível a longo prazo})$  objetiva verificar a capacidade de pagamento, considerando as condições totais tanto do ativo como do passivo. O índice de endividamento  $(PC + \text{exigível a longo prazo}) / PL$  demonstra a estrutura de financiamento da empresa. O ideal é que este indicador seja inferior a 1,00. Esta relação entre o capital de terceiros e o capital próprio, demonstra quanto a empresa tomou de empréstimo para cada R\$ 1,00 de capital aplicado. Neste caso, quanto menor for o percentual, melhor a situação da empresa (PADOVEZE, 2010).

Os indicadores de atividade evidenciam a performance operacional da empresa, em seus principais aspectos, a partir das informações do balanço patrimonial e do demonstrativo do resultado do exercício. São calculados por meio do indicador de prazo médio de recebimento, prazo médio de pagamento, giro de estoques e giro do ativo total. O prazo médio de recebimento é encontrado por meio da equação (duplicatas a receber x 360 dias/ receita operacional bruta), demonstrando quanto tempo, em média, a empresa demora para receber suas vendas diárias. O prazo médio de pagamento (duplicatas a pagar x 360 dias/ compras brutas de materiais e serviços) tem objetivo de evidenciar o prazo médio que a empresa consegue para pagar seus fornecedores. O indicador de giro de estoques (CPV/ estoques totais) demonstra a velocidade com que o estoque se transforma em produção vendida. O índice encontrado irá demonstrar o número de vezes que o estoque gira no período analisado. Já o prazo médio de estocagem é encontrado por meio da equação (360 dias/ giro do estoque). Os estoques devem ser bem administrados pelo gestor, visto que representa uma aplicação de recursos e, se mal aplicado, pode comprometer a liquidez da empresa (PADOVEZE, 2010). Estes índices de atividade objetivam evidenciar o ciclo operacional da empresa que, de acordo com Crepaldi e Crepaldi (2017, p. 559), “compreende o tempo de estocagem, de industrialização (caso seja uma indústria) e o prazo de recebimento”. É encontrado por meio da soma do prazo médio de recebimento com o prazo médio de estocagem. Já o ciclo financeiro compreende o tempo entre pagar os fornecedores e receber dos clientes, também conhecido como ciclo de caixa. O cálculo é feito considerando o ciclo operacional subtraído pelo prazo médio de pagamento aos fornecedores (CREPALDI; CREPALDI, 2017). O indicador de giro do ativo (receita operacional líquida/ AT) evidencia a velocidade com que o investimento total se transforma em volume de vendas (PADOVEZE, 2010).

Os indicadores de rentabilidade podem ser calculados por meio dos indicadores: rentabilidade do ativo total (lucro líquido do exercício/ AT x 100) e a rentabilidade do patrimônio líquido (lucro líquido do exercício/ PL x 100). O primeiro evidencia quanto a organização remunerou os seus ativos, e o segundo, o seu capital próprio no período analisado (BASSO; ENDERLI; FILIPIN, 2015).

A escolha pelo método de custeio a utilizar estabelece como deve ser mensurado o custo dos produtos. Os métodos de custeio mais utilizados, são o custeio variável ou direto e o custeio por absorção. O primeiro, conforme Crepaldi (2012), considera como custo de produção do período apenas os custos variáveis incorridos. Os custos fixos, como incorrem mesmo que não haja produção, não são considerados como custos de produção. Eles são alocados às despesas do período, sendo abatidos diretamente do resultado do período. Já pelo custeio por absorção, consideram-se todos os gastos diretos e indiretos, fixos ou variáveis para obter o custo dos produtos (PADOVEZE, 2010). Nesta perspectiva, Zdanowicz (2012) complementa destacando que a limitação ao uso do método de custeio por absorção reside no fato de os custos fixos precisarem ser alocados

aos produtos por meio de critérios de distribuição ou rateio, podendo este, distorcer os resultados apurados por produto ou área.

Estabelecer qual a estratégia de precificação adotar é fundamental para a permanência no mercado. Segundo Padoveze (2011), há três modelos principais para a gestão do preço de venda: preço de venda orientado pela teoria econômica, orientado pelos custos e orientado pelo mercado. O primeiro estabelece que o preço de venda está dado pelo mercado, desta forma, a empresa precisa adequar-se a ele por meio do custo-meta. O segundo considera a formação do preço de venda a partir do preço de custo e o último considera o valor percebido pelo consumidor por meio da criação de valor do mercado do produto ou serviço.

Para a formação do preço de venda a partir do custo, utiliza-se o uso do *mark up* que, de acordo com Padoveze (2010), adiciona aos custos os demais elementos formadores do preço de venda, que seriam as despesas administrativas, comerciais, custo financeiro de produção e vendas, impostos incidentes sobre a venda e a margem de lucro desejada.

Neste sentido, por meio do *mark up*, o gestor consegue calcular o preço de venda orientativo ou cheio que, segundo Vieira e Linn (2010), considera todos os componentes de custo, despesas e lucro pretendido com a venda do produto. E o preço mínimo de venda que, de acordo com Vieira e Linn (2010, p. 28), seria “[...] o valor pelo qual acontece a comercialização dos produtos sem cobrir os custos fixos e sem a pretensão de lucro”.

A margem de contribuição, de acordo com Padoveze (2010), representa o lucro variável. É encontrada pela diferença entre o preço de venda unitário e os custos e despesas variáveis, multiplicando-se pelo total vendido, tem-se a margem de contribuição total.

A margem de contribuição é uma ferramenta que possibilita ao gestor tomar decisões confiáveis, orientando nas decisões de precificação, avaliando até que ponto é vantajoso para a empresa efetuar a venda, ou não, dadas as condições, e qual o volume de vendas é necessário alcançar para cobrir os custos incorridos.

O ponto de equilíbrio indica a quantidade mínima que a empresa pode operar sem ter lucro e nem prejuízo. Demonstra qual o volume que a empresa precisa produzir ou vender para pagar seus custos fixos e despesas variáveis. No ponto de equilíbrio, não há lucro nem prejuízo. O ponto de equilíbrio pode ser calculado em unidades (CFT/MCu) e em valor (CFT/MC%) (PADOVEZE, 2010). Nesta perspectiva, Vieira e Linn (2010) destacam que este demonstrativo pode auxiliar a gestão, demonstrando qual o volume de vendas que a empresa precisa operar para conseguir pagar todos os seus custos fixos, ou até que dia do mês é necessário vender, para só então pensar em obter lucros.

A margem de segurança consiste no volume de vendas que excedem as vendas no ponto de equilíbrio. Pode ser calculada em quantidade, em reais e em percentual. A primeira é encontrada pela subtração das vendas atuais com o volume de vendas no ponto de equilíbrio. A segunda calcula-se utilizando o resultado encontrado na margem

de segurança em quantidade multiplicada pelo preço de venda, e a última, margem de segurança em quantidade dividindo-se pelas vendas atuais (PADOVEZE, 2010). Nesta perspectiva, Crepaldi e Crepaldi (2017) complementam que, quanto maior for o volume de vendas acima do ponto de equilíbrio, maior será a margem de segurança, mais segura do risco operacional estará a empresa.

O demonstrativo do fluxo de caixa é um demonstrativo contábil, o qual evidencia ingressos e desembolsos de numerário no decorrer de determinado período. Seu objetivo consiste em fornecer informações ocorridas ou planejadas das entradas ou saídas de recursos financeiros da empresa, num determinado período. Neste sentido, possibilita à empresa visualizar a posição de caixa para o período projetado, administrando com antecedência os períodos que necessitam captar recursos ou aplicar excedentes de caixa (CREPALDI; CREPALDI, 2017). Neste cenário, Padoveze (2010) relata que o relatório de fluxo de caixa é segmentado em três áreas: atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Este demonstrativo pode ser elaborado pelo método direto ou pelo indireto, sendo fundamental para subsidiar a gestão em seus processos gerenciais.

O ambiente de negócios em que as empresas estão inseridas é amplamente competitivo. Desta forma, os gestores precisam administrar com competência, buscando maximizar os resultados e minimizar custos. Neste sentido, o uso da contabilidade gerencial é substancial para a gestão de todas as empresas, independentemente do seu porte. Neste contexto, a empresa precisa assegurar que as informações fornecidas são confiáveis e reflitam a real situação da organização. Surge aí a necessidade dos controles internos, que são políticas adotadas pela empresa com o objetivo de minimizar os riscos e melhorar os processos. Eles proporcionam: confiabilidade e rapidez nas informações, obediência às leis e aos regulamentos, eficácia e eficiência de operações (CREPALDI; CREPALDI, 2017). Desta forma, Crepaldi (2012) relata que a eficiência do sistema de controle interno permite detectar erros, irregularidades, possibilitando a identificação de fraudes. Zdanowicz (2012, p. 211) complementa relatando que o “[...] ambiente de controle é efetivo quando as pessoas envolvidas sabem quais são suas responsabilidades, seus limites de autoridade, e se têm a consciência, competência e o comprometimento de realizarem as atividades da forma correta”.

Por fim, o uso de um sistema de informações gerenciais, é de fundamental relevância para as empresas. A partir dele, são produzidas informações de cunho gerencial para o posicionamento da empresa no mercado. Um sistema de informações gerenciais “[...] pode ser entendido como um processo de transformação de dados em informações, integrando as principais atividades do dia a dia da empresa, para fornecer subsídios ao processo de gestão dos negócios” (HOJI; SILVA, 2010, p. 4).

### 3 | METODOLOGIA

A pesquisa apresenta o objetivo, a partir dos instrumentos contábeis gerenciais, aplicada a pequenos empreendimentos, propor indicadores contábeis gerenciais, de rentabilidade, atividade e de pagamento com vistas a subsidiar a tomada de decisão e a continuidade do negócio no desenvolvimento do país. Caracteriza-se, de acordo com Silva e Menezes (2005, p. 20), como aplicada por “gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos”. Quanto aos seus objetivos, caracteriza-se como descritiva no sentido de descrever características de determinada população, podendo ser elaboradas com o propósito de identificar possíveis relações entre variáveis (GIL, 2010).

Quanto à forma e abordagem do problema, a pesquisa pode ser qualitativa ou quantitativa. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 269), “o método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados”. Para Zamberlan et al. (2014, p. 94), a pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las” e a abordagem qualitativa, pois há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito (ZAMBERLAN et al., 2014). Nesta pesquisa, utilizou-se da abordagem qualitativa para analisar e descrever as informações obtidas nas farmácias em estudo, assim como quantitativa no momento de utilizar-se das planilhas de sistematização das demonstrações contábeis e apuração dos indicadores contábeis gerenciais.

A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa eletrônica, entrevista despadronizada e análise documental. A pesquisa bibliográfica e eletrônica foi utilizada para o embasamento teórico sobre o assunto, sendo baseada em pesquisa em livros, revistas, leis, artigos e sites da internet. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 166), “a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc”. A entrevista despadronizada foi realizada com a finalidade de levantar as informações sobre estas empresas, coletar dados, conhecer como ocorre os processos internos dentro das organizações, o levantamento dos custos, precificação, a tomada de decisão, relacionando a percepção destas com a contabilidade gerencial. A análise documental, segundo Gil (2010, p. 29), “vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas”. Neste sentido, foram analisados os demonstrativos contábeis, relatórios, notas fiscais de compra, com o objetivo de fazer o levantamento dos dados para formação dos indicadores.

O estudo de multicasos de acordo com Gil (2010, p. 37) é “o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Neste estudo, foram utilizados 4 casos reais de farmácias comerciais,

situadas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, numa faixa de faturamento médio mensal entre R\$ 79.000,00 a R\$ 200.000,00, enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional.

Os dados foram coletados em quatro farmácias comerciais de pequeno porte, conforme acessibilidade para a pesquisa, sendo utilizados os 30 itens de medicamentos mais vendidos, conforme a curva ABC de vendas e os 20 itens de perfumaria. Desta forma, foi coletado os dados, sistematizado, e realizado todo o sistema de custos para quatro farmácias comerciais. Seguido da tabulação dos dados dos demonstrativos contábeis em planilhas do Excel, buscando organizar os dados, de forma que fossem transformados em informações e indicadores contábeis gerenciais, subsidiando os gestores na realização de uma análise confiável que instrumentalize o processo de tomada de decisão.

#### **4 | ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Nos dias atuais, gerir uma empresa não é uma tarefa fácil, dada as incertezas provocadas pela crise econômica e política do país. Desta forma, o gestor precisa estar munido de informações claras, objetivas, que lhe assegure previsibilidade em suas decisões. Neste sentido, a contabilidade gerencial tem o propósito de subsidiar o gestor com informações e indicadores que possam auxiliar a gerir sua empresa de forma a maximizar resultado e minimizar custos. Neste propósito, o estudo foi realizado em quatro empresas de pequeno porte, especificamente, em farmácias comerciais, com vistas a propor uma assessoria contábil gerencial para a instrumentalização dos gestores frente à tomada de decisão.

O estudo contou com a pesquisa nas farmácias comerciais, situadas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, numa faixa de faturamento médio mensal de R\$ 79.000,00 a R\$ 200.000,00, enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional. O estudo apresenta as planilhas de uma das empresas como base de informação (empresa A) e, das outras três, apenas os resultados finais, os indicadores de análise.

No comércio, o custo de aquisição do produto se encontra mediante a Nota Fiscal de compra de mercadorias. No caso das empresas em estudo, como são enquadradas no regime de tributação do Simples Nacional, considera-se o custo de compra unitário, somando a ele todos os impostos que não são recuperáveis fiscalmente (IPI) e também os recuperáveis (ICMS ST), em função de que, neste regime de tributação não há créditos pela compra, diferentemente da tributação pelo Lucro Presumido e Lucro Real. Adicionam-se ainda os custos com frete.

Despesas Mensais da Farmácia A		% Despesa
Salários e Encargos sociais	R\$ 3.378,96	27,10
Pró-Labore	R\$ 4.437,00	35,59
Software	R\$ 165,00	1,32
Energia Elétrica	R\$ 191,00	1,53
Telefone	R\$ 92,00	0,74
Material de Expediente	R\$ 25,00	0,20
Depreciações	R\$ 260,83	2,09
Escritório Contabilidade	R\$ 760,00	6,10
Água	R\$ 61,00	0,49
Embalagens	R\$ 125,00	1,00
Internet	R\$ 72,90	0,58
Aluguel	R\$ 1.000,00	8,02
Serviços terceirizados	R\$ 500,00	4,01
Propaganda	R\$ 560,00	4,49
Despesa com cartão de crédito (3%)	R\$ 749,97	6,02
Mensalidade Máq. Cartão	R\$ 89,00	0,71
<b>Total</b>	<b>R\$ 12.467,66</b>	<b>100,00</b>
<b>Média de Faturamento</b>	<b>R\$ 91.000,00</b>	
<b>% de despesas sobre o faturamento</b>	<b>R\$ 13,70</b>	

Quadro 1 - Despesas mensais da farmácia A

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

As despesas mensais da farmácia A totalizaram R\$ 12.467,66. Destas, a soma das mais representativas acumulou 82,83%, sendo representadas em 35,59% pelo pró-labore, 27,10% pela despesa de salários e encargos sociais, 8,02% de aluguel do prédio, 6,10% escritório de contabilidade e 6,02% com despesas com vendas em cartão de crédito. Considerando um faturamento médio mensal de R\$ 91.000,00, apurou-se um custo operacional de 13,70%. No quadro 2, consta o resumo da representatividade das despesas das outras três farmácias em estudo.

Farmácia B		Farmácia C		Farmácia D	
Salários e Enc. sociais	54,24%	Salários e Enc. sociais	40,43%	Salários e Enc. sociais	53,03%
Pró-labore	18,24%	Pró-Labore	13,63%	Pró-labore	27,50%
Software	6,42%	Aluguel e Taxas Cartões	31,33%	Aluguel	10,31%
Propaganda	5,47%				
<b>TOTAL</b>	<b>84,37%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>85,39%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>90,84%</b>
Total de despesas (R\$)	16.450,09		58.712,67		14.544,41
Média de faturamento	79.149,56		200.000,00		95.987,99
<b>% desp. s/ faturamento</b>	<b>20,78%</b>		<b>29,36%</b>		<b>15,15%</b>

Quadro 2 - Despesas mensais das farmácias B, C e D

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

Observa-se que, nas quatro farmácias em estudo, de todas as despesas elencadas, as mais representativas correspondem às contas de salários e encargos sociais, pró-labore, aluguel, propaganda e taxas, as quais variaram entre 82,83% a 90,84%. Isso se confirma, quando comparados com estudos do SEBRAE (2014), ao referir-se que nas empresas comerciais, especialmente as de pequeno porte, é muito significativa a participação das despesas com salários, pró-labore e aluguéis no montante das empresas totais. Destaca, ainda, que em alguns empreendimentos que necessitam de câmeras frias, ou iluminação direta, a energia elétrica também tem uma participação relevante.

Ao comparar o montante das despesas de cada farmácia como o respectivo faturamento médio mensal, verificou-se que os índices de despesas variam entre 13,70% a 29,36%. A farmácia A foi a que apresentou menor despesa operacional, seguida da farmácia D, B e C. Verificou-se que este resultado pode ser entendido devido ao fato da empresa A possuir somente 2 funcionários, a D 3, a B 5 e a C 10 funcionários. Mesmo a farmácia C, tendo um faturamento médio mensal mais representativo que as demais, sua despesa total é bem expressiva, logo, sua despesa operacional ficou mais elevada que as demais.

Constatou-se, nas entrevistas com os gestores, que as farmácias não fazem um controle rigoroso quanto às suas despesas mensais. Logo, não têm acompanhamento sobre quanto cada despesa representa sobre seu faturamento, tampouco, seu custo operacional. Das quatro farmácias da pesquisa, nenhuma tinha a informação do quanto cada despesa representava do seu faturamento médio mensal, o que surpreendeu os gestores ao confirmar os valores e os resultados apresentados.

Esta constatação pode ser confirmada também nos estudos de Campos e Gáudio (2014), quando demonstraram em sua pesquisa que 65% das empresas entrevistadas não fazem a gestão das despesas como aluguel, pró-labore, energia elétrica, telefone e internet e 95% das PME's da pesquisa não fazem gestão de despesas com depreciação das instalações, evidenciando a pouca preocupação com a gestão mais apurada dos custos fixos e os ativos imobilizados.

No quadro 3, apresenta-se os resultados dos produtos mais vendidos em cada farmácia, considerando os 30 itens de medicamentos e os 20 da perfumaria, conforme a curva ABC de vendas de cada uma.

<b>Empresa</b>	<b>Farmácia A</b>	<b>Farmácia B</b>	<b>Farmácia C</b>	<b>Farmácia D</b>
Total das vendas no mês dos prod. em estudo	11.805,19	2.400,82	22.797,20	13.630,29
Faturamento médio mensal da farmácia	91.000,00	79.149,56	200.000,00	95.987,99
% Dos produtos em estudo s/ o faturamento mês	12,97	3,03	11,40	14,20
Despesas totais mensais da farmácia	12.467,66	16.450,09	58.712,67	14.544,41
Despesas mensais ref. aos produtos em estudo	1.617,40	498,98	6.692,42	2.065,31

Quadro 3 - Faturamento médio dos produtos em estudo

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

Observou-se que a farmácia C foi a que apresentou o maior volume em faturamento dos seus 30 itens de medicamentos e 20 de perfumaria mais vendidos, seguida da farmácia D, A e B. Considerando o faturamento médio mensal de cada farmácia em estudo, obteve-se a informação de quanto estes 50 itens representam sobre o faturamento médio mensal de cada empresa. Neste sentido, a farmácia D foi a que teve a maior representatividade, em seu volume de vendas, dos produtos em estudo, seguida da A, C e B. Considerando as despesas totais mensais de cada empresa, apurou-se a informação de quanto cada farmácia possui de despesa mensal, levando-se em consideração somente estes 50 itens. Nesta perspectiva, a farmácia C, foi a que teve maior representatividade, seguida da empresa D, A e B.

Farmácia	Simplex Nacional (%)	Despesas Mensais (%)	Descontos / comissões	Margem de Lucro (%)	Soma (%)	Mark up Divisor	Mark up Multiplicador
A	8,36	13,70	10	2 a 48	34,06 a 80,06	0,659 a 0,199	1,517 a 5,015
B	8,45	20,78	0	5	65,77	0,658	1,521
C	11,61	29,36	0	5	54,034	0,540	1,851
D	8,28	15,15	0,5	25	48,932	0,511	1,958

Quadro 4 - Informações do *mark up* das empresas em estudo

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

A partir do quadro 4, observa-se as informações do *mark up* para a formação do preço de venda dos produtos em estudo. Salienta-se que os medicamentos possuem preço de venda tabelado pelo governo, mediante aplicação de uma tabela de preços, os quais não permite liberdade na precificação dos mesmos. Os medicamentos genéricos e similares são os que acabam contribuindo de forma mais efetiva para a formação do resultado, havendo mais margem de negociação nesta linha de medicamentos.

Para a formação do *mark up*, considerou-se a alíquota do Simplex Nacional, que varia conforme a faixa de faturamento de cada empresa, as despesas mensais de cada farmácia, os descontos, comissões e a margem de lucro desejada. A farmácia A chegou a um *mark up* divisor variável de 0,659 a 0,199, devido à variação em sua margem de lucro de 2 a 48% em relação aos produtos em estudo. Esta variação de margem é explicada pelo fato de o gestor precificar os seus produtos aplicando um percentual sobre o preço de custo de suas mercadorias, sem considerar as variáveis envolvidas no processo de compra e venda dos produtos. Dessa forma, a margem de lucro real, por produto, teve uma variação bem significativa. A farmácia B apurou um *mark up* divisor de 0,658, considerando uma margem de lucro de 5%, despesas mensais de 20,78% e 8,45% de Simplex Nacional. Já a farmácia C apurou um *mark up* divisor de 0,540, considerando suas despesas mensais de

29,36%, Simples Nacional 11,61% e margem de 5%. A farmácia D, chegou a um *mark up* divisor de 0,511, a partir de uma margem de lucro de 25%, despesas mensais de 15,15%, Simples Nacional 8,28 e comissões de 0,50%.

Por meio do estudo realizado, constata-se que os gestores das farmácias precificam seus produtos aplicando um percentual desejado, intitulado erroneamente de lucro, pois desconhecem os elementos que são formadores do preço de venda, ou melhor, que a partir do preço de venda calculado, este, deve cobrir os impostos, as despesas variáveis, os descontos, comissões e sobrar o lucro desejado.

Nesta perspectiva, Domingues et al. (2017), em seus estudos, apresentam que, as micro e pequenas empresas, adotam como precificação de seus produtos, mercadorias e serviços, o critério de calcular os custos apenas de compras, acrescentando uma margem que, no caso das micro e pequenas empresas de seu estudo, variam de 20% a 50%. Somente 33,33% destas empresas alegaram que possuem o hábito de fazer pesquisa de mercado e somente 22,22% afirmaram incluir no cálculo do preço de venda, além dos custos de compra, as despesas fixas, os impostos e fretes.

Esta constatação pode ser confirmada também nos estudos de Amorim e Silva (2012), no tocante à precificação dos produtos, onde aproximadamente 76,6% dos gestores afirmaram não utilizar como base de precificação de seus produtos e/ou serviços fatores como: custos e despesas, elasticidade da demanda, crescimento da economia, preços dos concorrentes etc.

O quadro 5 apresenta a análise custo, volume e resultado dos 50 itens mais vendidos na farmácia A.

Produtos	Preço de Venda Praticado	Margem Contribuição Unitária	Volume de vendas	Margem Contribuição Total
Sal Fruta Eno Env 5 g	R\$ 1,46	R\$ 0,01	42	R\$ 0,41
Lixa de Unha Rosa 1un	R\$ 0,50	R\$ 0,13	21	R\$ 2,81
Doralgina 4 cpr	R\$ 2,46	R\$ 0,38	14	R\$ 5,30
Compressa Melhormed 13fio 10un	R\$ 2,50	R\$ 0,27	24	R\$ 6,50
Curat Band-aid Transp c/10	R\$ 4,41	R\$ 0,66	10	R\$ 6,60
Manteiga de Cacau Ricosti 1un	R\$ 3,38	R\$ 0,87	9	R\$ 7,82
Abs S Livre Adapt Espe s/abas	R\$ 5,50	R\$ 1,07	9	R\$ 9,63
Abs Mili Abs Suave lv16 pg14	R\$ 8,00	R\$ 1,29	8	R\$ 10,33
Buscopan Cpto cpr Revestidos	R\$ 13,52	R\$ 0,68	17	R\$ 11,52
Microvlar 21cp Bayer Schering	R\$ 7,51	R\$ 0,53	26	R\$ 13,81
Calmador 4 cpr	R\$ 2,71	R\$ 0,47	33	R\$ 15,47
Esmalte The Fusion 6,5ml	R\$ 4,50	R\$ 1,68	10	R\$ 16,84
Touca Descartável Santa Clara	R\$ 0,45	R\$ 0,17	105	R\$ 17,82
Compressa de Gaze Cremer 7,5x1	R\$ 2,69	R\$ 0,42	43	R\$ 18,08
Aas Infantil Dormec 100mg 10cp	R\$ 0,96	R\$ 0,43	52	R\$ 22,50

Abs SI Adapt Especial c/16un	R\$ 9,33	R\$ 2,38	10	R\$ 23,77
Neosaldor cpr	R\$ 2,46	R\$ 0,85	29	R\$ 24,60
Abs Bigmax Super Pós Parto 20u	R\$ 18,73	R\$ 2,32	11	R\$ 25,53
Repelente Spray Xo Inseto 200m	R\$ 22,89	R\$ 1,72	19	R\$ 32,63
Acetona Farmax 100 ml	R\$ 4,45	R\$ 1,44	23	R\$ 33,19
Resodic 50mg 20cpr Vitamed	R\$ 3,92	R\$ 1,68	20	R\$ 33,61
Soro Fisiológico 0,9% 100ml	R\$ 4,87	R\$ 2,16	16	R\$ 34,49
Dipirona Sod 50 mg10 cp Pratdo	R\$ 3,47	R\$ 1,47	25	R\$ 36,82
Paracetamol gts 15ml un Quimic	R\$ 5,86	R\$ 2,95	13	R\$ 38,32
Dorfebril Dipirona Sódica 20ml	R\$ 5,77	R\$ 2,65	15	R\$ 39,76
Biovicerin Flac. c/5 ml	R\$ 3,66	R\$ 0,46	94	R\$ 43,28
Dorflex Cartela Envelope 10cp	R\$ 6,27	R\$ 1,54	32	R\$ 49,25
Roupa Íntima Plenitud Plus 16u	R\$ 49,95	R\$ 6,68	8	R\$ 53,43
Esmalte Beauty Color 8 ml	R\$ 5,45	R\$ 1,80	30	R\$ 53,98
Ferisept Sol Spray 45 ml União	R\$ 15,30	R\$ 7,32	8	R\$ 58,57
Natucler Dose Única 10ml	R\$ 2,47	R\$ 1,53	39	R\$ 59,80
Flexalgin 10cp Envelope Geolab	R\$ 6,87	R\$ 3,80	16	R\$ 60,78
Sorinan Ad 30ml	R\$ 7,21	R\$ 3,72	18	R\$ 66,89
Onetest Teste de Gravidez 1un	R\$ 12,50	R\$ 7,56	9	R\$ 68,00
Selene Cartela c/ 21 cp	R\$ 15,92	R\$ 1,52	47	R\$ 71,30
Ceftriaxona Sod 1g Im Eurof	R\$ 24,84	R\$ 5,22	16	R\$ 83,51
Novoprazol 20mg 28cp Globo	R\$ 12,33	R\$ 5,65	15	R\$ 84,79
Fralda Pampers Supersec G 26un	R\$ 33,00	R\$ 9,94	9	R\$ 89,47
Meloxicam 15mg 10cp Gen Legran	R\$ 16,88	R\$ 6,63	14	R\$ 92,83
Paracetamol 750 mg Zydus	R\$ 3,37	R\$ 1,97	54	R\$ 106,45
Batom Líquido Pro Dailus Matte	R\$ 31,98	R\$ 5,11	25	R\$ 127,71
Ibuprofeno Gts 100 mg 20 ml Ge	R\$ 15,09	R\$ 9,15	15	R\$ 137,28
Esmalte Dailus 8ml	R\$ 7,32	R\$ 1,23	117	R\$ 143,45
Alprazolam 1mg 30cp Gen Germed	R\$ 22,60	R\$ 12,22	13	R\$ 158,87
Ibupril 600mg 20cp Ibuprofeno	R\$ 16,07	R\$ 7,36	23	R\$ 169,35
Citalopram Gen Euro 20 mg 28 c	R\$ 52,71	R\$ 15,23	15	R\$ 228,49
Alprazolam 2mg 30cp Germed	R\$ 35,94	R\$ 17,80	14	R\$ 249,16
Cimegripe c/20 Cápsulas	R\$ 11,58	R\$ 6,75	37	R\$ 249,89
Pantoprazol 40 mg 28 cp Gen Ph	R\$ 47,00	R\$ 23,40	15	R\$ 351,01
Cimelide c/12 cpr	R\$ 13,90	R\$ 8,50	48	R\$ 407,90
<b>Total</b>				<b>R\$ 3.753,63</b>

Quadro 5 - Análise custo, volume e resultado dos medicamentos e perfumaria Farmácia A

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

Observa-se que, ao analisar os 50 produtos mais vendidos na farmácia A, considerando o seu volume de vendas no mês, estes produtos deixaram uma margem de contribuição total de R\$ 3.753,63, o que representa 31,80% do faturamento total desses produtos. Destaca-se que nenhum dos produtos estudados deixa margem de contribuição

negativa, mesmo que, em alguns deles apresentam uma margem unitária mínima, mas em função do volume de vendas, acabam contribuindo na margem de contribuição total.

O quadro 6 apresenta a margem de contribuição total das farmácias B, C e D, em reais e em faturamento, considerando os 50 itens em estudo.

Farmácia	MCT em R\$	MCT sobre o Faturamento dos 50 itens
B	R\$ 887,50	36,97%
C	R\$ 7.006,71	30,73%
D	R\$ 2.513,68	18,44%

Quadro 6 - Margem de contribuição total das farmácias B, C e D

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

Percebe-se que a margem de contribuição total em reais das farmácias em estudo variou entre R\$ 7.006,71 a 887,50. A farmácia C foi a que apresentou a melhor margem de contribuição total, chegando a R\$ 7.006,71, o que representa 30,73% do faturamento dos produtos analisados, seguida da farmácia A, com R\$ 3.753,63, representando 31,79%; farmácia D R\$ 2.513,68, representando 18,44% e farmácia B, R\$ 887,50 e 36,97%, respectivamente.

A margem de contribuição é um indicador fundamental para o gestor. Ao analisar a margem unitária e total de cada produto, é possível tomar decisões de cunho gerencial. Como por exemplo, permanecer ou não com a comercialização de tal produto, buscar alternativas com outros fornecedores (produtos similares), aceitar ou não, proposta de venda com preço mais baixo que o oferecido no balcão, entre outros.

Farmácia	PE u	PE R\$	MSO u	MSO %
A	575	5.086,72	760	56,91
B	281	1.665,87	118	29,72
C	2.586	25.262,27	121	4,49
D	427	9.439,70	93	17,84

Quadro 7 - Ponto de equilíbrio contábil e margem de segurança operacional das farmácias em estudo

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

O ponto de equilíbrio contábil em unidades demonstra o volume em vendas que a empresa precisa operar para não ter lucro nem prejuízo. Considerando o percentual dos produtos em estudo sobre o faturamento/mês das farmácias A, B, C, D, respectivamente: 12,97%, 3,03%, 11,40% e 14,20%, demonstrado no quadro 3, apura-se um ponto de equilíbrio em unidades de 575 para a farmácia A, 281 unidades para B, 2.586 unidades para a C e 427 para a D. Esta variação entre a farmácia A e C, onde ambas, possuem

um percentual de 12,97% e 11,40% sobre o faturamento mês dos 50 itens em estudo, respectivamente, pode ser entendida pelo fato de a farmácia C operar com uma margem de lucro de 5%, e a A, com margem média de 17,25%, oscilando de 2% a 48%. Já a farmácia B apresentou o menor volume em vendas para atingir seu ponto de equilíbrio, comparando com as demais farmácias, ou seja, 281 unidades. Isto pode ser explicado pelo fato de apenas 3,03% dos produtos em estudo representar sobre o faturamento médio mensal da empresa.

Já o ponto de equilíbrio em faturamento demonstra o volume em reais que a empresa precisa faturar para atingir o seu equilíbrio. Neste sentido, a farmácia C foi a que apresentou maior volume em reais para atingir o seu ponto de equilíbrio em faturamento, seguida das empresas D, A e B. Percebe-se que no ponto de equilíbrio em reais, a empresa D fica em segundo lugar, na escala de comparação com as demais, e a A, em terceiro, diferentemente, do ponto de equilíbrio em unidades. Isto pode ser entendido, pelo fato de a empresa D usar como referência a margem de lucro de 25% e a A, uma margem média de 17,25%.

Constatou-se que os gestores das empresas em estudo desconheciam esta ferramenta gerencial, que lhes fornece subsídios de quanto seu empreendimento precisa faturar no mês para conseguir honrar com seus compromissos, não obtendo lucro nem prejuízo. Esta informação permite ao gestor saber até que dia do mês a empresa (com base em seu faturamento combinado com a margem de contribuição total) precisa vender para atingir seu ponto de equilíbrio, possibilitando ao gestor, tomar decisões de cunho estratégico, como lançamento de promoções etc.

Nesta perspectiva, Miranda et al. (2016) constataram que apenas 30% das empresas comerciais se preocupam e utilizam algum tipo de indicador financeiro para norteá-los no momento das decisões. O restante (70%) ainda não faz uso dos mesmos, alegando que os controles ficam todos com o contador.

O indicador de margem de segurança operacional demonstra o número de unidades vendidas que superam a quantidade necessária para a empresa atingir o seu ponto de equilíbrio. Desta forma, observa-se que as quantidades vendidas pela empresa D e B ficaram muito próximas das quantidades do ponto de equilíbrio, o que evidencia que as farmácias ficaram muito perto de atingir o nível de lucro e prejuízo zero com esta amostra de produtos, superando em 93 e 118 unidades, respectivamente, a quantidade vendida com a quantidade no ponto de equilíbrio.

Quanto ao uso da ferramenta gerencial do fluxo de caixa, verificou-se que em nenhuma das empresas analisadas há um controle eficiente do seu financeiro, das entradas e saídas diárias de caixa. Logo, seu controle se dá de forma mais superficial, não contemplando as projeções de valores a pagar e a receber.

Domingues et al. (2017) revelaram que apesar do pouco conhecimento sobre o gerenciamento do giro dos negócios, a grande maioria dos gestores procura manter reservas

monetárias para eventuais emergências, visando a suprir esta falta de informações, que lhes possibilitaria um planejamento estratégico do seu negócio.

A partir dos demonstrativos contábeis obrigatórios, especificamente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, os quais geram informações para seus usuários internos e externos, é possível obter informações gerenciais quanto aos seus indicadores de pagamento, de atividade e de rentabilidade, possibilitando averiguar a saúde econômica e financeira da empresa. Estes demonstrativos precisam retratar a realidade da empresa para que suas informações sejam fidedignas e possíveis de subsidiar a gestão.

Desta forma, de posse dos demonstrativos contábeis das empresas analisadas, verificou-se, que algumas informações estavam incompletas, como, por exemplo, as despesas mensais. Isso pode ser entendido pela falta de comunicação (assessoria) entre os escritórios de contabilidade e as empresas. Desta forma, de posse destas informações, foram reestruturados os demonstrativos, para que pudessem retratar a realidade da empresa.

O quadro 8 apresenta os indicadores de pagamento das empresas em estudo.

<b>Farmácias</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>
Índice de Liquidez	14,17	3,79	5,39	4,71
Liquidez Seca	8,95	2,96	2,73	3,25
Liquidez Imediata	6,34	1	0,67	1,52
Liquidez Geral	14,17	2,19	5,87	5,46
Índice de Endividamento	0,087	0,66	0,21	0,22

Quadro 8 - Indicadores de pagamento das empresas em estudo

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

O índice de liquidez considerado ótimo, conforme Padoveze (2010), deve estar acima de 1,50. Desta forma, percebe-se que todas as empresas estão com índices acima deste parâmetro, o que significa dizer que possuem capacidade ótima de honrar com seus compromissos a curto prazo. No indicador de liquidez seca subtrai-se os estoques, pois considera os ativos de maior liquidez, para avaliar a capacidade de honrar com seus compromissos. Todas as empresas analisadas, ficaram com indicadores satisfatórios, com destaque da empresa A que atingiu um índice de 8,95%. Para o indicador da liquidez imediata, igualmente a empresa A, superou as demais, evidenciando efetivamente sua capacidade de pagamento de curto prazo. Igualmente, para o indicador de liquidez geral, que considera as condições totais tanto do ativo como do passivo, a empresa A foi a que apresentou melhor resultado. O indicador de endividamento, o qual evidencia a estrutura de financiamento da empresa demonstrou o melhor índice para a empresa A, seguida da C, D, e B. Cabe salientar que cada empresa possui suas especificidades, desta forma,

somente com os dados analisados, não seria possível fazer comparações entre as empresas em estudo.

A partir dos indicadores elaborados e apresentados aos gestores, infelizmente, constatou-se que as empresas em estudo não utilizam os mesmos como subsídio para a sua gestão, e tampouco conheciam os demonstrativos contábeis. Questionadas sobre o suporte contábil gerencial de seus contadores, todos utilizam dos serviços terceirizados, via escritório de contabilidade. Por unanimidade, afirmaram que seu contato com o contador é para receber as guias de pagamento de impostos e outros documentos pertinentes ao serviço contratado.

Neste sentido, compara-se com o estudo de Moreira et al. (2013), o qual revela que 49,20% dos gestores apontaram o administrador como o profissional mais indicado para realizar o controle e a avaliação da empresa. Somente 29,2% reconheceram a importância do contador para a avaliação do desempenho de suas empresas.

O quadro 9 demonstra os indicadores de atividade e rentabilidade das farmácias A, B, C e D.

<b>Indicadores</b>	<b>A</b>	<b>B</b>	<b>C</b>	<b>D</b>
Prazo Médio de Recebimento	43,04	19,5	21,30	32,1
Prazo Médio de Pagamento	23,29	21,2	20,2	25,2
Giro do Estoque	2,62	1,19	5,22	0,92
Rentabilidade do Ativo	37,26	66,14	49,31	32,12
Rentabilidade do PL	47,44	109,59	59,44	33,42
Lucratividade	26,06	60,15	34,82	12,72

Quadro 9 - Indicadores de atividade e rentabilidade das empresas em estudo

Fonte: Dados conforme pesquisa (2017).

Os indicadores de atividade e rentabilidade das empresas em estudo evidenciaram um prazo médio de recebimento entre 19 e 43 dias e pagamento entre 20 a 25 dias, o que significa dizer que a empresa precisa ter um fluxo de caixa eficiente para conseguir honrar com seus compromissos. O indicador do giro do estoque demonstrou que o estoque girou entre 5,22 a 0,92 vezes no mês analisado, demonstrando que as empresas, em média, não possuem produtos em estoque com pouco giro. A rentabilidade do ativo variou de 32,12 a 66,14%, e do patrimônio líquido entre 33,42 a 109,59%, o que evidencia ótimo indicador de rentabilidade para as empresas. Da mesma forma, a lucratividade ficou entre 12,72% a 60,15%, demonstrando ótimos indicadores de lucratividade no ano de 2016.

## 5 | CONCLUSÃO

Diante da vulnerabilidade no âmbito dos negócios, provocada pela oscilação da economia e a acirrada competitividade entre empresas, o uso de informações contábeis gerenciais faz-se fundamental para a permanência no mercado. Neste panorama, de acordo com dados do SEBRAE (2014), 99% das empresas são micro e empresas de pequeno porte, evidenciando a vital importância destas empresas no desenvolvimento do país.

Neste sentido, os gestores destas empresas precisam estar munidos de informações contábeis gerenciais, que lhes subsidiem em seu dia a dia e, conseqüentemente, em suas decisões de cunho gerencial, por conseguinte, maximizando seus lucros e minimizando custos.

Tomando como base o objetivo do estudo que consiste em, a partir dos instrumentos contábeis gerenciais, identificar quais são os indicadores substanciais para o gerenciamento de pequenas empresas com vistas a subsidiar a tomada de decisão e a continuidade do negócio, foi plenamente contemplado durante a realização do estudo. Englobando os indicadores propostos na figura 1 do referencial teórico, o gestor é instrumentalizado por meio das informações contábeis gerenciais, com vistas a tomar decisões confiáveis.

A partir da realização do estudo, verificou-se que as empresas praticamente não fazem uso de indicadores contábeis gerenciais, tampouco são orientadas quanto ao seu uso pelo profissional da contabilidade, havendo, neste caso, mercado propenso para a área de assessoria contábil gerencial.

Observou-se que essas empresas necessitariam gerir os seus negócios com base em indicadores reais. Apesar de seus indicadores de pagamento, de atividade e de rentabilidade estarem aceitavelmente bons, o mercado pode oscilar, imprevistos podem ocorrer, e decisões tomadas, sem respaldo de informações confiáveis, podem acarretar em futuros incertos, até mesmo na falência destas empresas.

Nesta perspectiva, orientou-se os gestores das empresas em estudo, a munirem seus sistemas com todas as informações pertencentes à empresa, a fim de que possam utilizar seus sistemas como apoio para alimentar os relatórios contábeis gerenciais. Percebeu-se que muitas informações e controles particulares em apontamentos em papéis pelos gestores apresentam divergências com as informações no sistema. Foram apresentadas as planilhas com os resultados dos dados coletados, proporcionando um *feedback* instrutivo aos gestores, no sentido de alertá-los quanto a alguns procedimentos adotados pela empresa. Apresentou-se o índice de despesas operacionais, assim como saber compreender, interpretar e exigir a disponibilização dos mesmos pelos escritórios que fazem sua contabilidade. Foram mostrados os elementos constitutivos para a formação do *mark up*, instruindo-os a respeito das variáveis que incidem sobre o preço de venda dos produtos, os indicadores de margem de contribuição, ponto de equilíbrio, margem

de segurança operacional e os indicadores extraídos dos demonstrativos contábeis. O retorno dos empresários foi muito positivo, enaltecendo a importância dos profissionais da área da contabilidade.

Desta forma, conclui-se que há, sim, gestores preocupados na gestão de seus negócios, e com interesse visível em um assessoramento contábil gerencial, o que possibilita a abertura de novos caminhos a este profissional tão fundamental no desenvolvimento das empresas e da nação.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, D. S.; SILVA, A. C. R.. Gestão estratégica da informação contábil: um enfoque no gerenciamento de micro e pequenas empresas. **Revista de Informação Contábil**, Recife, v. 6, n 1, p. 39-65, jan./mar. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ricontabeis/article/view/7947/8024>> Acesso em: 20 dez. 2017.

BASSO, I. P.; BRIZOLLA, M. M.; FILIPIN, R. **Contabilidade geral básica**. 5. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2017. 480 p.

BASSO, I. P.; FILIPIN, R.; ENDERLI, S. M. **Estrutura, análise e interpretação de demonstrações contábeis**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015. 240 p.

BRASIL. **CLT – Consolidação das leis do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.467/2017 de 13/07/2017**. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=17728053>> Acesso em 03 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em [https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/legislacao/LC\\_123\\_2006\\_CONSOLIDADA\\_CGSN\\_04.2016.doc](https://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Arquivos/legislacao/LC_123_2006_CONSOLIDADA_CGSN_04.2016.doc) Acesso em: 12 abr. 2017.

CAMPOS, B. R.; GÁUDIO, A. E. G. M. A utilização de ferramentas de controle gerencial em micro e pequenas empresa da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 8, n. 3, p. 66 - 78, 2014. Disponível em: < <http://faccamp.br/ojs-2.4.8-2/index.php/RMPE/article/view/692/pdf>> Acesso em: 03 dez. 2017.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. **Normas brasileiras de contabilidade: NBC TG 1000 (R1) Contabilidade para pequenas e médias empresas de 01/11/2016**. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG1000(R1).pdf)>. Acesso em 01 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Normas brasileiras de contabilidade: ITG 1000 Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte de 21/12/2012**. Disponível em: <[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1418.pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1418.pdf)>. Acesso em: 01 jul. 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 6. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2012. 426 p.

\_\_\_\_\_. CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 618 p.

DOMINGUES, O. G. D. et al. Gestão de capital de giro e formação do preço de venda praticado pelas micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 9, n. 1, p. 77-96, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-6/index.php/Ambiente/article/view/2894/2353>> Acesso em: 03 dez. 2017.

FARIA, J. A.; AZEVEDO, T. C.; OLIVEIRA, M. S. A utilização da contabilidade como ferramenta de apoio à gestão nas micro e pequenas empresas do ramo de comércio de material de construção de Feira de Santana/BA. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 6, n. 2, p. 89-106, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.faccamp.br/ojs/index.php/RMPE/article/view/404>> Acesso em: 23 mar. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas S. A., 2010. 184 p.

HOJI, M.; SILVA, H. A. **Planejamento e controle financeiro: fundamentos e casos práticos de orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 2010. 148 p.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011, 312 p.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2010. 297 p.

MIRANDA, L. B. S. et al. Ferramentas administrativas utilizadas nas micro e pequenas empresas: uma análise realizada no centro comercial da cidade de Viçosa – MG. **Revista Conbrad**, Maringá, v. 1, n. 2, p. 39-52, 2016. Disponível em: <<http://www.revistaconbrad.com.br/editorial/index.php/conbrad/article/view/126>> Acesso em: 07 abr. 2017.

MONTEIRO, J. M.; BARBOSA, J. D. Controladoria empresarial: gestão econômica para as micro e pequenas empresas. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v. 5, n. 2, p. 38-59, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.faccamp.br/ojs/index.php/RMPE/article/view/194>> Acesso em: 23 mar. 2017.

MOREIRA, R. L. et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 119-140, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/19162>> Acesso em: 23 mar. 2017.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 493 p.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 641 p.

PARISI, C.; MEGLIORINI, E. (Orgs.). **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2011. 353 p.

SEBRAE. **A evolução das microempresas e empresas de pequeno porte 2009 a 2012**. 2014, 64p. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/800d694ed9159de5501bef0f61131ad4/\\$File/5175.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/800d694ed9159de5501bef0f61131ad4/$File/5175.pdf)>. Acesso em 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. 2014, 108p. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. **Sobrevivência das empresas no Brasil**. 2013, 72p. Disponível em: <[https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia\\_das\\_empresas\\_no\\_Brasil=2013.pdf](https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Sobrevivencia_das_empresas_no_Brasil=2013.pdf)> Acesso em: 27 fev. 2017.

SILVA, L. E.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração da dissertação**. 4. ed. rev. Atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 139 p. Disponível em: <[https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia\\_de\\_pesquisa\\_e\\_elaboracao\\_de\\_teses\\_e\\_dissertacoes\\_4ed.pdf](https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf)> Acesso em: 27 fev. 2017.

VIEIRA, E. P.; LINN, U. C. Sistema gerencial de custos aplicado em frigorífico. **Revista Contabilidade e Informação**: conhecimento e aprendizagem, Ijuí, v. 13, n. 33, jul./dez. 2010.

ZAMBERLAN, L. et al. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. 208 p.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Finanças aplicadas para empresas de sucesso**. São Paulo: Atlas, 2012. 288 p.

## A CONTABILIDADE APLICADA NA GESTÃO TRIBUTÁRIA DAS PEQUENAS EMPRESAS

Data de aceite: 01/07/2020

**Bruno Alves Menezes**  
Faculdade Amadeus – Fama  
brunocontabeis1@gmail.com

**RESUMO:** A carga tributária no Brasil é um dos maiores empecilhos para o desenvolvimento das empresas, diante da situação econômica do país as empresas necessitam se adaptar aos desafios e mudanças do mercado para sobreviver. A gestão tributária é considerada um instrumento eficaz e estratégico, a legislação oferece ao contribuinte condições de escolher a melhor forma de reduzir a oneração tributária sem contrariar o princípio fiscal. Este estudo tem como objetivo geral; a identificação das tributações existentes do mercado, que melhor representa lucro para a empresa de atividade comercial. Para isso, fez-se um estudo de caso em uma empresa do ramo de cosméticos na cidade de Aracaju/SE, foram realizados exames nos documentos fornecidos pela entidade. Os resultados mostraram que houve custo desnecessário devido ao regime tributário ser mal planejado na constituição da empresa, foi recomendada a mudança de tributação do Lucro Presumido para o Simples Nacional no

início do exercício seguinte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão Tributária. Pequenas Empresas. Sistema Tributário Nacional.

### 1 | INTRODUÇÃO

A gestão tributária consiste em uma soma de procedimentos e ações que toda empresa deve desempenhar no que se refere ao recolhimento de tributos. A carga tributária complexa e elevada incide nas atividades de uma entidade, independentemente de sua natureza jurídica. Assim, devido à crise financeira em que o Brasil enfrenta, as empresas necessitam se reinventar com uma eficiente administração de suas obrigações tributárias para garantir sua sobrevivência e competitividade, pois os tributos refletem importante parcela dos custos das empresas.

Para que a empresa se desenvolva adequadamente, seja ele micro ou pequena empresa, é necessário que os gestores estejam dispostos a desenvolver uma gestão tributária, e que seja implementada desde seu nascimento, na escolha do regime de tributação. Neste sentido, o contador desempenha o papel de informar o empresário

sobre as questões da gestão tributária, ele utilizará a Contabilidade Tributária como fonte para tal procedimento.

Segundo Chaves (2010), a proposta da gestão tributária é fornecer informações que torne a empresa mais competitiva diante do mercado, como ferramenta empresarial na tomada de decisão, possibilitando maior controle nos custos e gastos de cada processo.

Os profissionais da contabilidade contribuem efetivamente no desempenho da empresa, pois conhecendo a legislação tributária, o cenário fiscal e a natureza do negócio, promovem de maneira eficaz ações lícitas para reduzir ou até eliminar tributos desnecessários, principalmente, nas pequenas empresas cujos gestores, na maioria das vezes, são os próprios empresários e por não possuírem o conhecimento necessário da legislação tributária recorrem à informalidade ou às práticas ilegais de sonegação fiscal para manter suas atividades em continuidade.

Diante do exposto, o estudo propõe responder a seguinte questão: A forma de tributação que a empresa está usando, é a mais adequada para o seu ramo de atividade? Neste sentido, o objetivo geral deste estudo: a identificação das tributações existentes do mercado, que melhor representa lucro para a empresa de atividade comercial. Para alcançar o objetivo proposto neste artigo, foi realizada uma pesquisa de campo do tipo exploratória, por meio do método de coleta de dados por entrevista, tendo sido utilizadas informações dos proprietários e dos documentos contábeis da empresa.

O tema foi escolhido, observando às mudanças que a economia brasileira vem sofrendo, especialmente pela crise financeira. Percebe-se, a necessidade e a relevância que o tema tem, quando sabemos que o nosso país possui uma elevada carga tributária e que as pequenas empresas não fazem um planejamento tributário para tornarem-se competitivas reduzindo sua carga tributária. As pequenas empresas têm sido alvo da atenção de analistas econômicos em razão do seu potencial de geração de renda e inclusão social.

De forma específica, busca-se descrever quais os tributos que o gestor tributário de uma pequena empresa deve conhecer; identificar as principais formas de tributos existentes em uma pequena empresa e analisar os benefícios para pequenas empresas ao implantar a gestão tributária desde o seu nascimento.

A otimização da carga tributária representa um grande diferencial competitivo na busca de um lugar no mercado. A gestão Tributária, muitas vezes negligenciada ou até mesmo desconhecida por muitas empresas, pode ser uma fonte imensa de oportunidades para uma empresa de pequeno porte na redução de tributos e melhoria dos seus resultados. O estudo propõe analisar as principais formas de tributos existentes na legislação tributária e fazer um comparativo na qual se encaixa uma empresa de pequeno porte. No entanto, é preciso ficar atento para não confundir esse tipo de análise com sonegação fiscal, pois planejar é escolher, entre duas ou mais opções legais, a que resulte o menor custo tributário para a empresa.

Este estudo está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Inicialmente, apresenta-se a plataforma teórica, focando os estudos Sobre Contabilidade Tributária, Tributos, Gestão Tributária. Após, Mostram-Se Os Procedimentos Metodológicos. Na Seção Seguinte, São Apresentados Os Resultados Do Estudo E, Por Fim, As Inferências Conclusivas.

## 2 | PLATAFORMA TEÓRICA

### 2.1 Micro e Pequenas Empresas

As micro e pequenas empresas são fundamentais para promover o crescimento econômico do país, pois são elas que criam mais empregos, consequentemente gerando renda e melhorando as condições de vida da população. As Pequenas empresas fortalecem a economia de qualquer país do mundo, já que elas que trazem novidades para o mercado Segundo (LEMES, 2014).

De acordo com a lei complementar nº 123/2016, Micro e Pequenas Empresas são:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa afora, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II- no caso de empresas de pequeno porte afora em cada ano-calendário, receita bruta superior a 360.000(trezentos e sessenta mil reais) igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

A Lei Normativa que regulamento o simples deixa bem claro que um dos principais elementos para se caracterizar um micro e pequena empresa é a sua faixa de faturamento. É assim que a norma da legislação considera para diferenciar de pequena a grande empresa.

Segundo Risola (2012, p.1) “as pequenas empresas são o sustentáculo de uma economia em qualquer lugar do mundo. São elas que agregam valor a produtos e serviços”.

Devido à crise econômica do país, muitos brasileiros perderam seus empregos, com o fechamento de grandes fabricas e multinacionais que tiveram demissão em massa dos seus empregados, com isso acarretou para as grandes empresas, prejuízos como rescisões e dividas trabalhistas que se arrastam na justiça. Para essas instituições se reerguerem e retomarem o crescimento é preciso maiores investimentos e demanda mais tempo, e por se só um processo demorado, no entanto as micro e pequenas empresas que não tiveram muito impacto com a crise, pois as despesas com mão de obra são menores e obrigações fiscais mais brandas, conseguem logo a reagir a crise e consequentemente

ajudar o país a sair do estado em que se encontra.

## 2.2 Gestão Tributária

A Gestão Tributária é um conjunto de ações legais que visam diminuir o pagamento de tributos. Sendo assim, a gestão surge a partir do momento em que o contribuinte percebe a necessidade de reduzir seus custos tributários, e tem como principais características a elaboração de estratégias, planejamentos, e controle de todo o sistema fiscal da empresa, para que possa viabilizar uma redução da carga tributária, é um direito que a entidade possui de se organizar tributariamente, de maneira a se beneficiar das lacunas existentes na legislação. Dessa forma, deve haver um gerenciamento dos assuntos que tratam do cumprimento das obrigações acessórias e principais (RISOLA, 2014).

Hoje, a Gestão tributária é amplamente utilizada pelas entidades, é a forma que os empresários encontraram para diminuir, adiar ou até mesmo pagar os tributos. Para (POHLMANN, p.18) “controle tributário é toda atividade desenvolvida pelo gestor tributário com o objetivo de assegurar a correta apuração e recolhimento dos tributos e o cumprimento de todas as obrigações acessórias estabelecida na lei”.

Elisão e evasão fiscal caracterizam-se por diferenciar os atos lícitos dos ilícitos, sendo os dois conceitos muito disseminados entre a sociedade. As formas em que se apresentam são variadas, portanto serão enfatizados seus conceitos e características.

Segundo Martins (2005), elisão fiscal significa economia de imposto, com auxílio do planejamento fiscal. Elisão quer dizer eliminar, suprimir. É economia do pagamento do tributo sem infringir a lei.

O Código Tributário Nacional - CTN em seu Art.116 relata que toda arrecadação está ligada ao fato gerador, que é o fato ou conjunto de fatos a que o legislador vincula o nascimento da obrigação jurídica de pagar um tributo determinado, se houver fato gerador o contribuinte está obrigado ao recolhimento do imposto. Sendo assim, há hipóteses em que poderá ocorrer Elisão Fiscal, após a ocorrência do fato gerador, tais como: o momento da declaração do imposto de renda de pessoa física, quando esta, na hora de declarar o seu imposto poderá escolher entre o modelo mais simples e o mais completo, porém no primeiro terá a sua redução de 20%, até um determinado limite.

Por outro lado, conforme Martins (2005, p. 231), “a evasão fiscal tem por objetivo evitar o pagamento do tributo, mediante subterfúgios praticados pelo contribuinte para dissimular a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária. Tem o sentido de evadir, de fugir à tributação”.

Amaral e Vieira (2013) definem evasão fiscal como um planejamento tributário atentatório, pois o contribuinte utiliza procedimentos ilegais para alcançar melhores resultados. Esta modalidade prejudica o sistema empresarial, ocasionando prejuízos públicos e privados.

Um planejamento tributário atentatório tem aparência de solução legal, pois gera

lucros para a pessoa física ou jurídica. No entanto, quando se certifica os meios que foram utilizados para alcançar tal resultado, nota-se que o contribuinte descumpriu as normas jurídicas, devido a simulações e fraudes à lei, de forma que não houve realmente, economia fiscal, mas sim sonegação (AMARAL, 2002).

Para Martins (2005 p. 231) “a evasão pode ser omissa ou comissiva. A evasão omissa é a intencional ou não intencional, como ocorre na ignorância de pagar o tributo. A evasão comissiva é sempre intencional, podendo ser ilícita (fraude, simulação, conluio) ou lícita, que é a elisão fiscal ou economia de imposto”.

### *2.2.1 Regimes de Tributação*

O sistema Tributário apresenta quatro regimes de tributação para o imposto de renda sobre a pessoa jurídica (IRPJ), e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), que devem ser observados com atenção para não trazer consequências futuras ao contribuinte. Para cada um dos regimes, Simples Nacional, Lucro Presumido, Lucro Real e Lucro Arbitrado, a legislação impõe algumas regras a serem seguidas.

De acordo com o Decreto nº 3.000/99, as empresas poderão optar por três formas de tributação do lucro líquido: o lucro Real, Presumido ou Arbitrado. Desta forma, a apuração do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social poderá ser feita anualmente, e os recolhimentos mensalmente por estimativa ou trimestralmente encerrados no dia 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano calendário. A seguir a pesquisa esclarece as formas e modalidades de regimes tributários existentes na legislação brasileira.

#### *2.2.1.1 Lucro Real*

O Lucro Real é o lucro líquido computado nos registros contábeis e fiscais. É a regra geral para apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social o lucro líquido. Esse regime de tributação possui uma complexidade maior que os outros, pois ele requer alguns ajustes positivos e negativos para que possa chegar ao lucro real que a empresa obteve trimestralmente ou anualmente.

Conforme descrevem Ribeiro e Pinto (2012, p. 143) “quando for levantado o Balanço ou o Balancete em cada trimestre, o lucro líquido deverá ser ajustado de acordo com a legislação comercial e fiscal para que possa ser determinado o lucro real”.

Para encontrar a contribuição social sobre o lucro, utiliza-se a demonstração do resultado do exercício para demonstrar se a empresa obteve lucro ou prejuízo, depois que fizer essa apuração e realizados os ajustes que são conhecidos como adição e exclusão.

A Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - RFB nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, nos seus artigos 8º e 9º, estabelece as adições e as exclusões para a determinação do lucro líquido: As empresas do lucro real farão a apuração do resultado

do exercício a partir da sua receita bruta, vendas canceladas, impostos, demais receitas, custos, e despesas para encontrar o lucro contábil antes da apuração da CSLL, mas existem valores não incluídos no faturamento que constarão na parte da adição do lucro líquido, como aqueles ganhos na alienação de bens no exterior, coligadas e controladas previstos na legislação, conseqüentemente as despesas que não participaram na determinação do lucro líquido, entrarão no final do exercício como exclusões para compor o lucro líquido previsto nos métodos contábeis, por exemplo, os prejuízos fiscais em períodos anteriores de apuração no limite de 30% a compensar comprovados por meio dos livros fiscais, multas de trânsito, brindes.

Existem ainda as exclusões que deverão ser feitas, conforme Pinto (2007, p. 151) descreve, “são valores que o regulamento do imposto de renda autoriza que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido contábil os resultados, rendimentos, receitas ou quaisquer outros valores que não sejam computados no lucro real”.

As empresas relacionadas no Art. 14 da Lei 9718/98, que estão obrigadas à apuração pelo lucro real e as empresa que escolheram esta forma de tributação, poderão apurar e recolher o imposto de renda e contribuição social de acordo com as seguintes regras: Pessoa jurídica com receita total no ano anterior superior a R\$ 78.000.000,00 ou de acordo com o número de meses do exercício; algumas modalidades de atividades que são obrigadas a aderir como o caso dos bancos de movimentação financeira, valores mobiliários e câmbio, empresas de arrendamento mercantil entre outros previstos na legislação.

Empresas que se enquadram nesse tipo de regime de tributação poderão optar por duas formas de recolhimento, trimestralmente ou anualmente para apuração do Lucro Real. A apuração do lucro real trimestral é o encerramento do balanço nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, a apuração do Lucro Real será baseada nas demonstrações contábeis nas quais serão realizados os ajustes, as adições e exclusões. Essa forma de apuração do Imposto de Renda é a que mais se aproxima do lucro ou prejuízo auferido pelas empresas, para as pessoas jurídicas que têm despesas consideradas dedutíveis essa é uma boa forma de tributação (ZANGIROLAMI, 2010).

Segundo Oliveira et al (apud ZANGIROLAMI, 2010, P.34):

O imposto de renda trimestral será calculado mediante a aplicação de alíquotas, poderão ser feitas deduções do valor do imposto de renda trimestral e o prazo de pagamento do Imposto de Renda e da contribuição social poderão ser pagos em quota única no mês seguinte ao trimestre, sem acréscimos.

Nenhuma quota poderá ter valor inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais) e o imposto de valor inferior a R\$ 2.000,00 (dois mil reais) será pago em quota única. Quando a empresa faz o recolhimento do IRPJ, sofrerá reajuste da taxa Selic por ser título federal e se fizer o parcelamento dos débitos federais e emitir o DARF, serão cobrados juros de 1% referente

ao mês subsequente caso seja feito o pagamento trimestralmente fora do vencimento e anualmente ao período subsequente (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 1999).

Conforme Rodrigues et al (2009, p. 34), o Lucro Real Anual “é uma forma de tributação em que deverá apurar o lucro real, definitivamente, em 31 de dezembro de cada ano-calendário, com antecipações mensais, do imposto de renda e da contribuição social”. As pessoas jurídicas que aderirem a essa forma de tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social poderão apurar com base na receita bruta, em conformidade com o balanço ou os balancetes de suspensão.

O artigo 2º da Lei 9.430/1996, dispõe que: o recolhimento dos impostos, das empresas optantes do lucro real, poderá ser, trimestral ou mensal, aplicando estimativa de percentuais sobre a receita bruta de cada mês, deduzindo das devoluções, vendas canceladas e descontos previstos neste artigo, determinado a base de cálculo que será aplicada um percentual de 15%, a parcela que ultrapassar R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) passará a ter um adicional de 10%. A pessoa jurídica que se enquadra nesta modalidade apurará a cada 31 de dezembro do ano-calendário os impostos do lucro real, deduzindo do imposto de renda pago.

Segundo Rodrigues et al (2009) para recolher anualmente deverá pegar o faturamento anual que foram provenientes das vendas de mercadorias ou dos produtos, das prestações de serviços e de outras atividades que compreendam o objeto social da empresa, os ganhos de capital e outras receitas ou resultados auferidos no mês, não compreendidos na receita bruta oriundas das atividades de venda de produtos de fabricações.

#### *2.2.1.2 Lucro Presumido*

O lucro presumido é uma modalidade de tributação simplificada do IRPJ e da CSLL, que observa limites e condições para pessoas jurídicas que no ano-calendário não ultrapassarem o faturamento de R\$ 78.000.000,00 milhões por ano, ou R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade, e que não estiver obrigada a tributação do Lucro Real. A lei determina qual será o percentual do lucro de cada atividade exercida, por isso o nome Presumido (ZANGIROLAMI, 2010).

Para que a empresa possa entrar nessa modalidade de tributação deverá efetuar com o pagamento da primeira ou única cota do imposto devido corresponde ao primeiro trimestre de apuração do ano.

O lucro presumido é determinado pela aplicação do percentual que varia de 1,6% a 32% sobre a receita bruta da venda de mercadorias ou, da prestação dos serviços, conforme o quadro 1 que demonstra o percentual para cada atividade.

ATIVIDADES	PERCENTUAIS (%)
Atividades em Geral	8,0
Revenda de Combustíveis	1,6
Serviços de Transporte (exceto de cargas)	16,0
Serviços de Transporte de cargas	8,0
Serviços em geral (exceto serviços Hospitalares)	32,0
Serviços hospitalares e de auxílio e diagnóstico terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patologica citopalogia, medicina nuclear, e análises, e patología clínicas	8,0
Intermediação de negócios	32,0
Administração, locação ou cessão de bens e direitos de qualquer natureza (inclusive imóveis).	32,0

Quadro 1- Espécie de atividades geradora de receita e percentuais aplicáveis

Fonte: Machado (2012)

As empresas que estão enquadradas na tributação do Lucro Presumido, para efeito de apuração do imposto de renda, deverão manter rotinas tributárias e contábeis. A escrituração deverá ser feita nos termos da legislação comercial, o livro caixa é registrado para efeitos fiscais, como também o livro inventário que será confrontado e registrado na conta estoque, a escrituração contábil deverá escriturar toda a movimentação inclusive a bancária, conforme (MACHADO, 2012).

### *2.2.1.3 Lucro Arbitrado*

O arbitramento de lucro é a maneira pela qual se calcula a base do imposto de renda utilizada pela autoridade tributária ou pelo contribuinte. O Lucro Arbitrado é aplicado às empresas que deixam de cumprir suas obrigações acessórias, determinado pela legislação do lucro Real ou Presumido, por exemplo: quando o contribuinte opta pelo lucro real, não tem o livro diário ou razão, quando deixar de escriturar o livro inventário. Quando reconhecida a receita bruta, e ocorrendo o descumprimento as normas estabelecidas de arbitramento previsto na legislação fiscal, o contribuinte poderá efetuar o pagamento do imposto de renda correspondente com base no lucro arbitrado conforme (ZANGIROLAMI, 2010).

### *2.2.1.4 Simples Nacional*

Conhecido como o regime unificado para micro empresa e empresa de pequeno porte, o Simples Nacional é um regime diferenciado dos outros, pois o constitui uma forma simplificada para os pagamentos do IRPJ, PIS/PASEP, CSLL, COFINS, IPI, ICMS, ISS e INSS.

A opção ou adesão pelo Simples Nacional da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e pequenas empresas é realizada por meio da internet, sendo irretratável para todo ano-calendário. Esta opção deverá ser realizada no mês de janeiro, até o seu último dia útil, produzindo a partir do primeiro dia do ano da opção segundo (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2013).

No que diz respeito ao enquadramento no simples nacional, a Lei Complementar nº 155/2016, em seu art. 3º relata que as microempresas (ME) poderão auferir receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e as empresas de pequeno porte (EPP) poderão auferir receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) a partir do ano 2018, no ano exercício 2017.

A Lei Complementar nº 155/2016, trata da regra do novo Simples, estabelece a forma de parcelamento de débitos do Simples do exercício 2016, em 120 parcelas após a regulamentação com prestações mínimas de R\$ 300,00(trezentos reais).

Já no dia 1º de janeiro de 2017, entra a regras para Admissão de Sócios Investidores sem Prejuízo da Opção pelo Simples. Pois já existiam impedimentos à participação no capital social da empresa, sócios que já sejam proprietários de outras empresas e quando os somatórios das receitas ultrapassassem o teto previsto na lei. Agora se admite a participação de investidores na composição do capital o chamado investidor (Anjo) que injeta recursos na entidade, mas sem participação do Capital Social, é uma espécie de empréstimo, mas com prazo determinado de sete meses (BRASIL, 2016).

Com a mudança em janeiro de 2018 entraram em vigor as novas faixas de tributação, o limite anterior que era de R\$ 3.600.000,00, passa a valer R\$ 4.800.000,00, com uma nova regra para recolhimento do ICMS e o ISS. O quadro 2- apresenta as alíquotas vigentes a partir de 01/01/2018.

	Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)	Alíquota	Valor a Deduzir (em R\$)
1º Faixa	Até 180.000,00	4%	0
2º Faixa	De 180.000,01 a 360.000,00	7,30%	5.940,00
3º Faixa	De 360.000,01 a 720.000,00	9,50%	13.860,00
4º Faixa	De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,70%	22.500,00
5º Faixa	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,30%	87.300,00
6º Faixa	De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19,00%	378.000,00

Quadro 2- Aliquotas e Partilha do Simples Nacional- Comércio

Fonte: SEBRAE (2016).

Com a nova tabela, para saber exatamente que percentual o contribuinte vai pagar de simples é preciso fazer um cálculo, utilizar-se a receita bruta total (RBT12) acumulada dos últimos doze meses, corresponde, a faixa de faturamento que vai indicar o percentual a multiplicar, o valor da dedução, dividindo-a pela própria receita, aplicada na fórmula para encontrar a chamada alíquota efetiva.

### 3 | METODOLOGIA

Neste estudo, os tipos de pesquisa utilizados foram: a descritiva, qualitativa e documental, além do estudo de caso. De acordo com Gil (2002, p.54):

O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Uma pesquisa realizada através do estudo de caso, nos proporciona trabalhar com situações concretas, assim como, proporciona reunir detalhes que contribui para a obtenção de um resultado amplo do assunto. Utilizamos estes métodos, para desenvolver a pesquisa em uma empresa do ramo varejista, localizada na cidade de Aracaju, estado de Sergipe, que neste estudo foi intitulada de Alpha Cosméticos, a verdadeira identidade foi preservada a pedido dos proprietários. A empresa ora pesquisada, durante o ano de 2017, estava passando por dificuldades financeiras, como muitas outras empresas da capital e seu proprietário solicitou ao escritório de contabilidade aonde o pesquisador realizava seu estágio, uma análise da atual carga tributária da empresa.

Atualmente a Alpha Cosméticos, é optante pelo Lucro Presumido, foi constituída como Sociedade Empresária Limitada em 31/12/2016, com registro na junta comercial do estado de Sergipe. Conta com um quadro de 6 (seis) funcionários, tendo como Atividade Econômica principal o Comercio Varejista de Cosméticos, Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal. Neste estudo, buscou-se trabalhar com as informações dos documentos fiscais, como: relatório das Notas Fiscais emitidas, Notas Fiscais de Compras, e os Extratos Bancários do período de janeiro a novembro/2017, pois, não existia escrituração contábil.

Com o objetivo de identificar se a forma de tributação que a empresa está usando, é a mais adequada para o seu ramo de atividade, elaboraremos uma DRE - Demonstrações do Resultado do Exercício para o 4º trimestre do ano de 2017, onde serão extraídas informações que serviram de base para o cálculo do IRPJ e CSLL, no regime atual, no Lucro Real e no Simples Nacional. Assim, realizaremos um comparativo entre os cálculos pelo Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional. Ressaltamos, que os cálculos serão feitos de acordo com a Legislação vigente no país, aplicando-se as alíquotas necessárias para cada tipo de regime tributário.

Ainda, para melhor entender a natureza dos objetivos propostos, neste trabalho, foi realizada uma pesquisa descritiva. Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61) definem a pesquisa descritiva como:

A pesquisa que observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características.

Já, para Matias (2012. p. 89), pesquisa descritiva é aquela que “descreve as características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecimento de relações de variáveis”. Portanto, esta pesquisa enquadra-se também na descritiva, porque foram descritas as principais características que a empresa necessita para se enquadrar nos determinados regimes de tributação.

Quanto a abordagem qualitativa realizada neste estudo, Gil (2002. p. 133) “A análise qualitativa depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação. Pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”. Portanto, esta pesquisa é qualitativa e baseia-se na criatividade do autor, que percebeu, na rotina contábil, a gestão tributária como ferramenta fiscal para uma pequena empresa, desde a sua constituição até a escolha do seu regime de tributação.

Segundo Appolinário (2009. P. 67) pesquisa documental “Qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova, incluem-se nesse universo os impressos, os manuscritos, os registros”. Foi utilizado como procedimento técnico do trabalho, análise documental mediante aplicabilidade da gestão tributária, aliada à necessidade de gestores das empresas de caminhos legais para otimização dos gastos tributários. Não havendo limitações, exceto a divulgação do nome da empresa, que será denominada Alpha Cosméticos Ltda-ME.

#### **4 | DISCUSSÃO DOS DADOS**

Neste capítulo apresentaremos o resultado, baseados nos dados coletados da empresa Alpha Cosméticos Ltda-ME, constituída em dezembro de 2016, empresa de pequeno porte que exerce a atividade de Comércio Varejista, seu faturamento no ano de 2017 não ultrapassa R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) limite permitido na Lei Complementar nº 155/2016, e não foram encontrados débitos fiscais e patronais que a impedisse para enquadramento no Simples Nacional.

Portanto, faz-se necessário relembrar que o objetivo geral deste estudo é identificar se a forma de tributação que a empresa está usando, é a mais adequada para o seu ramo de atividade. As grandes empresas, em sua maioria, possuem um comitê de Planejamento e Legislação Tributário, composto por uma equipe de profissionais com conhecimentos específicos em contabilidade, direito, administração de empresas e economia. Sendo assim, esta equipe procura formas de sobrevivência aos altos custos existentes.

Por outro lado, nas pequenas empresas os proprietários, que na maioria das vezes, não possuem uma gestão tributária para a tomada de decisão, acabam desistindo dos seus negócios e recorrendo à informalidade, ou por desconhecerem a legislação sofrem

com as consequências de uma má opção no Regime tributário adequado ao tipo de sua empresa, seja pelo porte, ou pela atividade econômica.

Vale ressaltar, que o estudo realizado na Alpha Cosméticos foi de grande importância para os proprietários da empresa. Com a análise efetiva de seus tributos, foi possível realizar uma tomada de decisão de qual melhor tributação escolher e com isso possibilitou também a retomada do seu crescimento, tornando a empresa mais competitiva.

O quadro 3 mostra a DRE da empresa, com as informações do 4º trimestre de 2017, onde tomamos por base para calcular o IRPJ e a CSSL para cada Regime Tributário Brasileiro. No quadro 4 apresentamos os valores do IRPJ e a CSLL pelo Lucro Presumido, atual regime tributário da empresa Alpha Cosméticos Ltda-ME. Já, no Simples Nacional após análises dos valores informados pela empresa, chegou-se ao valor devido no trimestre de R\$ 2.259,56, quando no antigo regime foi de R\$ 11.163,90, houve nesse caso, uma Economia Fiscal de 20,23%, em relação ao Lucro Presumido.

Logo, o que diferencia o Lucro Presumido do Simples Nacional, é que o Simples Nacional altera a alíquota sempre que aumenta a receita e ultrapassa a faixa, de acordo com atividade e ainda são incorporados uns tributos em uma única guia de arrecadação como: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, COFINS, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição à Previdência Social(CPP), para o Lucro Presumido, mesmo com aumento de receita o percentual para o cálculo do imposto continua o mesmo desde o início da constituição.

Portanto, no regime tributário do Simples Nacional a empresa precisa observar algumas particularidades desta tributação e em termos práticos o quadro 6 representa a composição de cada imposto dentro do DAS. Neste caso, o que interessa é a participação no Simples do IRPJ e CSLL, feita à repartição de tributos, cada tributo ficaria assim representado: IRPJ = R\$ 1.808,62 e a CSLL = R\$ 1.150,94. Porém, a valor a ser pago do imposto no Simples é de R\$ 2.959,56, no quadro 7 podemos observar que a empresa só no 4 trimestre de 2017, se estivesse sob o Regime Tributário do SIMPLES teria uma economia financeira de R\$ 8.228,35.

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (D.R.E)</b>		
<b>4º TRIMESTRE/ 2017</b>		
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>R\$</b>	<b>492.274,81</b>
<i>Vendas de mercadorias</i>	R\$	492.274,81
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>R\$</b>	<b>30.327,17</b>
<i>VENDAS CANCELADAS</i>	R\$	1.576,65
<i>ICMS</i>	R\$	20.184,04
<i>PIS</i>	R\$	1.525,54
<i>COFINS</i>	R\$	7.040,94
<b>(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>R\$</b>	<b>461.947,64</b>
<b>(-) CUSTO DAS VENDAS</b>	<b>R\$</b>	<b>109.525,80</b>
<i>Custo da Mercadoria Vendida (CMV)</i>	R\$	109.525,80
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>R\$</b>	<b>352.421,84</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>R\$</b>	<b>23.930,51</b>
<i>Despesas com Vendas</i>	R\$	1.147,54
<i>Despesas Administrativas</i>	R\$	22.358,29
<i>Despesas Financeiras</i>	R\$	424,68
<b>(=) RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	<b>R\$</b>	<b>328.491,33</b>
<b>(+/-) RECEITAS/ DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>R\$</b>	<b>1.000,00</b>
<i>Aluguel</i>	R\$	1.000,00
<b>(=) RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ</b>	<b>R\$</b>	<b>329.491,33</b>

Quadro 3- Demonstração do Resultado do Exercício

Fonte: Empresa Alpha Cosméticos Ltda-ME (2017).

<b>CÁLCULO DO IRPJ</b>		
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>R\$</b>	<b>492.274,81</b>
<i>(-) Vendas Canceladas</i>	R\$	1.576,65
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>R\$</b>	<b>490.698,16</b>
<b>BASE DE CÁLCULO DO IRPJ (8% PRESUNÇÃO)</b>	<b>R\$</b>	<b>39.255,85</b>
<b>IRPJ 15%</b>	<b>R\$</b>	<b>5.888,37</b>
<b>IRPJ DEVIDO NO TRIMESTRE</b>	<b>R\$</b>	<b>5.888,37</b>
<b>CÁLCULO DA CSLL</b>		
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>R\$</b>	<b>492.274,81</b>
<i>(-) Vendas Canceladas</i>	R\$	1.576,65
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>R\$</b>	<b>490.698,16</b>
<b>BASE DE CÁLCULO DA CSLL (12% PRESUNÇÃO)</b>	<b>R\$</b>	<b>58.883,78</b>
<b>CSLL 9%</b>	<b>R\$</b>	<b>5.299,54</b>
<b>CSLL DEVIDO NO TRIMESTRE</b>	<b>R\$</b>	<b>5.299,54</b>
<b>VALOR TOTAL DEVIDO (IRPJ + CSLL)</b>	<b>R\$</b>	<b>11.187,91</b>

Quadro 4- Demonstração do Cálculo do IRPJ e CSLL Lucro Presumido

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

<b>CÁLCULO DO IRPJ</b>	
<b>RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ</b>	<b>R\$ 329.491,33</b>
<b>ADIÇÕES</b>	<b>R\$ 1.594,58</b>
Multa de Trânsito	R\$ 850,00
Despesas com Brindes	R\$ 744,58
<b>EXCLUSÕES</b>	<b>R\$ -</b>
<b>LUCRO REAL (BASE DE CÁLCULO DO IRPJ)</b>	<b>R\$ 331.085,91</b>
IRPJ 15%	R\$ 49.662,88
<b>IRPJ DEVIDO NO TRIMESTRE</b>	<b>R\$ 49.662,88</b>
<b>CÁLCULO DO CSLL</b>	
<b>RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ</b>	<b>R\$ 329.491,33</b>
<b>ADIÇÕES</b>	<b>R\$ 1.594,58</b>
Multa de Trânsito	R\$ 850,00
Despesas com Brindes	R\$ 744,58
<b>EXCLUSÕES</b>	<b>R\$ -</b>
<b>LUCRO REAL (BASE DE CÁLCULO DA CSLL)</b>	<b>R\$ 331.085,91</b>
CSLL 9%	R\$ 29.797,73
<b>CSLL DEVIDO NO TRIMESTRE</b>	<b>R\$ 29.797,73</b>
<b>VALOR TOTAL DEVIDO (IRPJ + CSLL)</b>	<b>R\$ 79.460,61</b>

Quadro 5- Demonstração do Cálculo do IRPJ e CSLL Lucro Real

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Faixas	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	CPP	ICMS
1º Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
2º Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	41,50%	34,00%
3º Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
4º Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
5º Faixa	5,50%	3,50%	12,74%	2,76%	42,00%	33,50%
6º Faixa	13,50%	10,00%	28,27%	6,13%	42,10%	0

Quadro 6- Percentual de participação de tributos do Simples Nacional

Fonte: SEBRAE (2016).

REGIMES	LUCRO PRESUMIDO	LUCRO REAL	SIMPLES NACIONAL
<b>IRPJ</b>	<b>5.875,74</b>	<b>49.662,88</b>	<b>1.808,62</b>
<b>CSLL</b>	<b>5.288,16</b>	<b>29.797,73</b>	<b>1.150,94</b>
<b>VALOR TOTAL DE IRPJ E CSLL DEVIDO NO TRIMESTRE</b>	<b>11.187,91</b>	<b>79.460,61</b>	<b>2.959,56</b>

Quadro 7- Comparativo entre os Regimes de Tributação

Fonte: Elaborado pelo autor (2018)

Após a análise dos Demonstrativos Tributárias, baseados em cada regime, foram obtidas as despesas com esses tipos de tributos que seriam: no regime pelo Lucro Presumido de R\$ 11.163,90, no Regime do lucro Real de R\$ 79.490,61, e no Simples

Nacional de R\$ 2.959,56. Portanto, em percentual de participação em cada Regime, a Receita Bruta representou 2,27% da despesa comprometida no primeiro regime tributário, ou seja, no Lucro Presumido, já no Lucro Real o comprometimento da Receita ficou em 16% e por fim 0,60% foi o comprometimento da receita Bruta no Regime do Simples Nacional.

Por fim, torna-se evidente que a melhor alternativa para a Empresa é migrar para o Simples Nacional, pois, assim terá uma despesa tributária menor com os impostos. Com base no trimestre analisado, ficou evidenciada que a modalidade de regime de tributação empregada não é a mais vantajosa para a organização. Por conta disso, recomenda-se uma análise de cada exercício social.

É importante salientar que os dados coletados ficam restringidos a empresa analisada, pois sendo um estudo de casos a entidade forneceu informação relevante que possibilitou análise de seu faturamento e a mudança do seu regime de tributação, não podendo outras entidades fazer a mesma comparação quando existem particularidades que talvez possa modificar o resultado esperado.

Em suma, pela falta de uma gestão tributária no ato da sua constituição em 2016, a empresa optou erroneamente pelo Lucro Presumido, quando na verdade o regime no qual melhor se enquadra é o Simples Nacional. Levando em consideração o trimestre analisado, é relevante continuar fazendo estudos de cada exercício, visto que, auxilia os gestores na tomada de decisões para evitar escolhas e onerações que modificam seu quadro tributário.

E no caso visto nesta pesquisa, a empresa analisada opta de forma incorreta pelo regime do Lucro Presumido, uma vez que não é o mais vantajoso para a empresa. Foi proposta à empresa Alpha Cosméticos Ltda- ME, a alteração de regime tributário, com a adoção do Simples Nacional. Vale lembrar que até o final de 2018 a empresa deverá ser tributada pelo lucro presumido, pois a opção pelo Simples Nacional só será feita em janeiro/2019 até o último dia 30/01/2019 se deferida, retroagirá a 01/01/2019.

## **5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No Brasil a carga tributária é bastante elevada, por este motivo, muitas empresas não conseguem sobreviver no ciclo normal das suas atividades, conseqüentemente a falta de gestão tributária é considerado um importante agravante para esta dura realidade. Com isso, levando em consideração toda sistemática descrita nesta pesquisa, percebe-se claramente que toda empresa deve estar bem estruturada, envolvendo uma ligação entre empresários e contadores para buscar a melhor forma de gestão tributária, visando o desenvolvimento do empreendimento, a fim de otimizar sua lucratividade e conseqüentemente o crescimento da empresa.

Neste sentido, o trabalho deu ênfase aos regimes tributários, demonstrando os

cálculos apurados, as vantagens e desvantagens pertinentes à gestão tributária. Portanto a gestão tributária é caracterizada como um conjunto de atividades legais que tem em vista a economia tributária da empresa. Assim, podemos considerar que a questão norteadora da pesquisa foi concluída, que é interessante para a empresa a elaboração de uma gestão tributária, pois, irá auxiliar na escolha do melhor regime tributário.

Ressaltamos, que isto só é possível após uma análise de tributos por tributos, neste caso específico, analisamos os impostos do IRPJ e da CSLL dentro de cada Regime. Logo, esta ponderação é elemento decisivo para a empresa, no momento de realizar a opção ou não pelo Lucro Real, Lucro Presumido ou o Simples Nacional.

Portanto, ficou perceptível neste trabalho a relevância que a gestão tributária tem para a empresa. A partir dos dados coletados e das análises feitas, ficou claro que a gestão tributária tem um conjunto de alternativas viáveis para o pagamento de impostos. Desta forma, pode-se perceber que a realização de uma boa gestão permite uma economia fiscal ou mesmo a redução de tributos, sem desobedecer a Legislação, utilizando métodos e procedimentos técnicos adequados.

Concluimos com esse estudo que não é necessário apenas observar alíquotas ou percentuais para escolher um regime de tributação, e sim toda hipótese e expansão da empresa em virtude dos limites relacionados com a receita bruta e sua natureza jurídica. Primeiramente propõe que a entidade continue fazendo a Gestão dos seus tributos de forma controlada acompanhando cada processo fazendo os mesmos procedimentos para cada trimestre. É importante um estudo mais ampliada de outros tributos, observando sempre a legislação para encontrar a melhor oneração e incentivos fiscais, que possa ser compartilhado com outras entidades.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Gilberto Luiz. Nova ótica do planejamento tributário empresarial. Disponível em: <http://www.tributario.adv.br/3/textos.asp?Assunto=13&texto=39>> Acesso em: 20 nov. 2017;

AMARAL, Gilberto Luiz do; VIEIRA Isabel. Os riscos do planejamento tributário atentatório, 2013. Disponível em: <<HTTPS://www.ibpt.org.br/noticia/1169/Os-riscos-do-planejamento-tributario-atentatorio>> Acesso em: 30 de out. 2017;

ANDRADE, Maria Margarida de; **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001;

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo, Atlas, 2009;

BRASIL, P. d. (Brasília, 13 de Março de 1967). Código tributário nacional. A LEI Nº 5.172, DE 1966 E SUAS ALTERAÇÕES. Disponível em Código Tributário Nacional:<[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L5172.htm)> Acesso em 03 de Fev. 2018;

BRASIL, P.d (Brasília, 27 de Outubro de 2016). Congresso Nacional. A LEI COMPLEMENTAR Nº 155 DE 2016 E SUAS ALTERAÇÕES. Disponível em Código Tributário Nacional:<[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao\\_identificacao/lcp155-2016](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao_identificacao/lcp155-2016)> Acesso em 25 de Abr. 2018;

\_\_\_\_ Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3000.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm)> Acesso em: 11 de Fev.2018;

\_\_\_\_ Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3000.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm)> Acesso em 10 de Fev. 2018;

CHAVES, Francisco Coutinho. **Gestão Tributária Aplicada**. 2º Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA da Roberto. **Metodologia Científica** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. 4ª. Ed, São Paulo: Atlas, 2002.

LEMES, Antônio Júnior, **Administrando Micro e Pequenas Empresas**- Rio de Janeiro: Elsevier, 2014;

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial/ José Carlos Marion**. – 14. ed. – São Paulo: Atlas, 2009;

MATIAS, Pereira José, **Manual Metodologia de Pesquisa Científica**. 3 Ed. São Paulo: Atlas, 2012;

MACHADO, Lopes, **Contabilidade Tributária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012;

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Escola de Administração Fazendária. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Função social dos tributos / Programa Nacional de Educação Fiscal. 5. ed. Brasília: ESAF, 2013:< <http://www.esaf.fazenda.gov.br>> Acesso em: 04 de Fev. 2018;

PINTO, João Roberto Domingos. **Imposto de Renda, Contribuições Administrativas Pela Secretaria da Receita Federal**. Ed. Porto Alegre: 2007, 742p;

POHLMANN, Marcelo Coletto./**Contabilidade Tributária/** Marcelo Coletto Pohlmann, - Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012.

RIBEIRO, Osni; PINTO, Mauro. **Introdução à Contabilidade Tributária/** Osni Moura Ribeiro, Mauro Aparecido Pinto. São Paulo: Saraiva 2012. 318 p.

RODRIGUES, Aldenir Ortiz. Et al. **IRPJ E CSLL, Manual do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição social Sobre Lucro**. 3. Ed. São Paulo: IOB, 2009, 525 p;

RISOLA, Antônio Santos. **As dificuldades da gestão dos recursos humanos nas Micro e Pequenas empresas**. Araraquara, julho de 2014;

SEBRAE, Paraná, 01 de dezembro de 2017< [http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Sebrae az/em presas-do-simples-nacional-poderão-pagar-menos-impostos](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Sebrae%20em%20presas-do-simples-nacional-poder%C3%A3o-pagar-menos-impostos), Acesso em: 01 de Mar. de 2018;

ZANGIROLAMI, Andréia. **Planejamento Tributário: Estudo Realizado em uma Empresa que Atua no Ramo de Comércio Varejista de Combustíveis**. 2010. 97 trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Ciências Contábeis). Departamento de Economia e Contabilidade da Universidade Regional do Noroeste – DACON, Ijuí.

## PRÁTICAS DE CONTROLES GERENCIAIS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE EMPRESAS FRANQUEADAS E INDEPENDENTES DA CIDADE DE RECIFE/PE

Data de aceite: 01/07/2020

### **Edna Maria de Melo Vieira**

Universidade Federal de Campina Grande -  
UFCG

Sousa - Paraíba

<http://lattes.cnpq.br/2204529745980807>

### **Karenn Patrícia Silva Siqueira**

Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade  
Federal de Pernambuco, UFPE

Teresina – Piauí

<http://lattes.cnpq.br/2337988011193025>

### **Jeronymo José Libonati**

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais  
da Universidade Federal de Pernambuco

Recife - Pernambuco

<http://lattes.cnpq.br/6764396616373892>

### **Gilberto Fernandes Vieira**

Unidade Acadêmica de Ciências Exatas e da  
Natureza da Universidade Federal de Campina  
Grande.

Cajazeiras – Paraíba

<http://lattes.cnpq.br/3113424515672868>

**RESUMO:** Este estudo teve por objetivo investigar as principais práticas dos controles gerenciais utilizados nas empresas franqueadas e independentes do segmento de cosméticos e perfumaria da cidade de Recife-PE para posterior

análise comparativa. Para atingir tal propósito, realizou uma pesquisa de levantamento na qual aplicou-se um questionário com perguntas fechadas a uma amostra não probabilística de 36 empresas (8 franqueadas e 28 independentes). Os dados obtidos foram analisados por meio de estatística descritiva e inferencial com a utilização de testes não paramétricos (Exato de Fisher e Mann-Whitney). Dentre os principais resultados da análise descritiva, verificou-se que os controles mais utilizados, tanto pelas empresas franqueadas como pelas empresas independentes foram o controle de estoque (87,5% e 96,4%) e o controle de fluxo de caixa (75% e 89,3%) respectivamente, sendo o controle do pagamento dos empréstimos tomados o menos utilizado por ambos os grupos. Além disso, os resultados apontaram para a inexistência de diferença significativa quanto ao uso da maioria dos controles entre as empresas da amostra, o que significa que a utilização de grande parte desses controles independe do perfil de propriedade de ativo da empresa (franquiada ou independente). Entretanto, no que se refere ao controle de gastos, o teste Exato de Fisher apresentou *p-value* (0,4%), revelando a existência de diferença estatisticamente significante em relação a esse tipo de controle, fato que

comprova a predominância de sua utilização pelas empresas independentes. A partir dessas constatações, infere-se que as práticas de controle gerencial, em especial aquelas relacionadas ao controle de gastos, podem apresentar diferenças quanto à sua utilização entre os dois grupos de empresas investigados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Controles Gerenciais. Franquia. Negócio Independente.

## MANAGEMENT CONTROL PRACTICES: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN FRANCHISED AND INDEPENDENT COMPANIES IN THE CITY OF RECIFE / PE

**ABSTRACT:** This study aimed to investigate the main practices of management controls used in franchised and independent companies in the segment of cosmetics and perfumery in the city of Recife-PE for further comparative analysis. To achieve this purpose, a survey was conducted in which a questionnaire with closed questions was applied to a non-probabilistic sample of 36 companies (8 franchisees and 28 independent). The data obtained were analyzed using descriptive and inferential statistics using non-parametric tests (Fisher's Exact and Mann-Whitney). Among the main results of the descriptive analysis, it was found that the most used controls, both by franchisees and independent companies were inventory control (87.5% and 96.4%) and cash flow control (75 % and 89.3%) respectively, with the control of payment of loans taken being the least used by both groups. In addition, the results pointed out that there was no significant difference regarding the use of most controls among the companies in the sample, which means that the use of most of these controls does not depend on the company's asset ownership profile (franchised or independent). However, with regard to expenditure control, Fisher's Exact Test showed a p-value equal to 0.4%, revealing the existence of a statistically significant difference in relation to this type of control, a fact that proves the predominance of its use independent companies. From these findings, it can be inferred that management control practices, especially those related to expenditure control, may differ in terms of their use between the two groups of companies investigated.

**KEYWORDS:** Management controls. Franchise. Independent business.

## 1 | INTRODUÇÃO

Esta pesquisa fornece, com base na literatura nacional e internacional, uma visão geral sobre a importância dos controles gerenciais nas empresas franqueadas e não franqueadas (também conhecidas como negócio independente), referente ao segmento de cosméticos e perfumaria, dispendo maior atenção às práticas gerenciais pertencentes ao controle de gestão.

O mercado de perfumaria e cosméticos vem obtendo crescimentos expressivos na última década. Segundo informações da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), esse setor cresceu 18,9% em 2011, alcançando faturamento anual de R\$ 43 bilhões. Com participação global de 10,1%, o

Brasil representa o terceiro maior mercado desse setor.

Esse segmento de mercado abrange empresas independentes e franquias. No sistema de franquia existem dois participantes no negócio: o franqueador e o franqueado. O franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços, e eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvido ou detido pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem que fique caracterizado qualquer vínculo empregatício. (Lei nº 8.995 /94).

Segundo Silva e Azevedo (2007) o *franchising* caracteriza-se como uma forma organizacional complexa, composta por partes legalmente distintas: uma parte central, detentora da marca e do conhecimento de gestão do negócio (o franqueador), e múltiplos agentes econômicos (os franqueados). De acordo com a Associação Brasileira de Franchising (ABF), o setor de franquias possui vários segmentos de atuação, sendo a maioria formada por micro e pequenas empresas, nas quais são responsáveis consideravelmente, pela geração de empregos e renda no país.

Ainda segundo a ABF, a atividade de *franchising* também vem crescendo à taxas bastante superiores à média da economia. De acordo com uma pesquisa feita pela ABF (2011) com as

2.031 redes que atuam no país, o setor de *franchising* cresceu 16,9% no ano 2011, acumulando um faturamento de R\$ 88,9 bilhões no ano, crescendo a taxas bem acima das do PIB nacional.

Dentro deste contexto de crescimento das empresas de franquias, bem como do mercado de perfumaria e cosméticos em geral, o controle gerencial surge como uma boa opção para o gerenciamento desse negócio, no qual através das atividades de planejamento, execução e controle, tais empresas podem alcançar seus objetivos desejados.

Assim, entendendo a importância dos controles gerenciais no ambiente organizacional, este estudo tem por objetivo investigar as principais práticas dos controles gerenciais utilizados nas empresas franqueadas e independentes do segmento de cosméticos e perfumaria da cidade de Recife-PE, e posteriormente fazer uma análise comparativa entre os resultados encontrados.

A comparação entre os controles gerenciais de tais empresas é importante, porque possibilita constatar se existem similaridades ou diferenças nas práticas de controle gerencial das empresas estudadas, e de também poder averiguar se a franquia segue algum tipo de controle pertencente a sua franqueadora. As práticas de controle gerencial investigadas são: controle de fluxo de caixa, controle de saldos e extratos, controle de estoques, contas a receber, contas a pagar, controle de financiamento e investimentos, entre outros.

Diante desse contexto, pretende-se investigar a seguinte questão: **Existem diferenças estatisticamente significativas entre as práticas de controles gerenciais utilizados nas empresas franqueadas e independentes, do segmento de cosméticos e perfumaria da cidade de Recife-PE?**

O presente artigo é composto por cinco seções incluindo essa Introdução. Na segunda seção, é apresentada a revisão da literatura que fundamenta esta pesquisa. A terceira seção, trata da metodologia adotada para a realização deste estudo. Na quarta são apresentados os resultados obtidos por meio da análise dos dados. Por fim, a quinta seção é composta pela conclusão da pesquisa, bem como suas limitações e sugestões para pesquisas futuras.

## **2 | CONTROLE GERENCIAL NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (MPES)**

Segundo Anthony e Govindarajan (2002, p.32), Controle Gerencial, comumente conhecido também como controle de gestão “é o processo pelo qual os executivos influenciam outros membros da organização, para que obedeçam às estratégias adotadas”. Ainda segundo o autor, esse processo inclui: (i) planejar o que a organização deve fazer; (ii) coordenar as atividades de várias partes da organização; (iii) comunicar a informação; (iv) avaliar a informação; (v) decidir se deve ser tomada uma decisão, ou que decisão tomar; e (vi) influenciar as pessoas para que alterem seu comportamento. Por conseguinte, sua finalidade é assegurar que as estratégias sejam obedecidas, de forma que os objetivos da organização sejam atingidos.

De acordo com Gomes (1997) controle de gestão ou controle gerencial refere-se ao processo que resulta da inter-relação de um conjunto de elementos internos (formais e informais) e externos à organização que influem no comportamento dos indivíduos que formam parte da mesma. Assim, a atuação da administração pode ser muito importante no desenho de um sistema e na realização de um processo que permita influir decisivamente no comportamento das pessoas para que atuem de acordo com os objetivos negociados pela administração. Para Moraes e Oliveira (2015) controle gerencial significa gerenciar, no qual com base no controle torna-se uma gerência controlada, onde deve abranger toda empresa desde o planejamento inicial das atividades até à vida psicológica dos colaboradores, para assim, assegurar a vida contínua da empresa

Diante das definições de controle gerencial e das pesquisas que apontam para sua importância no ambiente empresarial, entende-se que o controle gerencial, nada mais é que um conjunto de ações compostas por atividades de planejamento, execução e controle, para garantir a concretização dos objetivos da organização. Contudo, é importante destacar que conforme apresenta Gomes e Salas (2001) o tamanho da empresa afeta diretamente no tipo de controle organizacional, bem como no nível de formalização necessário para garantir a delegação de autoridade, para que seja avaliada da forma mais adequada possível.

No Brasil, atualmente as pequenas e médias empresas vêm obtendo um expressivo crescimento econômico, revelando sua importância como um dos principais agentes de fomentação da economia mundial (Cruz, 2011). De acordo com informações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE] (2014), as Micro e Pequenas Empresas (MPEs) representam 99% dos empreendimentos e são responsáveis por 52% dos empregos, contribuindo ainda com 27% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

No entanto, infelizmente um problema existente no contexto brasileiro é que muitas MPEs não conseguem resistir aos desafios encontrados no mercado e acabam encerrando suas atividades após os 2 primeiros anos de existência, tais empresas geralmente são carentes de visão estratégica, de um bom plano de negócio e até mesmo de um bom sistema de controle gerencial (Miranda, Libonati, Freire & Saturnino, 2008). Do mesmo modo, Lopes, Siqueira, Vieira e Freitas (2014), destacaram que nas empresas de menor porte, cujo índice de mortalidade é bem maior e sua maior parte são geridas por seus próprios donos, as dificuldades na gestão geralmente são resultantes da falta de conhecimento de informações, sobretudo, as de caráter financeiro e gerencial.

Corroborando tais informações Feuser (2016), destaca que nas MPEs, o controle caracteriza-se por se assemelhar a um estilo familiar, sendo conduzido com base principalmente nas relações pessoais e na liderança do empreendedor-gestor, realizando assim, um controle mais centralizado, com delegação limitada e que infelizmente acaba reduzindo a necessidade de controles mais amplos pois infelizmente muitas dessas MPEs não possuem nem mesmo estrutura para tanto. Um estudo realizado pelo SEBRAE (2010), revelou que a ausência de controles gerenciais por parte dos gestores tem ocasionado sérios problemas na continuidade das micro e pequenas empresas. O estudo apresentou as causas do fechamento dessas empresas em quatro categorias distintas: falhas gerenciais; causas econômicas conjunturais; logística operacional; e políticas públicas e arcabouço legal. De modo geral, tais informações demonstram problemas relacionados ao gerenciamento do negócio, como ele está sendo conduzido.

Assim, conforme vários estudos (Almeida & Costa, 2015; Bernardes & Miranda, 2011; Ferreira *et al.*, 2012; Feuser, 2016; Lopes *et al.*, 2014; SEBRAE, 2010), percebe-se que um dos motivos para a mortalidade das microempresas se deve a muitos não possuírem um bom controle gerencial, nem uma estrutura organizacional adequada, delimitando então, os papéis de seus ocupantes e os níveis de responsabilidade correspondentes. Seus controles são geralmente prolixos e quase sempre centralizados; na maioria das vezes as decisões são tomadas pelos dirigentes sem a participação de outros integrantes que geralmente também atuam no processo organizacional. (Pinheiro, 1996).

Por fim, todo controle seja ele formal ou informal se faz necessário para assegurar que as atividades de uma organização se realizem de forma desejada e principalmente para que os objetivos estabelecidos pelas organizações sejam alcançados. Assim,

independentemente de ser uma micro ou pequena empresa, ambas para continuarem em atividade é importante que façam uso de um bom sistema de controle gerencial.

### **3 | PRINCIPAIS INSTRUMENTOS DE CONTROLE DE GESTÃO**

Vários pesquisadores têm procurado demonstrar por meio de estudos a importância da utilização do controle gerencial nas organizações (Almeida & Costa, 2015; Bernardes & Miranda, 2011; Ferreira *et al.*, 2012; Feuser, 2016; Lopes *et al.*, 2014; Morais & Oliveira, 2015; Pinheiro, 1996; SEBRAE, 2004;). Assim, visando obter maior entendimento sobre como as empresas pesquisadas realizam, na prática, seus controles gerenciais, esse trabalho tem por objetivo investigar as principais práticas de controle gerencial utilizados pelas empresas franqueadas e não franqueadas e, assim, identificar diferenças ou similaridades nos controles entre tais empresas.

Neste sentido, as práticas de controle gerenciais específicas utilizadas na pesquisa foram: planejamento, controle do Fluxo de Caixa, controle do saldo e do extrato bancário, controles do pagamento dos empréstimos tomados, controle de impostos e encargos sociais, controle das contas a receber, controle das contas a pagar, controle dos estoques, controle do lucro gerado no mês, controle de rescisão, férias, 13º salário e folha de pagamento, controle de investimentos, controle de financiamento, e controle dos gastos. Tais instrumentos contribuem no controle e gerenciamento do patrimônio. De forma resumida, a seguir apresentam-se os conceitos e características dos principais instrumentos que compõe o controle de gestão.

#### **3.1 Planejamento**

Segundo Marques (2009, p.3), “planejamento é a mais básica de todas as funções gerenciais, consiste na primeira etapa de qualquer projeto que a empresa pretenda executar, considera cuidadosamente todos os fatores relevantes para que todo o processo tenha coerência e sustentação, sendo orientado para tomada de decisão com vistas no futuro.” Ainda conforme o autor a essência do planejamento e do controle sustenta-se na premissa de que os gestores de uma empresa poderão planejar e controlar seu destino a curto e longo prazo, por meio de um processo contínuo de tomada de decisão que sejam convincentes. De acordo com Lima e Imoniana (2008), por meio do planejamento, a empresa se organiza e decide qual risco está disposta a correr antecipadamente. Além disso, atividade de planejamento possibilita aos gestores possuir o controle ou minimizar os riscos inerentes às incertezas.

Atualmente existem vários tipos de planejamentos, temos o planejamento estratégico, tático, operacional e financeiro. Apesar de todos serem importantes destaca-se em especial a importância do planejamento financeiro para as micros e pequenas empresas porque

fornece subsídio sobre sua capacidade de investimento e principalmente informações sobre o custo de seu negócio, sua lucratividade e nível de endividamento. De acordo com Marques (2009, p.3):

Planejamento financeiro é o processo formal que conduz o micro e pequeno empresário a acompanhar as diretrizes de mudanças e a rever, quando necessário, as metas já estabelecidas. Assim, poderá a administração visualizar com antecedência as possibilidades de investimento, o grau de endividamento e o montante de dinheiro que considere necessário manter em caixa, visando seu crescimento e sua rentabilidade.

Nessa mesma linha de raciocínio Gitman (2001, p.434), destaca que o “planejamento financeiro começa com planos financeiros em longo prazo ou estratégicos, que por sua vez guiam a formulação de planos e orçamentos em curto prazo ou operacionais”. Diante da importância desse planejamento para as entidades seja ele de pequeno porte ou grande, todas precisam elaborar e seguir um bom planejamento e assim poder alcançar seus objetivos. Anthony e Govindarajan (2002) enfatizam que o controle gerencial é um dos vários tipos de atividades de planejamento e controle que ocorrem em uma organização. Neste sentido, percebe-se que o planejamento faz parte das atividades que compõem o processo de gestão e representa um importante instrumento gerencial.

### **3.2 Controle do Fluxo de Caixa**

Segundo Friedrich e Brondani (2005), o fluxo de caixa possui um importante papel no planejamento financeiro das empresas. De acordo com os autores, compreende-se como Fluxo de Caixa, os registros e os controles existentes na movimentação do caixa, compreendendo todas as entradas e saídas dos recursos financeiros que tenham ocorrido em um determinado período.

Neste mesmo sentido, Gazzoni (2003) define fluxo de caixa como um instrumento de controle financeiro gerencial, cujo principal objetivo é auxiliar o processo de tomada de decisão dentro de uma empresa, através de suas informações associadas ao fluxo de recebimento e pagamento. Do mesmo modo, através da Demonstração do Fluxo de Caixa, pode-se também obter de forma mais detalhada o controle sobre todo fluxo de entrada e saída de recurso da entidade.

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é um relatório contábil que tem por objetivo apresentar todo o movimento do caixa e as disponibilidades financeiras da empresa durante determinado período. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis 03 destaca que as informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos gestores uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa integradas às demais atividades da empresa. Na visão de Lima e Imoniana (2008), “a demonstração do fluxo de caixa é uma ferramenta gerencial puramente operacional para auxiliar e evitar problemas de liquidez”.

De modo geral, o controle dos fluxos de caixa é um valioso instrumento de gestão

financeira, pois evidencia informações relevantes para o controle do caixa. Sua inclusão entre os demais controles revela sua importância e utilidade como ferramenta de auxílio à tomada de decisão. Assim, percebe-se que é relevante todas as empresas realizarem controle do fluxo de caixa, independentemente de serem organizações grandes ou pequenas.

### 3.3 Controle de saldos e extratos bancários

Segundo Oliveira (2005) controle bancário é o registro diário de toda a movimentação bancária e do controle de saldos existentes, ou seja, os depósitos e créditos na conta da empresa, bem como todos os pagamentos feitos por meios bancários e demais valores debitados em conta, como: tarifas bancárias, juros sobre saldo devedor, contas de energia, água e telefone, entre outras. Ainda conforme o mesmo autor, o controle bancário possui duas finalidades principais: a primeira consiste em confrontar os registros da empresa e os lançamentos gerados pelo banco, além de apurar as diferenças nos registros se isso ocorrer; a segunda é gerar informações sobre os saldos bancários existentes, inclusive se são suficientes para pagar os compromissos do dia. Neste mesmo entendimento, Paiva, Abreu e Roza (2012, p. 1) destacam que:

Um dos mecanismos auxiliares da boa estruturação da contabilidade é o controle bancário. Esta ferramenta tornou-se importante ao longo dos tempos, pois auxilia no levantamento de dados contábeis, já que é possível realizar o mapeamento, tanto das entradas quanto das saídas (receitas e despesas) de forma diária. Além disso, o controle bancário é um poderoso instrumento de gestão, pelo qual o empresário pode verificar com rapidez e eficiência a disponibilidade de seus recursos.

Considerando a importância e funcionalidade atribuída ao controle bancário, Paiva, Abreu e Roza (2012) ainda ressaltam algumas vantagens na sua utilização:

1. Facilidade em comprovar as despesas realizadas pelo negócio, pois a partir da movimentação pelo banco se confirma o desembolso do valor;
2. Certeza da real data das compensações de pagamentos (cheques, TEDs e etc.).
3. Clareza no cruzamento das informações, pois no extrato bancário há dados dos beneficiários ou cedentes; e
4. Segurança quanto à tributação de todas as entradas, diante de possíveis fiscalizações, pois com as informações do banco devidamente organizadas, a probabilidade de esquecimento de alguma receita é mínima.

De acordo com Attie (2011), as contas bancárias (saldos, extratos) precisam ser cuidadosamente conciliadas para verificar se as pendências são decorrentes de operações normais. Por meio do controle do extrato bancário pode-se confirmar os saldos reais, além de poder realizar a verificação dos lançamentos. Existem também as aplicações financeiras, decorrentes das sobras de numerários com período de resgate bem curto. A verificação das aplicações segue as mesmas utilizadas na conferência de caixa, através do exame de documentação que comprove as aplicações e resgates (Attie, 2011).

Assim, através deste controle bancário a empresa pode observar toda movimentação financeira que ocorreu no dia, mês ou ano, de acordo com o tipo de extrato que ela possui. Tal controle é importante porque permite o acompanhamento detalhado do histórico da sua conta, feito por intermédio do extrato bancário, adquirido no caixa eletrônico, junto ao gerente de conta ou com o avanço da tecnologia (pela internet), facilitando o controle de tudo que foi recebido e pago, via banco, pelo negócio permitindo assim um bom gerenciamento. (Paiva, Abreu & Roza, 2012).

### **3.4 Controle das Obrigações e Direitos a receber**

Segundo Lima e Imoniana (2008), contas a pagar correspondem às obrigações que a empresa possui para com terceiros, tais como fornecimento de matéria prima, prestações de serviços, honorários profissionais de terceiros, aluguéis, impostos, taxas e contribuições, dentre outros. Dentro do contexto das obrigações, também estão inseridos controles de pagamento dos empréstimos tomados, controle de impostos e encargos sociais, controle da folha de pagamento, bem como rescisão, férias, e 13º salário, uma vez que todos pertencem ao grupo do passivo.

De acordo com Attie (2011), um ponto que precisa da atenção e controle dos gestores é quanto às obrigações para com terceiros. É importante que a organização realize o controle de todos os passivos que devem ser pagos, para assim evitar possíveis circunstâncias desagradáveis como certas despesas desnecessárias, ou e até mesmo prejuízos.

Do mesmo modo, e tão importante quanto o controle das contas a pagar, o controle de contas a receber visa dar suporte ao gestor sobre os direitos a receber de terceiros. Para Almeida (1996, p. 155), duplicatas a receber representam “direitos adquiridos por vendas a prazo de bens ou serviços relacionados com o objetivo social da empresa”. Na visão de Oliveira (2005, p. 21), controle de Contas a Receber tem como objetivo controlar os valores a receber, provenientes das vendas a prazo, e deve ser organizado para:

- Fornecer informações sobre o total dos valores a receber de clientes;
- Estimar os valores a receber que entrarão no caixa da empresa, por períodos de vencimento, por exemplo, 3, 5, 7, 15, 30, 45 e 60 dias;
- Conhecer o montante das contas já vencidas e os respectivos períodos de atraso, bem como tomar providências para a cobrança e o recebimento dos valores em atrasos;
- Fornecer informações sobre os clientes que pagam em dia;
- Fornecer informações para a elaboração do fluxo de caixa.

Em relação ao controle das contas a receber, Attie (2011) destaca que esse controle permite:

- (i) determinar a sua existência e representatividade contra os devedores envolvidos;

(ii) determinar se realmente pertence à empresa; (iii) determinar se está de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade; e se possuem bases uniformes; (iv) determinar a existência de restrições de uso, de vinculações em garantia ou de contingências; (v) determinar que esteja corretamente representada e classificada nas demonstrações financeiras e que suas divulgações aplicáveis foram expostas nas notas explicativas.

Diante do que foi exposto, percebe-se a importância das empresas realizarem o controle dos direitos a receber e das obrigações, uma vez que ambos dão suporte à gestão financeira empresarial, e também que o fluxo de informações fornecidas por esses instrumentos de controle subsidiam a tomada de decisão organizacional bem como o alcance dos objetivos da empresa.

### **3.5 Controle de Estoques**

Estoques podem ser definidos como os bens que a empresa possui e que são destinados à venda ou à fabricação. Geralmente, um dos controles mais utilizados nas empresas, é o controle de estoque. Contudo, antes de ser implantado, precisa ser bem planejado, levando-se em consideração certas informações essenciais como: característica do estoque, análise da estrutura física da empresa, e, por conseguinte, condições de acompanhamento.

Segundo Tavares (2011), o controle de estoque é de suma importância para a empresa, porque ele permite o controle dos desperdícios, possíveis desvios, bem como, reduz o exagerado investimento desnecessário, o qual prejudica o capital de giro. Seu objetivo é também financeiro, pois como a manutenção de estoques é cara, o sistema de controle do estoque deve permitir que o capital investido fosse minimizado. Logo, um bom controle de estoque passa primeiramente pelo planejamento desse estoque.

Neste mesmo sentido, Oliveira (2005) destaca que tal controle possibilita para empresa alguns benefícios, a saber: evita desvios, fornece informações para reposição dos produtos vendidos, e ainda, facilita a tomada de providências para redução dos produtos parados no estoque. Ainda segundo o autor, o controle de estoque deve ser organizado para fornecer as seguintes informações:

- O montante financeiro do estoque e o valor por linha de produtos;
- As quantidades em cada item de estoque;
- A quantidade e custo das mercadorias vendidas;
- Os estoques sem movimentação;
- A necessidade compras/reposição de estoques e fluxo de caixa.

Diante disso, percebe-se que possuir um controle de estoques bem definido é um dos “fatores mais importante para a adequada gestão financeira de uma empresa”, (Assaf & Silva, 2002, p. 159). Além disso, é importante destacar que esse instrumento que serve de apoio ao processo de gestão financeira, assim como os demais controles, precisa ser bem elaborado e acompanhado.

## 4 | METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa descritiva e exploratória, além de bibliográfica, ao fundamentar-se a partir de livros, artigos nacionais e internacionais, teses, e dissertações (principalmente a desenvolvida por Bezerra (2012)), apresentando uma abordagem quantitativa.

Para atingir ao objetivo proposto neste estudo, e ao mesmo tempo responder ao problema de pesquisa, foram levantadas duas hipóteses estatísticas as quais foram testadas para uma possível identificação de diferenças ou similaridades nos controles gerenciais utilizados pelas empresas franqueadas e não franqueadas. Essas hipóteses norteadora são apresentadas a seguir:

*H<sub>0</sub>: Não existem diferenças estatisticamente significativas entre as práticas de controles gerenciais utilizados nas empresas franqueadas e independentes do segmento de cosméticos e perfumaria da cidade de Recife-PE.*

*H<sub>1</sub>: Existem diferenças estatisticamente significativas entre as práticas de controles gerenciais utilizados nas empresas franqueadas e independentes do segmento de cosméticos e perfumaria da cidade de Recife-PE.*

A população deste estudo compreende todas as MPEs franqueadas e não franqueadas (empresas independentes) do setor de cosméticos e perfumaria da cidade de Recife-PE. Para determinar o universo das empresas franqueadas utilizou-se como fonte principal a relação das empresas cadastradas na ABF, disponível em seu endereço eletrônico. O total de franquias existentes em Recife corresponde a 12 empresas, das quais somente 8 se dispuseram a responder ao questionário, constituindo então, a primeira parte da amostra da pesquisa.

Em relação às empresas independentes (não franqueadas), o SEBRAE disponibilizou uma relação de 15 empresas. No entanto, informou que não possuíam o número exato. Dessa forma, como não foi possível determinar o universo dessas empresas, optou-se em obter uma amostra complementar, por meio do critério da conveniência, visitando-se, de forma aleatória, 33 empresas não franqueadas, durante os meses de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014, das quais obteve-se a segunda parte da amostra, totalizando apenas 28 empresas participantes. Neste sentido, o total de empresas participantes foram 36.

A partir da definição da amostra supracitada, aplicou-se um questionário cuja elaboração ocorreu com base em alguns estudos anteriores (Bezerra, 2012; Miranda *et al.*, 2008), sendo constituído por 42 questões exclusivamente fechadas e segmentadas em três partes: A parte I continha questões que traçam o perfil do respondente dentro da empresa; as questões da parte II caracterizavam a empresa em sua relação com seus funcionários, e a parte III, mais relacionada com o problema da pesquisa,

apresentou questões que tratam especificamente sobre o controle gerencial da empresa. Este instrumento de coleta de dados foi aplicado por meio de entrevistas presenciais, direcionadas ao próprio gestor, ou outro profissional que possuía uma visão sistêmica da empresa.

Após a coleta, os dados foram tabulados no *software* estatístico *Statistical Package for Social Science* (SPSS), versão 20.0, para realização da análise descritiva e posterior aplicação dos testes não paramétricos (Exato de Fisher e Mann-Whitney) os quais são mais apropriados às características da amostra e ao objetivo proposto neste estudo sobre a existência de associação entre variáveis. Para ambos os testes, admitiu-se um nível de significância de 5%.

## 5 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados obtidos na pesquisa de campo está apresentada nesta seção por meio da estatística descritiva e inferencial. Os resultados da análise descritiva permitiram delinear o perfil dos gestores, as características das empresas da amostra, bem como as informações sobre seu controle gerencial. Por outro lado, a análise inferencial apresenta os resultados das variáveis investigadas por meio dos testes de hipóteses. A Tabela 1 abaixo apresenta as funções dos respondentes nos dois tipos de empresas: Franquias (**F**) e Negócio independentes (**NI**).

Função	Percentual %		Percentual acumulado %		Percentual de Casos %
	F	NI	F	NI	Todas
Proprietário	12,5	10,7	12,5	10,7	11,1
Sócio-gerente	-	3,6	12,5	14,3	2,8
Gerente da empresa	75	71,5	87,5	67,9	72,2
Coordenador	12,5	7,1	12,5	7,1	8,3
Supervisor	-	3,6	-	3,6	2,8
Assistente administrativo	-	3,6	-	3,6	2,8
<b>Total</b>	100	100	100	100	100

Tabela 1 – Função do Respondente

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Observa-se que em ambos os tipos de empresas (franqueadas e não franqueadas), a maioria dos respondentes figuram como gerentes de loja: 75% nas franquias e 71,5% nas independentes, enquanto que apenas uma pequena parcela faz parte do quadro acionário das empresas: 12,5% nas franquias e 14,3% nas empresas independentes.

Em relação ao nível de escolaridade dos entrevistados, percebe-se que a maioria dos gestores, 50% das empresas franqueadas, possui apenas o ensino médio completo,

diferentemente das empresas de negócio independente, cuja maioria 42,9% possui nível superior completo, conforme evidenciado na Tabela 2.

Nível de escolaridade	Percentual %		Percentual acumulado %	
	F	NI	F	NI
Ensino médio completo	50	21,4	50	21,4
Nível técnico	-	7,1	50	28,5
Superior incompleto	25	17,9	75	46,4
Superior completo	-	<b>42,9</b>	75	89,3
Pós-Graduação	25	10,7	100	100
<b>Total</b>	100	100		

Tabela 2 – Nível de Escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Com relação ao tempo de atuação do entrevistado na área empresarial, os responsáveis pelas empresas franqueadas, possuem menos tempo de atuação na empresa, pois 75% deles têm, no máximo, 5 anos de experiência e apenas os 25% restantes possuem até 10 anos de experiência.

Enquanto que nas empresas independentes, apenas 35,7% dos entrevistados possuem até 5 anos de atuação na área e 35,7% (= 25% + 10,7%) dos respondentes têm mais de 10 anos de experiência. Estas informações podem ser verificadas na Tabela 3 a seguir.

Tempo de trabalho na área empresarial (anos)	Percentual %	
	F	NI
Até 5 anos	<b>75</b>	<b>35,7</b>
De 6 a 10 anos	25	28,6
De 11 a 15 anos	-	25
De 16 a 20 anos	-	10,7
<b>Total</b>	100	100

Tabela 3 – Tempo de trabalho na área empresarial

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Quanto às informações que caracterizam o perfil da empresa, analisou-se o tempo de funcionamento, o porte e o número de funcionários, dentre outros fatores. Com relação ao tempo de funcionamento da empresa, ambos os grupos de empresas apresentaram valores próximos, para as principais medidas estatísticas, praticamente 50% das empresas, tanto as franquias como as de negócio independente, possuem até 10 anos de existência no mercado, conforme evidencia a análise descritiva da Tabela 4.

Tempo de funcionamento da empresa	Percentual %		Percentual acumulado %	
	F	NI	F	NI
Até 10 anos	50,0	42,9	50	42,9
De 11 a 20 anos	12,5	39,2	62,5	82,1
Acima de 20 anos	37,5	17,9	100,0	100
<b>Total</b>	100	100	-	-
<b>Análise Descritiva</b>			<b>Tempo (anos)</b>	
			<b>F</b>	<b>NI</b>
Média			14,63	14,63
Mediana			11,5	12
Desvio Padrão			13,049	13,696
Mínimo			1	1
Máximo			32	59
<b>Teste Estatístico</b>				
Resultado do teste (Exato) de Mann-Whitney: <b>p = 97,8%</b> (bicaudal)				

Tabela 4 – Tempo de funcionamento da empresa

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Confirmando isto, ainda com base nos dados supracitados, o teste não paramétrico de Mann-Whitney revelou que não há, estatisticamente falando, diferença significativa entre as medianas dos dois grupos (empresas franqueadas e independentes), já que o nível de significância obtido neste teste foi de  $p = 97,8\%$ , bem superior ao nível estabelecido (5%). Neste caso, ambos os grupos da amostra possuem valores bem próximos em relação ao tempo de atuação no mercado.

Porte da empresa	Frequência		Percentual %	
	F	NI	F	NI
Microempresa	5	16	62,5	57,1
Empresa de pequeno porte	-	7	-	25
Média empresa	3	5	37,5	17,9
<b>Total</b>	8	28	100	100

Tabela 5 – Porte da empresa

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A Tabela 5 apresenta a classificação das empresas segundo a opinião dos entrevistados. E revela que 62,5% das franquias são classificadas como Microempresa, e os 37,5% estão na faixa de Média Empresa, não apresentando, assim, empresas de Pequeno Porte; Por outro lado, as empresas não franquizadas representam 57,1% como Microempresas, 25% como Empresa de Pequeno Porte e os 17,9% restantes, como Média Empresa. Percebe-se então, que a maioria das empresas franqueadas e não franqueadas

são microempresa, apenas uma minoria e neste caso somente as empresas de negócio independente, são de pequeno porte.

Porte da empresa	Frequência		Percentual %	
	F	NI	F	NI
Até 9 funcionários	6	19	75	67,9
De 10 a 49 funcionários	1	7	12,5	25
De 50 a 99 funcionários	-	2	-	7,1
Acima de 99 funcionários	1	-	12,5	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Tabela 6 – Número de funcionários da empresa

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

No que diz respeito à quantidade de funcionários das empresas pesquisadas, é importante destacar que os dados apresentados referem-se especificamente à loja visitada, e não ao grupo ou rede de lojas referente ao negócio. Conforme apresentado na Tabela 6, a maior parte das franquias visitadas 75% possuem até 9 funcionários. Semelhantemente as empresas independentes, sua maior parte 67,9% possuem até 9 funcionários, e apenas 25% possuem de 10 a 49 funcionários e apenas 7,1% possuem um número de funcionários entre 50 e 100. Percebe-se então, que tanto a maioria das lojas de franquias como as empresas independentes visitadas possuem poucos funcionários (até 9).

Quanto às informações relacionadas com o controle gerencial das empresas, buscou-se identificar quais as práticas de gestão mais utilizadas, tanto pelas empresas franqueadas como pelas não franqueadas. Em se tratando da existência de sistema de informação, percebe-se que quase todas as empresas independentes, exceto uma, possuem sistema de informações, sendo a maioria 78,6% totalmente automatizado e apenas 17,9% parcialmente. Nas franquias verifica-se também, que em sua maioria 62,5%, utilizam um sistema de informação totalmente automatizado; outros 12,5% utilizam, porém apenas parcialmente. Além disso, 25% das franquias nem sequer possui um sistema, desempenham todo o seu trabalho manualmente, o que pode ser considerado uma desvantagem ou fraqueza em relação às empresas concorrentes, que na sua grande maioria dispõem de um sistema. Conforme destaca Sperb e Neto (2012), os sistemas de informações desempenham um papel fundamental nas organizações, porque é através deles que um administrador consegue ter um acesso com facilidade às informações de todos os aspectos de sua organização.

A Tabela 7 também evidencia que os dois grupos de empresa componentes da amostra apresentam resultado semelhante, ou seja, há pouca diferença entre os percentuais de cada grupo para cada tipo de resposta. Além disso, a análise descritiva

também revelou semelhanças nas médias, medianas e desvios padrões entre os dois grupos estudados, conforme se vê na parte inferior da referida tabela. A fim de verificar esta provável semelhança, aplicou-se o teste (exato) de Mann-Whitney, e obteve-se um valor de  $p=16,6\%>5\%$ , confirmando que não há diferença estatisticamente significativa entre os grupos de empresas da amostra com relação à existência de sistema de informação automatizado na empresa. Assim tanto as empresas franqueadas como independentes, em sua maioria, fazem uso de sistema de informação automatizado.

Existência de sistema de informação automatizado	Frequência		Percentual %	
	F	NI	F	NI
Não	2	1	25	3,6
Sim, parcialmente	1	5	12,5	17,9
Sim, totalmente	5	22	62,5	78,6
Total	8	28	100	100

  

Análise Descritiva			
		F	NI
Média		2,38	2,75
Mediana		3	3
Desvio Padrão		0,916	0,518

  

Teste Estatístico	
Resultado do teste (exato) de Mann-Whitney: $p = 16,6\%$ (bi caudal) $>5\%$	

Tabela 7 – Existência de sistema de informação automatizado

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Ainda em relação ao sistema de informação, verificou-se mais especificamente, como era processado o controle de informação e quem era responsável por tal controle. Pode ser percebido na tabela 8, que em 50% das empresas franqueadas o controle de informação era processado pelo próprio entrevistado com auxílio de um computador. No entanto, outros 12,5% informaram que apesar de realizarem esse controle de forma organizada, o mesmo era feito manualmente sem ajuda de um sistema específico para tal função.

Do mesmo modo, obtiveram-se resultados semelhantes nas empresas de negócio independente, a maioria 57,1% o controle de informação era processado pelo entrevistado, com a ajuda do computador; 42,9% tal controle era realizado pelo pessoal do escritório central da empresa, os outros 7% informaram que apesar de serem o responsável por tal controle, eles sempre buscavam ajuda de um profissional externo, o que é bom, porque apesar da empresa possuir um bom sistema, ou todo aparato tecnológico, é importante buscar, sempre que necessário, ajuda de profissionais especializados.

As semelhanças entre os grupos de empresas são explicadas pela análise descritiva e confirmadas pelo teste estatístico Teste Exato de Fisher, que apresentou  $p = 67,2\% > 5\%$ . Diante disso, não se rejeita a hipótese de independência em relação à forma pela

qual o controle da informação é processado pela empresa, seja ela franqueada ou não, ou seja, o modo como o controle da informação é processado independe de a empresa ser franqueada ou não. Isto significa que, considerando um nível de significância de 5%, não há diferença significativa entre os dois grupos de empresas pela forma como processam o controle de informação. Além disso, conforme apresentado na análise descritiva, ambas as empresas obtiveram médias e desvio padrão bem próximos e no caso da mediana, obtiveram valores iguais, conforme é apresentado na Tabela 8.

	Frequência		Percentual %	
	F	NI	F	NI
Por mim, manualmente de forma organizada.	1	-	12,5	-
Por mim, com a ajuda do computador	4	16	50	57,1
Por mim, mas com a ajuda de um profissional externo	-	2	-	7,1
Pelo pessoal do escritório central da empresa	5	12	12,5	42,9
<b>Análise Descritiva</b>				
			<b>F</b>	<b>NI</b>
Média			2,94	3,27
Mediana			3,00	3,00
Desvio Padrão			1,33	1,00
<b>Teste Estatístico</b>				
Resultado do teste Exato de Fisher: <b>p = 67,2%</b> (bi caudal)				

Tabela 1 – Forma que o controle da informação é processado na empresa

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Buscou-se também identificar em qual tipo de investimento a empresa concentra seus gastos. Conforme se observa na Tabela 9, a maioria das empresas franqueadas (75%) e de negócios independentes (82,1%) concentram seus investimentos mais em Estoques, sobressaindo muito sobre os demais modos de investimentos (Imobilizados e Melhorias de infraestrutura). Em cada uma dessas categorias, os percentuais de empresas de cada grupo foram bem próximos e isto foi confirmado pelo teste Exato de Fisher, o qual apresentou o valor de  $p = 100\%$ , evidenciando que neste caso, também não se deve rejeitar a hipótese de independência, isto é, os dois grupos de empresas tem as mesmas prioridades de investimentos. Além disso, muitos respondentes quando foram entrevistados relatam que apesar de considerarem todas as alternativas importantes, sempre priorizava investir mais em estoques do que em imobilizados ou melhorias na infraestrutura da loja.

Frequência	Percentual %	F	NI	F	NI
Estoques		6	23	<b>75</b>	<b>82,1</b>
Imobilizados		1	2	12,5	7,1
Melhorias de infraestrutura		1	3	12,5	10,8

**Teste Estatístico**

---

Resultado do Teste Exato de Fisher: **p = 100%**

Tabela 2 – Prioridade de investimentos

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Com relação ao planejamento, todos os entrevistados revelaram que faziam algum tipo de planejamento. Quando questionados sobre que tipo de planejamento faziam, as empresas franqueadas responderam que utilizavam mais o planejamento financeiro, e apenas 12,5% faziam o planejamento tributário. Semelhantemente, as empresas independentes em sua grande maioria, utilizam mais o planejamento financeiro e estratégico (42,9% e 50%) respectivamente.

A pesquisa revelou então que, em ambos os casos, o tipo de planejamento realizado é diversificado pelas alternativas possíveis. Tanto o grupo das empresas franqueadas como o das não franqueadas, apresentaram uma distribuição uniforme na escolha das opções, revelando que vários tipos de planejamento podem ser realizados por uma única empresa. Aliado a esta uniformidade, está o teste Exato de Fisher, que corrobora a inexistência de quaisquer relações de desigualdade em termos percentuais ao apresentar  $p = 46,5\% > 5\%$ . Logo, ambos os grupos de empresas possuem perfis semelhantes quanto à preferência no tipo de planejamento. Esses resultados são apresentados na Tabela 10 a seguir:

Tipo de planejamento realizado	Frequência		Percentual %	
	F	NI	F	NI
Tributário	1	5	12,5	17,9
Financeiro	3	12	<b>37,5</b>	<b>42,9</b>
Orçamentário	2	6	25	21,4
Estratégico	2	14	25	50
Outro	2	1	25	3,5

**Teste Estatístico**

---

Resultado do teste exato de Fisher: **p = 46,5%** (bicaudal)

Tabela 10 – Tipo de planejamento

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

Uma questão crucial para essa pesquisa foi saber quais práticas de controle gerencial são utilizadas tanto pelas empresas franqueadas como as de negócio independente. A partir da Tabela 11 é possível verificar que os controles mais utilizados, tanto pelas

empresas franqueadas como pelas empresas independentes foram o controle de estoque, utilizado por 87,5% das empresas franqueadas e 96,4% das empresas independentes, e o controle de fluxo de caixa, utilizado por 75% das empresas franqueadas e por 89,3% das empresas de negócio independente.

Por outro lado, o controle do pagamento dos empréstimos tomados é o controle menos utilizado por ambos os grupos: apenas 12,5% das empresas franqueadas e 21,4% das empresas independentes utilizam. Contudo, conforme exposto na literatura, é importante que a organização realize o controle de todos os passivos que devem ser pagos, para assim evitar possíveis circunstâncias desagradáveis como incorrer em despesas desnecessárias, e até mesmo prejuízos. (Attie, 1995).

O controle do lucro gerado no mês, de investimento e o de folha de pagamento, rescisão, férias e 13º salário são mais utilizados pelas franquias do que pelas independentes. Os demais tipos de controle são mais utilizados pelas empresas independentes do que pelas franquias.

Tipos de Controle	Frequência		Percentual %		Teste Exato de
	F	NI	F	NI	
Controle do saldo e do extrato bancário	5	21	62,5	75	p = 65,8%
Controles do pagamento dos empréstimos	1	6	12,5	21,4	p = 100%
Controle de impostos e encargos sociais	4	20	50	71,4	p = 39,7%
Controle dos estoques	7	27	87,5	96,4	p = 40%
Controle das contas a receber	6	22	75	78,6	p = 38,4%
Controle das contas pagar	6	24	75	85,7	p = 59,6%
Controle do Fluxo de Caixa	6	25	75	89,3	p = 30,5%
Controle do lucro gerado no mês	6	20	<b>75</b>	<b>71,4</b>	p = 100%
Controle de folha de pagamento, rescisão, férias,	6	20	<b>75</b>	<b>71,4</b>	p = 100%
Controle de investimentos	4	13	<b>50</b>	<b>46,4</b>	p = 100%
Controle de financiamento	2	8	25	28,6	p = 100%
Controle dos gastos	3	22	37,5	78,6	<b>p = 0,4%</b>

Tabela 11 – Controles utilizados pelas empresas franqueadas e independentes

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

A fim de verificar se as diferenças vistas na tabela supracitada são estatisticamente significativas, foi aplicado o teste Exato de Fisher. Os resultados demonstraram que não existe diferença significativa quanto ao uso da maioria dos controles entre as empresas da amostra (franqueadas e independentes), pois apresentaram valores de **p** bem superiores a 5%. Com a exceção do controle dos gastos (p = 0,4%), para o qual o teste acusou que a hipótese nula deve ser rejeitada, isto é, o controle de gastos é estatisticamente mais utilizado pelas empresas independentes.

A partir da identificação dos controles utilizados pelos grupos de empresas da amostra, também foi perguntado aos respondentes sobre a maneira como são realizados o controle de estoque, contas a pagar e contas a receber. No que se refere ao controle

de estoque, pode-se constatar na Tabela 12, que tanto as empresas franqueadas, 87,5%, como as independentes, 85,7%, utilizam um sistema de informação como auxílio a seu gerenciamento. No entanto, 21,4% das empresas independentes o faz por meio de planilhas eletrônicas e 25% das franquias ainda realiza este controle manualmente, sem auxílio de um sistema específico para determinada função, fato esse que a deixa em desvantagem em relação às suas concorrentes que usam vários instrumentos que facilitam seu gerenciamento. O resultado do teste Exato de Fisher apresentou um valor elevado de  $p = 24\%$  bem superior ao limite estabelecido de 5%, confirmando que não se pode rejeitar a hipótese nula de independência, ou seja, apesar de algumas diferenças, ambos os grupos de empresas realizam o controle de estoques de forma semelhante.

Contudo, em relação ao controle de contas a pagar e a receber, a maioria das empresas independentes (64,3% e 67,9%) respectivamente, utiliza um sistema auxiliando sua administração. Quanto às franquias, diferentemente das empresas independentes, não se tem um modo predominante para realização dos controles de contas a pagar e contas a receber, a quantidade de empresas é bem distribuída nas várias formas de controle.

Em relação ao controle de contas a pagar, conforme consta na Tabela 12, 25% das franquias o realizam com auxílio de um sistema, 37,5% utilizam somente planilhas eletrônicas e 37,5% fazem o controle manualmente. Para o controle de contas a receber, 37,5% das franquias fazem esse controle através de um sistema, 25% através de planilhas eletrônicas e 37,5% de forma manual.

Além disso, para esses dois controles, o resultado do teste Exato de Fisher também apresentou valor elevado de  $p = (20\% \text{ e } 15,2\%)$  respectivamente, ratificando a não rejeição da hipótese nula de independência. Neste sentido, o modo como uma empresa realiza seus controles independe se ela é franqueada ou independente.

Como é realizado:	Percentual %								Resultado do Teste Exato de Fisher
	Com auxílio de um sistema		Através de planilhas eletrônicas		Manualmente		Não existe esse controle		
	F	NI	F	NI	F	NI	F	NI	
<b>Controle/Estoque</b>	87,5	85,7	-	21,4	25	-	-	-	$p = 24\%$
<b>Controle/Contas a pagar</b>	25	64,3	37,5	21,4	37,5	21,4	-	-	$p = 20\%$
<b>Controle/Contas a receber</b>	37,5	67,9	25,0	21,4	37,5	10,7	12,5	3,6	$p = 15,2\%$

Tabela 12 – Como são realizados o controle de estoque, contas a pagar e contas a receber

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

No que diz respeito à periodicidade de realização de alguns controles (caixa,

estoque, contas a pagar e a receber, saldo bancário e pagamento de salário), a Tabela 13 apresenta o percentual de empresas em cada período de atividades. Em relação ao controle de contas a pagar, 37,5% das empresas franqueadas realizam-no diariamente, outros 37,5% fazem isso semanalmente; e apenas 25%, realizam-no mensalmente. Já as empresas independentes, realizam-no nos mesmos períodos com percentuais de 60,7%, 14,3% e 21,4%, respectivamente, exceto por 3,6% delas (empresas de negócio independente), que não possuem esse controle.

Observamos então que, a princípio, existe diferença quanto à periodicidade do controle de contas a pagar pelas empresas franqueadas e pelas de negócio independente. Mas esta aparente diferença não é confirmada pelo teste Exato de Fisher ( $p = 49,6\% > 5\%$ ), o qual indica que a hipótese nula de independência não deve ser rejeitada, ou seja, a periodicidade do controle gerencial independe do tipo de empresa. Assim, com base neste teste, não se pode inferir que há diferença estatisticamente significativa entre as empresas franqueadas e independentes, quanto à periodicidade do controle de contas a pagar. Análise semelhante se fez para os demais controles listados na Tabela 13, inclusive obtendo-se o mesmo resultado para todos eles ( $p > 5\%$ ).

Em relação ao controle da folha de pagamento e mais especificamente ao pagamento dos salários aos funcionários, 50% das empresas franqueadas faziam esse controle quinzenalmente, 37,5% mensalmente e apenas 12,5% semanalmente. Já as empresas de negócio independente preferiram não responder essa questão, porque segundo os tais, deixavam isso sobre a responsabilidade de algum funcionário.

Percebe-se também que a maioria das empresas franqueadas e de negócio independente realiza o controle de caixa, contas a receber e saldo bancário, diariamente, o que é bom haja vista que tais controles permitem a coordenação dos recursos financeiros, principalmente em relação ao capital de giro total, as vendas, os investimentos e também ao capital de terceiros. Por isso, conseguir manter esses controles diários, além de ser importante para o processo de tomada de decisão, é um diferencial bastante competitivo em relação à concorrência.

Periodicidade do controle de (do)	Percentual %												Teste Exato de Fisher
	Diário		Semanal		Quinzenal		Mensal		Não existe controle		No inventário		
	F	NI	F	NI	F	NI	F	NI	F	NI	F	NI	
Caixa	100	96,4	-	-	-	-	-	3,6	-	-	-	-	p=100%
Estoque	-	21,4	62,5	17,9	-	-	37,5	39,3	-	-	-	21,4	p=6,1%
Contas a pagar	37,5	60,7	37,5	14,3	-	-	25	21,4	-	3,6	-	-	p=49,6%
Contas a receber	25	57,1	25	21,4	-	-	25	14,3	25	3,6	25	-	p=6%
Saldo bancário	87,5	67,9	-	17,9	-	-	-	7,1	-	3,6	-	-	p=16,2%
Pagamento dos salários	-	-	12,5	-	50	-	37,5	-	-	-	-	-	p=52,6%

Tabela 13 – Periodicidades de alguns controles gerenciais

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

No que se refere ao responsável pelos controles gerenciais, a Tabela 14 apresenta os percentuais para cada grupo de empresas (franqueadas e independentes). Verifica-se que em 87,5% das franquias, o responsável pelo controle de caixa é o Gerente; e em 12,5% delas, o responsável é o Operador de Caixa. Ao observar as empresas de negócio independente, vê-se que 14,3% delas têm o Proprietário como responsável pelo controle do caixa; 75% têm o Gerente como responsável; e apenas 3,6% destas empresas apresentam o Operador de Caixa como o próprio responsável.

Apesar de os dois grupos de empresas apresentarem percentuais diferentes para cada responsável, o Teste Exato de Fisher apontou a não rejeição da hipótese de independência ( $p = 38\% > 5\%$ ). Isto denota que o sujeito responsável pelo controle de caixa independe do tipo de empresa considerado, seja ela franqueada ou independente. Neste sentido, em relação ao controle de caixa, percebe-se que os responsáveis por tal controle são praticamente os mesmos nos dois grupos de empresas (Gerentes ou Operadores de Caixa).

Uma análise inteiramente similar foi feita para os demais tipos de controle: contas a pagar, a receber, controle bancário e controle da folha de pagamento e encargos sociais, conforme pode ser visualizado na Tabela 14. E como resultado, foi constatado que os dois grupos de empresas se assemelham no que diz respeito ao responsável por esses controles. Deste modo, as empresas franqueadas e independentes são indistinguíveis do ponto de vista estatístico a um nível de significância de 5%, o que significa que tais empresas não apresentam diferenças estatisticamente significativas quanto ao responsável pelos controles gerenciais.

Responsável pelo controle do (de)	Percentual %											
	Caixa		Contas a pagar		Contas a receber		Saldo bancário		Folha de PGTO, recis. férias, 13º e demais encarg.		Impostos	
	F	NI	F	NI	F	NI	F	NI	F	NI	F	NI
<b>Proprietário</b>		14,3	25	32,1	12,5	32,1	50	53,6	12,5	17,6	25	17,6
<b>Gerente</b>	87,5	100	12,5	14,3	50	21,4		24,7	12,5	10,7		14,3
<b>Operador de Caixa</b>	12,5	3,6										
<b>Contador</b>									62,5	39,3	62,5	57,1
<b>Assistente Financeiro</b>			62,5	53,6	37,5	42,9	75,0	32,1	37,5	46,4	12,5	17,6
<b>Setor Pessoal</b>									12,5			
<b>Outros</b>				3,6		3,6		3,6				3,6
<b>Teste Exato de Fisher</b>	p = 38%		p = 100%		p = 36,9%		p = 70,1%		p = 96,3%		p = 89,2%	

Tabela 14 – Responsáveis pelos controles gerenciais

Fonte: Dados da pesquisa (2014)

## 6 | CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo precípua investigar as principais práticas de controles gerenciais utilizados pelas empresas franqueadas e independentes do segmento de cosméticos e perfumaria, para posterior análise comparativa dos resultados encontrados na pesquisa de campo. Para atingir tal propósito, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a partir da literatura especializada por meio da qual, pôde-se constatar a importância e utilidade dos controles gerenciais no processo de gestão empresarial. A partir desse contexto, foram investigados especificamente, os controles de: fluxo de caixa, saldos e extratos bancários, estoques, contas a receber, contas a pagar, financiamentos e investimentos, folha de pagamento e gastos.

Dentre os principais resultados da análise descritiva, constatou-se que os controles mais utilizados, tanto pelas empresas franqueadas como pelas empresas independentes foram o *controle de estoque*, utilizado por 87,5% das empresas franqueadas e 96,4% das empresas independentes, e o *controle de fluxo de caixa*, utilizado por 75% das empresas franqueadas e por 89,3% das empresas de negócio independente.

Por outro lado, o *controle do pagamento dos empréstimos tomados* é o controle menos utilizado por ambos os grupos: apenas 12,5% das empresas franqueadas e 21,4% das empresas independentes utilizam-nos. Observa-se também que os controles (lucro gerado no mês, folha de pagamento e investimentos) são os três únicos tipos de controle mais utilizados pelas franquias do que pelas independentes. Neste sentido, os dois primeiros são utilizados por 75% das franquias e 71,4% das empresas independentes; e o terceiro é utilizado por 50% das franquias e por 46,4% das empresas independentes. Os demais tipos de controle são mais utilizados pelas empresas independentes do que pelas franquias.

Com relação aos resultados dos testes de hipóteses realizados por meio dos testes não paramétricos (Exato de Fisher e Mann-Whitney), constatou-se que não existe diferença estatisticamente significativa quanto ao uso da maioria dos controles entre as empresas da amostra (franqueadas e independentes), pois apresentaram valores de  $p$  bem superiores a 5%.

Em outras palavras, isso significa que a utilização da maioria dos controles gerenciais investigados na pesquisa independe do perfil de propriedade de ativo da empresa (franquiada ou independente). Dessa forma, pode-se inferir que os dois grupos de empresas são semelhantes em termos percentuais. Entretanto, no que se refere ao controle de gastos, o teste Exato de Fisher apontou  $p = 0,4\%$ , revelando a existência de diferença significativa, ou seja, esse tipo de controle é estatisticamente mais utilizado pelas empresas independentes.

A partir dessas constatações, pode-se aceitar a hipótese alternativa definida para

esse estudo de que *existem diferenças estatisticamente significativas entre as práticas de controles gerenciais utilizados nas empresas franqueadas e independentes no segmento e amostra investigados*, tendo em vista que pelo menos um tipo de controle (o de gastos) apresentou a existência de relação de desigualdade entre os grupos de empresas analisados.

Ademais, importa ressaltar que esta pesquisa possui limitações quanto ao método de seleção e dimensão da amostra, fato que impede que seus resultados possam ser generalizados a outras empresas do mesmo segmento. Como recomendação para pesquisas futuras, sugere-se a extensão da amostra, bem como aplicá-la a outros segmentos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.R.V.; COSTA, T. A. Análise do sistema de controle gerencial das empresas de telecomunicações brasileiras. **Revista Científica da Facerb**, v.2, n. 1, 2015.

ANTHONY, R. N.; GOVINDARAJAN, V. **Sistemas de Controle Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIGIENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS. 2010. Disponível em: <http://www.abihpec.org.br/dadosdomercado.php?parametro=6>. Acesso em: 20 mar. 2014

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FRANCHISING. Desempenho do Setor 2011. 2011. Disponível em: <http://www.portaldofranchising.com.br>. Acesso em: 13 mar. 2014.

ATTIE, W. **Auditoria: Conceitos e aplicações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BERNARDES, D. P. G.; MIRANDA, L. C. Quatro Histórias da Utilização de Informação Econômico-Financeira nas Micro e Pequenas Empresas: Lições para Futuros Empreendedores. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 5, n. 3, p. 84-98, 2011.

BEZERRA, D. O. **Um estudo sobre a percepção de gestores de médias empresas da região metropolitana de Recife sobre a utilização e importância das informações contábeis no processo de tomada de decisão**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

CRUZ, V. L. **Avaliação de benefícios de pós-implantação de sistemas ERP no fornecimento de informação contábil, financeira e operacional em empresas de pequeno e médio porte da região metropolitana de Recife**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

FERREIRA, L. F. F. *et al.* Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Gestão e Produção**, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.

FEUSER, H. O. L. **Desempenho de Micro e Pequenas Empresas: Um Estudo à Luz das Características do Empreendedor-Gestor e do Controle Gerencial**. 2016 Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil, 2016.

FRIEDRICH, J.; BRONDANI, G. Fluxo de Caixa: sua importância e aplicação nas empresas. **Revista Eletrônica de Contabilidade – UFSM/RS**, v. 2, n. 2, jun./nov. 2005.

GAZZONI, E. I. **Fluxo de caixa: Ferramenta de controle financeiro para a pequena empresa**. 2003. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

Gitman, L. J. **Princípios da administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2002.

GOMES, J. S.; SALAS, J. M. A. **Controles de gestão: uma abordagem contextual e organizacional**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GOMES, J. S. **Controle gerencial na era da globalização**. Rio de Janeiro: Coppead/UFRJ – Relatórios. Disponível em:

<[http://www2.coppead.ufrj.br/port/index.php?option=com\\_docman&Itemid=204&task=cat\\_view&gid=54&dir=DESC&order=date&limit=10&limitstart=50](http://www2.coppead.ufrj.br/port/index.php?option=com_docman&Itemid=204&task=cat_view&gid=54&dir=DESC&order=date&limit=10&limitstart=50)>. Acesso em: 24 fev. 2014.

IMONIANA, J. O.; NOHARA J. J. **Cognição da estrutura de controle interno: uma pesquisa exploratória**. *BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*. v. 2, n. 1, p. 37-46, 2005.

LIMA, A. N.; IMONIANA, J. O. Um estudo sobre a importância do uso das ferramentas de controle gerencial nas micro, pequenas e médias empresas industriais no município de São Caetano do Sul. *Revista da Micro e Pequena Empresa*, v. 2, n. 3, p. 28-48, 2008.

LOPES, L.C.; SIQUEIRA, K.P.S.; VIEIRA, E. M. M.; FREITAS, M. A. L. Adoção de Práticas de Controles Financeiros e não Financeiros por Microempreendedores Individuais. *Revista Eletrônica Gestão & Sociedade*, v. 8, n. 21, p. 749-766, 2014.

MARQUES, A. V. **Planejamento e Controle Financeiro nas Micro e Pequenas Empresas, visando a Continuidade e a Sustentabilidade**. *XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção e o Desenvolvimento Sustentável: Integrando Tecnologia e Gestão*, Salvador, BA, Brasil, 06 a 09 de out. 2009.

MIRANDA, L. C.; LIBONATI, J. J.; FREIRE, D. R.; SATURNINO, O. Demanda por Serviços Contábeis pelos Mercadinhos: são os Contadores Necessários? *Contabilidade Vista & Revista*, v. 19, n. 1, p. 131-151, 2008.

MORAIS, H. A. R. de; OLIVEIRA, S. R. A. Controle Gerencial: uma análise nas empresas contábeis da cidade de Caicó/RN. *Revista UNEMAT de Contabilidade*, v. 4, n. 8, 2015.

OLIVEIRA, J. P. **Banco de Horas: Vantagens para o empregado e para o empregador**. Dezembro/2005. Disponível em [http://www.pellonassociados.com.br/15anos/pdf/jpaulo\\_oliveira\\_2.pdf](http://www.pellonassociados.com.br/15anos/pdf/jpaulo_oliveira_2.pdf). Acesso em: 25 fev. 2014.

OLIVEIRA, L. M.; PERES JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. **Controladoria Estratégica: textos e casos práticos com solução**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PAIVA, A.; ABREU, J.; ROZA, M. A importância do controle bancário. *Safras & Cifras*, 2012. Disponível em: <http://safrasecifras.com.br/htmlarea/midia/files/aimportanciadocontrolebancario.pdf>. Acesso em 15 mar. 2015.

PINHEIRO, M. **Gestão e desempenho das empresas de pequeno porte: uma abordagem conceitual e empírica**. 1996. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Fatores Condicionais e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil**. (Relatório de Pesquisa/2010).

SILVA, V. L. S.; AZEVEDO, P. F. Formas plurais no franchising de alimentos: evidências de estudos de caso na França e no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 11, p. 129-152, 2007.

SPERB, C. C.; FERRARO NETO, H. M. A importância dos sistemas de informação na gestão de empresas. **Design Virtual – Sistemas para Web**, 2012. Disponível em: [http://www.prnet.pro.br/disco\\_virtual/Wesley\\_PDF/2.1.%20ARTIGO%20-%20SISTEMAS%20DE%20INFORMA%C3%87%C3%83O.pdf](http://www.prnet.pro.br/disco_virtual/Wesley_PDF/2.1.%20ARTIGO%20-%20SISTEMAS%20DE%20INFORMA%C3%87%C3%83O.pdf). Acesso em 5 jun 2020.

TAVARES, R. **Gerenciamento de Estoque**: A importância do Controle do Estoque e a Solução GO2 para seu melhor controle. 2011. Disponível em: <https://www.go2sistemas.com.br/blog/gerenciamento-de-estoque-a-importancia-do-controle-do-estoque-e-a-solucao-go2-para-seu-melhor-controle/>. Acesso em: 5 jun. 2020.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA** - Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutorando e Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acadêmico 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 12, 13, 37

Assessoria Contábil 38, 39, 40, 49, 59

Autorregulação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

### C

Código de Ética 16

Coleta 5, 14, 17, 21, 22, 38, 48, 64, 91

Controles 38, 39, 40, 47, 56, 59, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Controles Gerenciais 80, 81, 82, 83, 84, 85, 90, 100, 101, 102, 103

Currículo 17

### D

Desempenho 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 12, 13, 18, 43, 44, 58, 64, 103, 104

### E

Educação Continuada 14, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 28, 30, 31, 33, 34, 36

Estudantes 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

### F

Formação 15, 16, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 34, 35, 46, 48, 52, 59, 61

Franquia 81, 82

### G

Gerencial 18, 19, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 47, 48, 49, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 91, 94, 97, 100, 103, 104

Gestão 1, 2, 3, 12, 24, 25, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 51, 57, 58, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 73, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 94, 102, 103, 104, 105, 106

### I

Independente 16, 18, 20, 29, 30, 35, 80, 81, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102

Indicadores 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 48, 49, 57, 58, 59, 60

Instituição 1, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12

## **N**

Negócio 38, 40, 41, 43, 48, 57, 59, 64, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102

## **O**

Objetivos 2, 4, 5, 17, 22, 42, 48, 72, 82, 83, 84, 86, 89

## **P**

Pequenas Empresas 39, 40, 41, 53, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 71, 73, 79, 82, 83, 84, 85, 103, 104

Pesquisa 1, 2, 5, 6, 7, 14, 17, 21, 22, 23, 25, 28, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 62, 64, 67, 72, 73, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Planilha 5

Procrastinação 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Profissão 17, 18, 19, 20, 21, 22, 27, 28, 29, 34, 35, 36, 37

Profissional de Contabilidade 16

## **Q**

Qualificação Profissional 14, 16, 19, 28, 35

Questionário 5, 7, 8, 9, 14, 22, 80, 90

## **R**

Resultado 2, 10, 11, 12, 27, 28, 29, 43, 45, 46, 49, 51, 52, 53, 54, 57, 67, 72, 73, 75, 77, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101

## **S**

Sistema Tributário Nacional 63

## **T**

Tributária 24, 63, 64, 65, 66, 70, 72, 73, 77, 78, 79

# Ensino, Pesquisa e Inovação em Contabilidade 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](#) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2020

# Ensino, Pesquisa e Inovação em Contabilidade 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Atena  
Editora

Ano 2020